



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Aldemir Barros da Silva Júnior

**ALDEANDO SENTIDOS: OS XUCURU-KARIRI E O SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO
AGRESTE ALAGOANO**

Salvador, 2007

Aldemir Barros da Silva Júnior

**ALDEANDO SENTIDOS: OS XUCURU-KARIRI E O SERVIÇO DE
PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS NO
AGRESTE ALAGOANO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação da Universidade Federal da Bahia,
como requisito para obtenção do grau de
Mestre em História Social, sob orientação da
Prof. Dr^a Maria Hilda Baqueiro Paraíso.**

Salvador, 2007

*“[...] Desespero quieto às vezes é o melhor remédio que há:
que alarga o mundo e põe a criatura solta.
Medo agarra a gente e pelo enraizado fui indo,
De repente, de repente, tomei em mim o gole de um pensamento,
Estralo de Ouro
e conheci o que é socorro”.*

Guimarães Rosa
Trecho de Grandes Sertões - Veredas

AGRADECIMENTOS

O término deste estudo traz um certo saudosismo, próprio de qualquer conclusão. São muitas as pessoas que caminharam comigo e fizeram parte da construção desta dissertação: um trabalho escrito a tantas mãos.

Agradecimentos especiais aos Xucuru-Kariri de Palmeira dos Índios. Fizeram com que as viagens a trabalho virassem visitas a amigos.

Agradecimentos a minha orientadora Maria Hilda pela forma que me acolheu. As reflexões propostas foram de fundamental importância: estímulos que resultaram neste estudo. Diante do seu envolvimento com a causa indígena, este trabalho não poderia estar sob outra orientação.

Agradecimentos a Sávio por estar sempre presente. Seu envolvimento com o que se dispõe a estudar seduz a todos que dele se aproxima. Esta dissertação o tem como grande incentivador: fez ver que as minhas questões sobre a História Indígena deveriam ser formuladas a partir da realidade em que vivem os índios.

Agradecimentos a Gino pelas críticas quando da qualificação. Suas palavras (fórmula para ser prático) contribuíram para resolvermos alguns problemas de encaminhamento deste estudo. Agradecimentos estendidos aos professores Valdemir Zamparoni, João José Reis, Muniz Ferreira e Iracema Guimarães com os quais mantive contato durante o curso.

Agradecimentos à Mana pela paciente espera. Minha pequena família: Mana e Zeca. A saudade foi a maior experiência: exercício diário. Tentei aprender a lidar com ela ao tempo em que buscava conhecer o novo. Minha pequena família, lugar que me alimenta. Zeca é o que fizemos de melhor nessa vida. Ele sozinho me faz pai e te faz mãe. Faz com que, nesta condição, não existisse eu sem ela nem ela sem mim. Por isso: “Sou ele e o seu amor por ele é meu e é seu o meu amor por ela...” Em nossa família o amor se perde por estar em todo lugar. Sem nossa paz esse estudo seria impossível.

Em meu canto tenho os meus ao alcance das mãos. Meu canto, minha família. Em terras alheias quase morri de saudades. Distância que reforçou as cores dos que sempre estiveram próximos, daqueles que aparecem em quase tudo que sou. Na verdade, neste ponto devo ser mais específico. Guardando exceções, algumas mulheres, sempre em maioria, são a minha principal referência de vida e de família: minha avó, minha mãe, minhas tias, minhas irmãs, minhas primas... Em um segundo momento, minha esposa, minha sogra e minha cunhada. Uma família que se multiplica em tantas outras. Vidas compartilhadas. As exceções e reticências abrigam outras influências e devem ser entendidas como um lugar não menos importante, meu avô, meu pai, meu sogro, entre outros, apenas estão em um outro lugar além das generalizações.

Agradecimentos ao grande Davi que me recebeu e apresentou Salvador com entusiasmo contagiante: hoje, saudades da Capoeira de Angola no Forte Santo Antônio, dos jogos do Bahia na Fonte Nova, do surfe em Ipitanga, dos dias da bênção no Pelourinho e outras coisas que só existem nesta cidade, mas que são reinventadas por Davi.

A Tarciso por estar de braços abertos e, generosamente, dividir seu espaço.

A Carlos, Márcia e Patrese (comunidade alagoana no Rio de Janeiro) pela companhia entre tantas outras coisas.

Às pessoas do Museu do Índio, Roseli, Sônia Coqueiro e Elizabeth Brêa, cuja atenção foi fundamental para a realização deste estudo.

Aos colegas de mestrado... experiências compartilhadas.

DEDICATÓRIA

Este estudo é inteiramente dedicado à Maninha Xucuru (*in-memoriam*).

RESUMO

Esta dissertação constitui um estudo sobre o processo de aldeamento indígena na região Nordeste através de Postos Indígenas, quando a política indigenista esteve sob a incumbência do Serviço de Proteção aos Índios. Neste caso, o aldeamento dos Xucuru-Kariri na Fazenda Canto, com a instalação do Posto Irineu dos Santos. Será utilizada documentação do órgão indigenista e arquivo oral – depoimentos dos índios – procurando uma perspectiva indígena do processo em questão. A história dos índios do Nordeste foi marcada pelo silêncio oficial: tem-se um vácuo institucional delimitado pela extinção da Direção Geral dos Índios, na década de 1870, e a criação do Serviço de Proteção aos Índios, em 1910. Durante este silêncio alguns indígenas elaboraram estratégias de sobrevivência, entre elas, a da invisibilidade. Nos primeiros anos do século XX houve uma mudança tática nesta estratégia: os grupos iniciaram um movimento em direção ao Estado, buscando reconhecimento oficial e restituição territorial. O processo de aldeamento está montado em alianças e negociações que oscilam quanto à posição política de uma aparente posição pró-índio para uma real postura anti-índio. A condição de índio afirmada pelos Xucuru-Kariri, sob a *proteção* do Posto Indígena deve ser entendida no contexto do confronto Índio/Estado, resultado do exercício das relações que fundam as ações indigenistas no local: o campo de ação indigenista. A presença desses campos no Nordeste, ao mesmo tempo em que, entre outros aspectos, resulta de um movimento de emergência étnica, abre espaço político para os índios continuarem seus movimentos reivindicatórios. Desta forma, a busca pelo aldeamento é um processo, uma construção.

ABSTRACT

This dissertation is a study of the process of indigenous village in the Northeast through Indigenous Posts when the indigenous policy was under the remit of the Protection of Indians Office. In this case, the village of Xucuru - Kariri at the Canto Farm, with the installation of the post Irineu dos Santos. It will be used documentation of the indigenous organ and oral files – interviews and testimony of the Indians - looking for an indian perspective of the process in question. The story of the Indians of the Northeast was marked by the official silence: there is an institutional vacuum delimited by the extinction of the General Direction of Indians in the decade of 1870s, and the creation of the Office of Protection of Indians in 1910. During this silence some indians developed strategies for survival, among them, the invisibility. In the first years of the twentieth century there was a tactical change in this strategy: the groups started a movement toward the state, seeking official recognition and territorial restitution. The process of village developments is mounted in alliances and negotiations that oscillate on the political position of an apparent pro-Indian position and a real anti-Indian posture. The condition of Indian affirmed by Xucuru - Kariri, under the protection of the Indian Post must be understood in the context of the Indian/State confrontation, result of the exercise of relations that base the Indigenous actions in the local: the field of indigenous actions. The presence of such fields in the Northeast, at the same time, among other aspects, results from a movement of ethnic emergency, open political space for the Indians continue their vindicational movements. And in this way, the search for village developments is a process, a construction.

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO I | |
| UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA SOBRE OS ÍNDIOS DO NORDESTE..... | 17 |
| CAPÍTULO II | |
| ALDEANDO-SE NO POSTO INDÍGENA..... | 32 |
| CAPÍTULO III | |
| ALDEADOS NO POSTO INDÍGENA..... | 59 |
| CAPÍTULO IV | |
| O COTIDIANO DOS ÍNDIOS ALDEADOS: OS XUCURU-KARIRI E O POSTO INDÍGENA IRINEU DOS SANTOS..... | 76 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 109 |
| REFERÊNCIA..... | 112 |

INTRODUÇÃO

*O Governo tem uma política para os índios, uma política de dominação, mas os índios têm uma política de sobrevivência e cria estratégias para se defender da dominação*¹.

As estratégias elaboradas pelos indígenas para lidar com o Serviço de Proteção aos Índios, em primeiro lugar, são as coisas que a soletam: a presença dos grupos em seus aldeamentos e sua organização para reivindicar a atenção do Estado. Estas estratégias se impõem: fechadas em si mesmas, muitas vezes como forças mudas. Elas têm caráter, ou melhor, são caracteres na vida de cada grupo². Diante das particularidades inerentes à trajetória dos diferentes grupos, o local reivindica atenção. Desta forma, o agreste alagoano torna-se *palco* da *política de sobrevivência* dos Xucuru-Kariri³. Segundo Souza⁴, o município de Palmeira dos Índios⁵, em virtude do seu relevo, assemelha-se a um anfiteatro voltado para o sertão. Este será o *palco* onde se desenvolverá o estudo.

Esta dissertação constitui um estudo sobre o processo de aldeamento indígena na região Nordeste através de Postos Indígenas, quando a política indigenista esteve sob a incumbência do Serviço de Proteção aos Índios. Neste caso, o aldeamento dos Xucuru-Kariri na Fazenda Canto, com a instalação do Posto Irineu dos Santos.

A construção⁶ do espaço aldeamento onde os Xucuru-Kariri *criaram estratégias para se defenderem da dominação* reporta ao imemorial, tendo como baliza temporal algumas referências

¹ Palestra conferida por José Nunes de Oliveira, índio Kariri-Xocó, na Mesa-Redonda “A Política Indigenista na Contemporaneidade” realizada em 12 de novembro de 2003, durante a IV Semana de História. Centro Acadêmico de História. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: 2003. Arquivo particular de Aldemir Barros da Silva Júnior.

² Parafrazeando: DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 192.

³ Para este estudo será adotada a denominação Xucuru-Kariri. Esta denominação resultou de algumas variações ao longo da relação destes índios com a sociedade envolvente e com o Estado; podem ser citadas como exemplo: Kariri, Xucuru, Shucuru, Xukuru, Aconã-Kariri-Xucuru, Kariri-Xucuru, Waconã.

⁴ SOUZA, Zeres. As Microrregiões de Alagoas. Maceió: Cores, 1997.

⁵ O município de Palmeira dos Índios, localizado no agreste alagoano, é conhecido como “Princesinha do Sertão”, porque é considerado a porta de entrada do sertão alagoano.

⁶ Esta construção é algo extremamente particular e pode ser ilustrada com as descrições de João do Rio sobre o nascimento de uma rua: *É ir vê-lo nos arrebaldes. A princípio capim, um braço a ligar duas artérias. Percorrem-se sem pensar meia dúzia de criaturas. Um dia cercam à beira um lote de terreno. Surgem em seguida os alicerces de uma casa. Depois de outra e mais outra. Um combustor tremeluz indicando que ela já não se deita com as primeiras*

quanto à presença do grupo na região. Contudo, as estratégias em questão resultaram do encontro do grupo com o Estado através do órgão indigenista. Por isso, a construção do aldeamento Xucuru-Kariri, no contexto desse órgão, deverá ser entendida como uma atualização do espaço. O movimento dos Xucuru-Kariri em busca do aldeamento dá corpo ao processo de atualização do espaço e, desta forma, tem destaque. A historiografia referente a grupos indígenas foi marcada, a partir da segunda metade do século XX, pelo deslocamento na posição política do índio, que passa a ser reconhecido como agente ativo no processo histórico.

A historiografia seguia por um caminho que reafirmava a extinção dos aldeamentos e a integração do índio à sociedade nacional. Segundo Monteiro⁷, ao analisar a História Indígena no Brasil:

A tese da extinção, sustentada por sucessivas correntes do pensamento social brasileiro e reforçada, mais tarde, pelas teorias que orientavam a antropologia no país, encontrava na história uma sólida base de apoio. Assim, para Von Martius, as sociedades americanas, enquanto fruto de uma decadência ou degenerescência histórica, traziam 'já visível o gérmen do desaparecimento rápido; para os cientistas do final do século XIX e início deste firmemente amarrado a um paradigma evolucionista, a fragilidade destes 'homens da idade da pedra' diante do rolo compressor da civilização já dava, de antemão, a resposta para o futuro dessas sociedades.

A História dos povos indígenas do Nordeste no início do século XX seguia tal perspectiva. Contudo, concomitantemente, os indígenas escreviam uma outra história por meio de estratégias de sobrevivência: estratégias que remetem a uma história encoberta⁸. Desaldeados, alguns grupos continuavam resistindo ao processo de integração que lhe havia sido imposto pelo Estado. Destaca-se que a não oficialização da existência desses grupos coincide com a perspectiva histórica que abordava o índio como agente passivo no processo histórico.

sombras. Três ou quatro habitantes proclamam a sua salubridade ou o seu sossego. Os vendedores ambulantes entram por ali como por terreno novo a conquistar. Aparece a primeira reclamação nos jornais contra a lama e o capim. É o batismo. As notas policiais constam que os gatunos deram num dos seus quintais. É a estréia na celebridade, que exige o calçamento e o prolongamento da linha de bondes. E, insensivelmente, há na memória da produção, bem nítida, bem pessoal, uma individualidade topográfica a mais, uma individualidade que tem fisionomia e alma. RIO, João do. A Alma Encantadora das Ruas: crônicas. São Paulo: Martin Claret, 2007, p. 30.

⁷ MONTEIRO, Jonh Manuel. O Desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, A. Lopes da & GRUPIONI, L. D. B. *A Temática Indígena na Escola*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 222.

⁸ No período estudado destaca-se a estratégia da invisibilidade, que será discutida ao logo deste estudo.

A nova perspectiva adotada pela História Indígena, em Alagoas, foi inaugurada por Clóvis Antunes⁹. Em seu trabalho, há a transição do índio de objeto de estudo para sujeito político. Esta perspectiva será adotada nesta dissertação, na qual serão observadas as atividades do Posto Indígena Irineu dos Santos e a organização política dos Xucuru-Kariri na aldeia Fazenda Canto, para lidar com o Posto.

Para uma melhor compreensão do processo em questão, em termos operacionais, haverá uma distinção entre aldeia e aldeamento. Neste caso, por aldeia será entendido o espaço da fazenda Canto, que foi a aldeia possível para os Xucuru-Kariri no contexto do Serviço de Proteção aos Índios. Por aldeamento, entende-se o território Xucuru-Kariri: espaço delimitado pela herança do grupo que, posteriormente foi oficializado em laudo antropológico como Terra Indígena. No processo de demarcação, o aldeamento Xucuru-Kariri sofreu uma tentativa de redução, ou seja, com o pretense aldeamento na Fazenda Canto o espaço correspondente ao território tradicional do grupo foi desconsiderado pelo SPI. Por isso, a aldeia Fazenda Canto não foi uma realização da idéia de aldeamento Xucuru-Kariri, apesar de concentrar elementos desse aldeamento.

A aldeia Fazenda Canto está contida no aldeamento Xucuru-Kariri. Para um grupo ser reconhecido como sendo indígena, seria necessária uma *herança* territorial: o aldeamento. A *herança* territorial do grupo constituía poder de barganha quando da reivindicação de oficialização da sua presença. As primeiras intervenções do SPI na região Nordeste ocorreram para grupos que detinham essa herança. Estes grupos reivindicaram a assistência e foram reconhecidos oficialmente: em Alagoas, isto ocorreu com os Kariri-Xocó e os Xucuru-Kariri.

A Motivação do Estudo

A escolha do processo de aldeamento dos Xucuru-Kariri como objeto de estudo desta dissertação aconteceu em virtude do grupo concentrar os elementos necessários à análise proposta (terem sido aldeados durante a atuação do SPI), mas, principalmente, por meu

⁹ ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas: documentário*. Maceió: Governo de Alagoas, 1984 e ANTUNES, Clóvis. *Wakona-Kariri-Xucuru. Aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial, 1973.

envolvimento com o grupo quando participei como pesquisador do Grupo de Estudo Índios de Alagoas: cotidiano e etnohistória¹⁰. Como membro deste grupo de estudo, tive a oportunidade de participar de diversas pesquisas¹¹, as quais resultaram na confecção de alguns trabalhos¹². O contato com a documentação referente aos Xucuru-Kariri, acrescido aos trabalhos de campo instigou este estudo. Busquei compreender a trajetória do grupo desde o tempo em que vivia desaldeado até o aldeamento na Fazenda Canto, a primeira aldeia Xucuru-Kariri no contexto republicano.

Dos indígenas de Alagoas¹³, os Xucuru-Kariri compõem o grupo que tem maior dispersão, inclusive, territorial. Em nível nacional, há registro da presença de grupos Xucuru-Kariri aldeados em Caldas/MG¹⁴ e Nova Glória/BA¹⁵. São contextos particulares que não correspondem ao de Alagoas. Em nível estadual, a terra indígena Xucuru-Kariri, localizada no município de Palmeira dos Índios, encontra-se fragmentada em seis aldeias: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Coité, Capela e Boqueirão.

Atualmente, tramita um processo de regularização da terra indígena Xucuru-Kariri identificada e delimitada pela FUNAI. Essa terra corresponde a 1/3 das terras do município de Palmeira dos Índios. Por isso, há tensão na relação entre os índios e a sociedade envolvente. Essa tensão pode ser observada através das manchetes publicadas em jornais locais: “*Lessa [Governador] vai discutir no Ministério da Justiça processo de demarcação de terras*”

¹⁰ Liderado pelo Dr. Luiz Sávio de Almeida.

¹¹ Projeto “O Cotidiano Indígena de Alagoas: Xucuru-Kariri”. Bolsista PIBIC/CNPQ. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: (2001-2002). Projeto “O Cotidiano Indígena de Alagoas: Xucuru-Kariri”. Bolsista PIBIC/CNPQ. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, (2002-2003). Projeto “O Cotidiano Indígena de Alagoas: documentação histórica”. Bolsista PIBIC/CNPQ. Universidade Federal de Alagoas. Maceió: (2003-2004). Coordenado pelo Dr. Luiz Sávio de Almeida.

¹² SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros. *A Retomada de Terra Indígena Xucuru-Kariri: o caso do Sítio Macaco*. Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Alagoas. Maceió: 2004. ALMEIDA, Luiz Sávio de. MANDARINO, Giulliana Câmara. SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *Dossiê Sobre a Retomada do Sítio Macaco*. Grupo de Estudos Índios de Alagoas; cotidiano e etnohistória. Maceió: 2002.

¹³ Em Alagoas existem onze grupos indígenas. Deles, seis são reconhecidos junto ao Governo. São eles: Geripancó (Pariconha), Karapotó (São Sebastião), Kariri-Xocó (Porto Real do Colégio), Tingui-Botó (Feira Grande), Wassu-Cocal, (Joaquim Gomes) e Xucuru-Kariri (Palmeira dos Índios). Os grupos Catokinn (Pariconha), Kalancó (Água Branca), Karuazu (Pariconha), Koiupanká (Inhapi) e Waconã (Traipu) têm registro na FUNAI (Fundação Nacional do Índio), mas ainda encontram-se em processo de reconhecimento oficial.

¹⁴ Revista Porã-duba, ano II, nº49. Brasília, julho de 2002. p. 7

¹⁵ MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. *Os caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais*. Dissertação (mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1993.

indígenas".¹⁶; "Reunião discute demarcação de terra dos Xucurus".¹⁷; "Prefeito quer mais diálogo entre FUNAI e fazendeiros em Palmeira".¹⁸; "Demarcação: processo é demorado e Prefeito recomenda serenidade".¹⁹; "FUNAI quer dar 15 mil hectares de Palmeira aos Xucurus: Cordeiro [Prefeito] apela a Lessa".²⁰; "Empresários pedem a Senadores para evitar conflito em Palmeira".²¹; "Ministro ameniza conflito em Palmeira dos Índios".²²; "Demarcação em Palmeira não tem volta".²³; "Índios querem a exclusão de pequenos fazendeiros".²⁴; "Xucuru-Kariri: os índios não questionam uma terra desabitada".²⁵; "Palmeira: a terra é dos índios?".²⁶ e; "Índios recorrem ao Ministério Público para garantir a demarcação de terra"²⁷.

Esta dissertação contempla a busca dos Xucuru-Kariri por seu território tradicional, um problema atual que tem na compra da fazenda Canto um marco da reorganização do movimento indígena local. Foi a partir da aldeia Fazenda Canto que o grupo ampliou sua presença territorial. Esta ampliação aconteceu no contexto da Fundação Nacional do Índio: caracterizada como uma continuidade do SPI²⁸, inclusive com a permanência dos funcionários do Posto Indígena. Desta

¹⁶ Governo do Estado. Informação, direito de cidadão, Maceió, 02/07/2003, p. 4.

¹⁷ O Jornal. Municípios. Maceió, 02/07/2003, p. B 4.

¹⁸ Folha de Alagoas. Política. Palmeira dos Índios, 29/07/2003, p. 3.

¹⁹ Folha de Alagoas. Geral. Palmeira dos Índios, 29/07/2003, p. 11.

²⁰ Primeira Edição. Geral. Maceió, 03/11/2003. p. A 3.

²¹ O Jornal. Cidades. Maceió, 04/11/2003, p. A 13.

²² O Jornal. Política. Maceió, 09/11/2003, p. A 9.

²³ O Jornal. Política. Maceió, 09/11/2003, p. A 5.

²⁴ Tribuna do Sertão. Especial. Palmeira dos Índios de 10 a 16/11/2003, p. 3.

²⁵ O Jornal. Opinião. Maceió, 16/12/2003, p. A 3.

²⁶ O Jornal. Política. Maceió, 01/02/2004, p. A 4.

²⁷ O Jornal. Cidades. Maceió, 20/04/2004, p. A 7.

²⁸ A FUNAI surge em substituição ao SPI quando este era alvo de denúncias de prática de corrupção e negligenciamento frente a genocídios de índios. Após o golpe militar, em 1º de abril de 1964, passou a ser difundida na mídia uma imagem negativa do SPI. Acrescenta-se a isto o fato de diversos funcionários do Serviço (como antropólogos, indigenistas e sertanistas) terem sido acusados de subversivos. Cenário propício para o regime militar criar sua própria instituição para efetuar a tutela do Estado sobre os povos indígenas. Conforme Peres, "[...] esta agência estatal seria desde o início de sua existência integrada à perspectiva desenvolvimentista de ação governamental instaurada após o golpe militar de 1964". PERES, Sidnei. Terras Indígenas e ação Indigenista no Nordeste (1910- 67). In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra-capas, 1999, p. 41-90. p. 45.

O plano desenvolvimentista estabelecia políticas de ação para regularizar a ocupação fundiária desses povos. Instituída pela Lei nº5.371, de 5 de dezembro de 1967, a FUNAI manteve o projeto integracionista praticado pelo SPI. O governo militar concebia a questão indígena como um problema, visto serem grupos étnicos diferenciados que ocupavam grandes extensões de terras. Neste período, foi introduzido um novo elemento no projeto do estado para os povos indígenas: a emancipação da tutela. A solução, de acordo com Gomes, seria "[...] a aceleração do processo de integração econômica e social, inclusive via emancipação da tutela do estado e, a garantia de suas

forma, torna-se necessário, para o entendimento dessa atual condição, uma visita à fase de desaldeados, à aldeia Fazenda Canto, às atividades do Posto Indígena Irineu dos Santos, às disputas políticas entre aldeados, às iniciativas dos índios que ocupavam o cargo de Aprendiz no Posto, às distribuições de terrenos, sementes e ferramentas, às frequências nas aulas da escola, às entradas e saídas de índios da aldeia em busca de trabalho, etc. Estes serão alguns pontos abordados nos capítulos que se seguem.

A dissertação está organizada da seguinte forma. O Capítulo I “Um Diálogo entre História e Antropologia sobre os índios do Nordeste” procura interligar a perspectiva adotada para este estudo ao momento político (política indigenista e indígena). Contextualiza um possível diálogo da História com a Antropologia, buscando evidenciar a organização indígena para lidar com o Estado.

O Capítulo II “Aldeando-se no Posto Indígena” apresenta a condição do índio desaldeado e suas estratégias de sobrevivência física e cultural. Dentre essas estratégias está a da invisibilidade, entendida como referência à existência de um movimento indígena subterrâneo, em construção. Nesse contexto, o índio é apresentado como sujeito ativo no processo de aldeamento, mesmo que este resulte na instalação do Posto Indígena. Ao observar as iniciativas dos índios nesse período, percebe-se a aldeia como avanço estratégico, algo pretendido pelos grupos.

O Capítulo III “Aldeados no Posto Indígena” aborda as primeiras atividades no Posto Indígena Irineu dos Santos. Observa-se como o modelo padronizado de Posto Indígena foi implantado no agreste alagoano pretendendo a adequação dos Xucuru-Kariri à estrutura administrativa estatal. A administração do Posto objetivava o controle dos aldeados, o que foi impossibilitado por iniciativas indígenas.

O Capítulo IV “O Cotidiano dos Índios Aldeados: os Xucuru-Kariri no Posto Indígena Irineu dos Santos” é um acompanhamento gradativo das relações no espaço denominado Posto. O

terras, em tamanho ‘aceitável’ para eles e para a nação”. GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 332.

cotidiano indígena revela o impacto das normas estabelecidas para o funcionamento do Posto na vida dos aldeados, ao mesmo tempo em que sobressaem as disputas políticas, atividades pecuárias, escola, etc.

As fontes documentais utilizadas foram as correspondências trocadas entre a Inspeção Regional 4 e o Posto Indígena Irineu dos Santos. A leitura dessa documentação foi influenciada pelos relatos dos Xucuru-Kariri sobre a história da *primeira* aldeia, coletados durante os trabalhos de campo realizados entre os anos de 2001 e 2004. Essa influência motivou um constante exercício de procurar o índio na fala dos funcionários do SPI: uma busca pela perspectiva indígena na documentação oficial. Este estudo tem como força motriz uma vivência de campo: conversas tidas com e sem gravador ligado e outras que surgiam naturalmente nas rodas de conversas ou ao pé de ouvido. Portanto, esta dissertação resultou de problemas cotidianos atuais, pois à medida que buscava um entendimento para aquela realidade vivenciada pelos Xucuru-Kariri fui me deparando com a história da aldeia Fazenda Canto.

CAPÍTULO I

UM DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA SOBRE OS ÍNDIOS DO NORDESTE

Os índios do Nordeste foram considerados misturados aos nacionais pelo governo provincial e tiveram seus aldeamentos extintos na segunda metade do século XIX²⁹, período em que a execução da política indigenista imperial esteve sob a incumbência da Direção Geral dos Índios. Com o advento da República, foi criado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), fundado em 1910, com a finalidade de atender às necessidades do desenvolvimento econômico, visto os constantes conflitos entre índios e a frente de expansão da sociedade nacional com a construção de estradas, instalação de linhas telegráficas, etc. A atuação deste órgão na região Nordeste ocorreu quase duas décadas após sua fundação com a instalação de Postos³⁰, Povoações Indígenas e Centros Agrícolas. Neste caso, entende-se como região Nordeste o espaço administrativo delimitado para a Inspetoria Regional 4 (IR4), do SPI, que cobria a área setentrional da Bahia até o Piauí. A história dos índios do Nordeste no período republicano pode ser rastreada, também, a partir da consulta da documentação produzida por este órgão³¹. Essa história é marcada pela permanência dos povos indígenas nos locais dos antigos aldeamentos depois da sua extinção, e, posteriormente, pela presença do SPI.

A extinção dos aldeamentos aconteceu de forma particular em cada Província. Em Alagoas, ocorreu por decreto provincial datado de 1872³². A partir desta extinção, há uma

²⁹ Os aldeamentos foram extintos em Alagoas, no ano de 1872 (Ver: ALMEIDA, 1999), em Pernambuco, em 1869 (Ver: SILVA, 1995), no Ceará, em 1860 (Ver: CUNHA, 1985), etc.

³⁰ Órgãos do SPI em contato direto com os índios cuja competência destaca-se: “*atrair as tribos arredias e hostis; respeitar a organização interna da tribo; garantir a efetividade da posse da terra; zelar pelos bens patrimônio nacional; prestar assistência sanitária; conduzir os índios ao trabalho; combater o nomadismo[...] fixar as tribos despertando o gosto do índio para a agricultura e indústrias rurais e assegurando, pelo incremento da mesma pecuária, uma base sólida à vida econômica do índios*”. FUNAI. *Povos Indígenas no Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/ FUNAI, 2002.

³¹ Decerto devem existir outras fontes possíveis de serem consultadas e que permitiriam a realização de um rastreamento da história indígena do Nordeste, entretanto, neste caso, trataremos, diretamente, com as fontes produzidas pelo SPI.

³² “*Em cumprimento do que me foi recomendado em aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 27 de março de 1972, prestei as informações, que me ocorreram sobre as intituladas aldeias desta província, que só serviam de manter conflitos entre mestiços, que se dizem índios e compunham as mesmas aldeias e os proprietários de terras, obrigando deste modo a fazenda geral a despesas freqüentes de verificações. Procedendo as razões constantes de meu ofício de 3 de maio, por aviso de 17 de junho autorizou o mesmo ministério a tornar efetiva a extinção das referidas aldeias, prevenindo de que oportunamente se enviaria a esta província engenheiros*

alteração na forma como se apresenta a relação índio e Estado. Era oportuno para o Estado, naquele momento, o entendimento de que não havia mais índios a assistir, por isso iniciou-se um silêncio oficial³³. A extinção dos aldeamentos representa uma tentativa de acelerar o processo de integração dos índios, mas principalmente de seus territórios, à sociedade nacional. O Estado reavaliava a política de terras e trabalho, uma prática imposta pelo processo de expansão do mercado e desenvolvimento do capitalismo. Segundo Costa³⁴, isto ocorre em virtude da deficiente legislação para regulamentar a propriedade privada e da antiquada forma de aquisição de força de trabalho montada no sistema escravista. Neste contexto, a legislação imperial previa que as terras indígenas seriam loteadas e estes lotes distribuídos entre os índios, entretanto, isso não ocorreu em todos os aldeamentos, inclusive, vale salientar que nenhum em Alagoas. Na maioria dos casos, as terras indígenas foram consideradas devolutas, sendo loteadas e transferidas através de título de compra a terceiros³⁵.

Neste contexto, a condição de *desaldeado* foi imposta ao indígena, pretendendo torná-lo indistinto aos nacionais. O processo de desaldeamento culmina na ausência de uma estrutura administrativa estatal exclusiva para tratar com um grupo étnico. Pode-se dizer que, neste período, a categoria índio perde força na sua expressão política para o Estado e os índios passam a se relacionar com o Estado sem aparato administrativo que estabelecesse uma baliza legal, clara, para esta relação. Os indígenas ficaram impossibilitados de reter seus territórios e ter assistência estatal. Desta forma, tem-se como referência deste processo para Alagoas o ano de 1872 e para o Estado brasileiro, 1910, um vácuo delimitado pela extinção dos aldeamentos e a criação do Serviço de Proteção aos Índios. Ressalta-se que não se pode sentir efeito imediato da

com as necessárias instruções, a fim de medirem as sesmarias pertencentes aos respectivos aldeamentos, cuja área terá de ser incorporada as áreas de domínio público.” Relatório do Presidente da Província de Alagoas Luiz Rômulo Perez de Moreno. Maceió, 22 de dezembro de 1972. Typographia Commercial de Antônio José da Costa. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). *Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1999. p. 78.

³³ “*Sem grandes controvérsias ou disputas, o indigenismo oficial do século XIX empenha-se em estimular a diluição dos povos indígenas na população circundante. Com esse objetivo são extintos muitos dos antigos aldeamentos e vilas de índios por todo o país e a maior parte das terras indígenas é definitivamente expropriada [...] A negação da existência dos índios transforma-o numa categoria ausente, esquecida pela sociedade brasileira. Acontece com os índios o mesmo fenômeno observado com relação a outros grupos minoritários: o silêncio que sobre eles é imposto faz com que apareçam como categorias estáticas, opacas, sem lugar nem participação na vida social, obscuras e desprovidas de ação*”. PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. *Rompendo o Silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas*. Ethnos – Revista de Etnografia, Ano II, Nº 2, Janeiro/Junho, 1998. pp. 2-3.

³⁴ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

³⁵ De acordo com o Artigo 1º da Lei de Terras (1850), o título de compra seria a única forma pela qual se podia adquirir devolutas públicas.

criação do SPI para os índios de Alagoas, entretanto será com esta estrutura que, posteriormente, esses índios irão tratar.

Diante desse cenário, os índios elaboraram diversas estratégias de sobrevivência, dentre elas a da invisibilidade³⁶: a perspectiva da invisibilidade correspondia a não deixar evidenciar a pertença a um grupo étnico, para não sofrer, ou minimizar, perseguições em nível local. Ela foi uma retração aparente dos índios, ou seja, um recuo estratégico ao enfrentamento aberto com a sociedade envolvente. Esta invisibilidade pode ser interpretada como sendo aparente, circunstancial e momentânea, pois a elaboração e utilização desta estratégia consideravam, além das diferentes formas de relacionamento dos índios com a sociedade envolvente, os distintos momentos desta relação. No processo de construção da invisibilidade, os índios vão estabelecendo um tipo de colaboração³⁷ que delimita um espaço onde circula a informação daquilo que está deixando de ser visível e, inclusive, alimentando o sentimento de pertença étnica³⁸.

A estratégia da invisibilidade acontecia concomitantemente ao processo de proletarização étnica acelerado com a extinção dos aldeamentos. Entende-se por proletarização étnica a integração do índio ao sistema capitalista por meio da venda de sua força de trabalho. Silva³⁹, ao estudar o envolvimento dos Geripancó, habitantes no alto sertão alagoano, com a organização de esquerda – Ação popular – observa:

É da razão do sistema capitalista desapropriar todo meio de produção. Ao se desapropriar da terra, o índio perde o ponto central de sustentação material. Para sobreviver, o índio teve de lidar com os interesses do capital e ser transformado em reserva de mão-de-obra. Esta é uma das formas, preferencialmente, a partir da qual dá-se a continuidade da sociedade

³⁶ Ver: OLIVEIRA, Maria das Dores de. *Da Invisibilidade para a Visibilidade: estratégias Pankararu*. 05-24 In: ALMEIDA, LUIZ Sávio de & SILVA, Christiano Barros Marinho da. (Orgs.) *Índios do Nordeste: temas e problemas* 4. Maceió: EDUFAL, 2004.

³⁷ Ver: OLIVEIRA, Maria das Dores de. *Da Invisibilidade para a Visibilidade...* Op. Cit.

³⁸ O caminho que leva a este tipo de interpretação da invisibilidade reconhece, inclusive, que devem existir registros referentes à presença indígena, neste período, em órgãos ou esferas de poder institucionalizado, como por exemplo, na documentação das Câmaras Municipais, da disputa entre “índios” e “nacionais” pelas terras dos extintos aldeamentos.

³⁹ SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Serra dos perigosos: guerrilha e índio no sertão de Alagoas*. Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas, Vol. VII. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 119.

indígena em confronto com o capital; ou seja, ele estará como trabalhador e despossuído de terra.

Esse processo tem início nos primeiros encontros entre índios e brancos no âmbito da relação de trabalho fundada no modo de produção capitalista, quando os índios foram obrigados a vender sua força de trabalho. A inserção do índio nesta relação de trabalho não anulou sua identidade, inclusive esta identidade pode ser caracterizada como local de resistência no contexto republicano, pois é a partir dela que será estruturada uma mobilização para o retorno à vida em Aldeia e, conseqüentemente, para a condição de usufruto da terra. Neste caso, ressalta-se que por essa resistência passa a necessidade de sobrevivência física, além da étnica, o que remete diretamente ao problema da terra. Assim, o problema do índio é um problema político e econômico, visto que se fundamenta na estrutura fundiária e na relação de trabalho.

A resistência indígena no período do silêncio oficial foi caracterizada pela conservação de elementos étnicos enquanto estava em andamento o processo de proletarização. Destaca-se que essa resistência foi a adaptação do índio às relações de trabalho definidas pelo sistema capitalista e a elaboração de estratégias que visavam a sua sobrevivência física e cultural. Desta forma, a resistência não representa um confronto aberto, mas um processo tenso do qual decorre a absorção de elementos estranhos aos indígenas.

O processo de proletarização étnica continuou com a passagem para a vida em aldeia. Gomes⁴⁰ observa que “*Os propósitos do SPI propugnavam que, com a proteção às pessoas e às terras indígenas, bem como através de uma dose de intervenção de ordem laboral e educacional [...] [os índios passariam] para um tipo de sociedade mais contemporânea, integrando-se efetivamente a sociedade brasileira*”. Portanto, a vida em aldeia, inclusive, pode ser considerada como uma reelaboração da proletarização, com o estabelecimento de Postos Indígenas para tratar com os índios. Estes postos encaminhariam uma readaptação do índio à relação de trabalho, agora sob a *proteção* do Estado.

A trajetória dos índios do Nordeste ganha novo contorno com a criação do Serviço de Proteção aos Índios e a instalação do primeiro posto na região no ano de 1926, Posto Indígena

⁴⁰ GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História...* Op. Cit. p. 283

Dantas Barreto, em Águas Belas-PE. Porto Alegre⁴¹ observa como deve ser entendida a trajetória dos índios da região:

A situação de cada etnia é a expressão local de uma dinâmica complexa de interação, marcada por conflitos e disputas acirradas que, usando diferentes estratégias com resultados diferenciados, acompanha a vida dos índios, em suas relações com a sociedade mais ampla, ao longo da nossa história [...] É sempre a expressão localizada de um drama particular, vivido com intensidade por pequenos grupos que enfrentam, cada um à sua maneira, nas condições que lhes são propostas e com diferentes soluções, o desafio da sobrevivência.

A presença de um órgão estatal cuja finalidade seria, na perspectiva do Estado, assistir aos povos indígenas da região, deve ser entendida como base para compreender a transição desaldeado/aldeado da condição do índio, neste espaço definido como Nordeste indígena. Essa data não significa um marco definidor da presença indígena na região, nem mesmo para o Estado. A presença indígena não depende do assentimento do Estado; em alguns casos, inclusive, há o reconhecimento local da sua existência, estabelecido através das relações com a sociedade envolvente e fixado na memória do lugar, também, através da oralidade. Por exemplo, tem-se a informação de que havia grupos indígenas em Alagoas nos municípios de Porto Real do Colégio e Palmeira dos Índios e tal informação contribuiu para que arqueólogos e etnógrafos viessem realizar estudos sobre os referidos grupos em um período em que os índios não eram reconhecidos pelo Estado. O conhecimento da presença dos índios somados às necessidades do desenvolvimento econômico são elementos básicos para compreender como se processou o reconhecimento oficial dos índios do Nordeste nas primeiras décadas do período republicano.

Neste caso, o termo ‘re’conhecimento expressa a real condição política desses povos nas primeiras décadas do século XX, visto ser o Estado a instituição responsável pela oficialização da presença de índios na região. Contudo, à margem da assistência estatal, a vida segue o seu curso e grupos indígenas, mesmo caracterizados como trabalhadores rurais, continuaram encontrando em si o sentimento de pertença, enquanto outros perderam-se no curso da história diante do interesse econômico nas áreas em que habitavam. Em Alagoas, como observa Almeida⁴², pode-se

⁴¹ PORTO ALEGRE, Maria Silvia. Quatro Desafios e um Dilema da História Indígena. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.) Índios do Nordeste: temas e problemas 1. Maceió: Edufal, 1998, p. 39.

⁴² ALMEIDA, Luiz Sávio de. Notas de orientação. Maceió: Datilografado, 2007.

subdividir por regiões a distribuição de aldeamentos, quando da oportunidade da extinção: *povos do Agreste e São Francisco e povos da Zona da Mata*, sendo a primeira ocupada pelos grupos denominados, posteriormente, Xucuru-Kariri (grupo abordado neste estudo) e Kariri-Xocó, respectivamente, e a segunda caracterizada pela presença de extensas plantações de cana-de-açúcar⁴³. Ainda segundo Almeida⁴⁴, a extinção ocorreu onde o impacto do escravismo se desenvolveu de modo mais forte e sendo mais fácil argumentar quanto à inexistência de grupos indígenas, por causa dos interesses econômicos.

O processo de exploração dessas áreas, em Alagoas, ocorreu de forma diferenciada e isso interferiu diretamente na presença atual de índios nesses locais. Os grupos Xucuru-Kariri e os Kariri-Xocó, apesar de terem seus aldeamentos extintos, permaneceram nas terras dos antigos aldeamentos ou mesmo com a posse de algum pedaço de terra. Os grupos que habitavam a zona da mata tiveram seus aldeamentos extintos e foram considerados integrados à sociedade envolvente. Foram os grupos da região onde não se desenvolveu o cultivo da cana-de-açúcar que inauguraram, em Alagoas, a relação tensa entre uma estrutura institucionalizada que toma para si o direito de determinar a existência, ou não, do outro, com um grupo étnico, às vezes compondo o quadro imputado de trabalhadores rurais.

O Encontro

Os primeiros trabalhos sobre a temática índios do Nordeste, neste século, são de caráter etnográfico e surgem a partir dos meados da década de 1930⁴⁵. No campo da História, observa-se a relação entre o silêncio oficial sobre a presença indígena na região e a ausência de trabalhos sobre a temática, algo que sugere uma relação de dependência do historiador com a documentação oficial, considerando a dificuldade em rastrear a história indígena em um período

⁴³ No período em que os índios de Alagoas iniciavam um movimento de busca pela assistência estatal a região norte do estado concentrava a maior parte das usinas. De acordo com Andrade, em 1922 haviam 20 usinas funcionando em Alagoas localizadas em: Atalaia (4), Santa Luzia do Norte (1), São José da Lage (2), Murici (3), São Luiz do Quitunde (4), Cajueiro (1), União dos Palmares (1), Camaragibe (1) e Maragogi(1). ANDRADE, Manuel Correia de. Usinas e Destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997, p. 63.

⁴⁴ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Notas de orientação. Maceió: Datilografado, 2007.

⁴⁵ Pode-se citar o trabalho publicado em 1935, Os Indígenas do Nordeste e, em 1943, O Ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica, e Algumas Notícias sobre os Remanescentes Indígenas do Nordeste, de Carlos Estevão de Oliveira; Em 1956, Etnologia Brasileira (Fulni-ô os últimos Tapuias), de Estevão Pinto; e em 1958, Notes of The Shucuru Indianas of Serra de Ararubá, Pernambuco, Brasil, de W. D. Hohenthal Jr.

em que havia escassos registros pelo Estado. É como se neste período os índios perdessem o papel, mesmo de atores coadjuvantes, no palco da História, que ocupavam no período colonial e imperial. Há uma carência na História Indígena, sobretudo no período republicano, inclusive, de uma História construída a partir da abordagem dos indígenas enquanto agentes ativos no processo histórico.

Os historiadores, recentemente, têm se interessado por essa perspectiva de abordagem da História Indígena. Isto vem ocorrendo em virtude da aproximação com a antropologia⁴⁶ e da busca de caminhos para a compreensão das relações étnicas no Brasil. Nas décadas de 1960/70, a antropologia inicia uma redescoberta do índio com a elaboração de conceitos como *fricção interétnica*⁴⁷, *transfiguração étnica*⁴⁸, *indianidade*⁴⁹ e *aculturação*⁵⁰ que possibilitaram novos olhares sobre a relação dos índios com a sociedade nacional. Os estudos antropológicos, principalmente os que seguem esta perspectiva, são aportes aos historiadores que decidirem realizar estudos sobre a relação entre índio e Estado no período republicano e constituindo importantes ferramentas – conceitos, modelos e categorias – para a resolução de questionamentos que surgem no processo de investigação histórica.

A contribuição da Antropologia ao ofício do historiador não se dá apenas com o empréstimo de ferramentas epistemológicas; dá-se, inclusive, na concepção do problema a ser estudado. Thompson⁵¹ observa que o impulso antropológico instiga no historiador a colocação de novos problemas ou, mesmo, a percepção de velhos problemas de formas novas. No caso das ferramentas, ressalta que algumas categorias ou modelos antropológicos, mesmo sendo de um contexto distinto, devem ser examinados, refinados ou serem submetidos a uma nova formulação pelo historiador no processo de investigação, desde que sejam compatíveis com a perspectiva histórica. Os conceitos, emprestados pela Antropologia, sofrem adaptações para atender as necessidades do objeto da História, visto que este focaliza o processo e a lógica de mudança.

⁴⁶ Sobre antropologia brasileira, ver: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre Pensamento Antropológico*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1988.

⁴⁷ OLIVEIRA, Roberto, 1968

⁴⁸ RIBEIRO, Darcy, 1970

⁴⁹ OLIVEIRA FILHO 1988

⁵⁰ OLIVEIRA, Roberto, 1989

⁵¹ THOMPSON, E. P. *Folclore, Antropologia e História Social*. In: *The Indian Review*, Janeiro, 1977, v. III, Nº 02. Tradução Lígia Bellini e João José Reis. p. 13

Segundo Thompson⁵² esta adaptação ocorre em virtude de ser a História “[...] *uma disciplina do contexto e do processo: cada significado é um significado-no-contexto e as estruturas mudam ao passo que novas formas podem exprimir novas funções ou velhas funções podem encontrar expressão nas novas formas*”.

O diálogo entre História e Antropologia, no Brasil, sobre os índios do Nordeste representa um reposicionamento político da História diante da trajetória dos grupos indígenas da região. Esse diálogo inaugura um novo momento na História Indígena, agora reconhecendo os índios enquanto agentes ativos no processo histórico. Isto ocorre em virtude do engajamento político dos antropólogos no que pode ser chamado de movimento indígena em busca pelo reconhecimento étnico. Segundo Oliveira Filho⁵³ “[...] *é a partir de fatos de natureza política – demandas quanto à terra e assistência formuladas ao órgão indigenista – que os atuais povos do Nordeste são colocados como objeto de atenção para os antropólogos*”. Os estudos antropológicos permitem observar a diversidade cultural indígena no Brasil, e revelam a existência de índios brasileiros, cada um com suas particularidades. Na região Nordeste, por exemplo, esses estudos são utilizados pelos grupos estudados como espaços onde registram, ou reelaboram, suas histórias diante das necessidades do presente, enquanto que, para o Estado, esses estudos indicam referências da presença do grupo na região e são utilizados para fundamentar o processo jurídico de reconhecimento étnico.

Espaço de Diálogo

O diálogo entre História e Antropologia ocorre interligado à forma como se relacionam índio e Estado. A idéia de Estado utilizada neste estudo é apresentada por Souza⁵⁴. Segundo ele, o Brasil adotou a concepção burguesa clássica de Estado segundo a qual não há intermediários entre este e o cidadão. Desta forma, todos indivíduos estariam convertidos em cidadãos, o que se traduz em assimilação, absorção ou integração dos povos culturalmente diferenciados. O Estado, compreendido desta forma, não concebe a existência de grupos humanos com direitos próprios de

⁵² THOMPSON, E. P. *Folclore, Antropologia e História Social...* p.13.

⁵³ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. MANA – Revista de Antropologia. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993. pp. 47-77. p. 41.

⁵⁴ SOUZA, Carlos Frederico Marés Filho. *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*. Curitiba: Juruá, 1998 p. 86.

organização coletiva, pois tais coletividades deveriam ser reconhecidas e integradas ao sistema de direito estatal. Estado e direito único, ainda que fosse necessária a repressão, violenta ou sutil, às diferenças culturais, étnicas, etc. Assim, é retirado do índio o direito a identidade, a diferença. Esta estrutura de Estado fornece as bases do projeto de integração dos povos indígenas no século XX.

Nesse projeto, o Estado deveria localizar e promover a integração de comunidades indígenas na esfera do governo nacional. Assim, viabilizaria a liberação de espaço (terra) e a concentração de mão-de-obra para possibilitar o desenvolvimento econômico, e promoveria a centralização administrativa visando à construção de um Estado soberano. Terra e mão-de-obra são temas centrais na discussão das relações entre povos indígenas e Estado. Souza Lima⁵⁵ observa como pode ser compreendido este conceito de Estado moderno na relação com os povos indígenas no Brasil:

Esta forma de poder de Estado pode ser vista como modo de integração territorial e política, operada desde um aparelho estatizado, parte do conjunto de redes sociais e relações componentes de um Estado o qual, em diferentes momentos do tempo e implicando múltiplas relações entre distintos segmentos sociais tem se procurado apresentar como nacional [...] [mas] conta em suas bases com o predomínio político em aparência sempre redivivo, de diferentes grupos de grandes produtores agrários [...].

De acordo com Gomes⁵⁶, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão do governo criado em 1910, tinha dois objetivos distintos: o primeiro consistia em fazer parte da política de aumento do domínio do território nacional e da abertura de novas terras à expansão agrícola (este entendido pelas elites agrárias que possuíam o controle estatal), enquanto o segundo pretendia montar uma estrutura capaz de proteger os índios das seqüelas que resultaram do relacionamento com a sociedade brasileira e de oferecer-lhes condições materiais para alcançarem um patamar *mais alto* em suas culturas, o que resultaria em sua integração a sociedade nacional (pretendido por seus idealizadores positivistas). Gomes observa que a doutrina positivista, visando à

⁵⁵ SOUZA LIMA, Antônio Carlos. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 42.

⁵⁶ GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História...* Op. Cit. p. 283.

integração dos povos indígenas, tinha como estratégia intervenções nas relações de trabalho e nas atividades educacionais.

A presença do SPI no Nordeste é apontada por Oliveira Filho⁵⁷ como consequência de um movimento de territorialização iniciado na década de 1920, “[...] *quando o governo de Pernambuco reconheceu as terras doadas ao antigo aldeamento missionário de Ipanema (1705) [para o grupo indígena Carnijó – Fulni-ô – e fundação do Posto Indígena denominado Gal. Dantas Barreto], passando-as ao controle do órgão indigenista*”. As reivindicações de reconhecimento étnico dos povos do Nordeste, nos primeiros quarenta anos da república, devem ser entendidas enquanto estratégia de sobrevivência elaborada por eles, cujo significado encontra-se na inquietação diante do que seria a condição de assistido, e, não, enquanto acomodação ou mesmo cumplicidade com o modelo de assistência apresentado pelo Estado. A principal referência para os índios dessa assistência do Estado era o Posto Indígena Gal. Dantas Barreto e, apesar das deficiências do órgão indigenista, ainda assim buscavam assistência. O conhecimento da existência de um órgão estatal fundado para *proteger* aos índios e, por consequência, restituir seus territórios, cria expectativa de ‘re’unirem-se no aldeamento. A entrada do SPI inaugura um novo momento na relação entre índio e Estado, exigindo adaptações mútuas que interferem tanto na formulação de políticas públicas para esses povos, quanto na reorganização do cotidiano indígena, agora dentro de um espaço denominado aldeia.

Neste caso, aldeamento representa o espaço construído, particularmente, por cada grupo indígena, ao longo de diferentes momentos e formas de ocupação e exploração da terra. É um modo específico de relacionamento com a terra que estabelece a localização do aldeamento, ao mesmo tempo em que leva ao lugar onde ocorre à sobreposição da denominação posto indígena. Portanto, o aldeamento precede ao posto, pois mesmo nos momentos em que não havia a caracterização deste espaço como sendo aldeamento, ou seja, não estava sendo usufruído pelos índios, ele concentrava em si elementos que a qualquer momento poderiam ser acionados e possibilitariam uma resignificação do lugar, no sentido de voltar a ser aldeamento. Segundo Moraes⁵⁸, “*Cada vez mais os lugares são qualificados pelas heranças em espaços construídos*

⁵⁷ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Uma Etnologia dos “Índios Misturados”?*... Op. Cit. p. 58.

⁵⁸ MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 54.

que possuem; no passado, contudo, as condições naturais prevaleciam na definição das ‘vocações’ locais”. Os indígenas do Nordeste, apesar de ocuparem uma área de povoamento antiga e, por isso, serem mais propícios ao argumento da integração, têm sua história atrelada ao lugar por meio dos diversos registros, inclusive, materiais, como é o caso, por exemplo, dos cemitérios⁵⁹. São registros utilizados pelo órgão indigenista quando da instalação do Posto Indígena, uma forma de atualização do espaço. Santos⁶⁰ observa que:

A atualidade do espaço [...] é formada por momentos que foram [...] o momento do passado está morto como tempo, não, porém, como espaço; o momento passado não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social.

Em Alagoas, os grupos Xucuru-Kariri, habitantes do município de Palmeira dos Índios, e os Kariri-Xocó, de Porto Real do Colégio – aldeamentos cuja origem está relacionada a missões religiosas⁶¹ – utilizam-se desses registros para iniciarem um movimento em direção ao Estado, buscando o reconhecimento oficial e restituição territorial. Para isso, estabelecem alianças com outros grupos indígenas, e principalmente com a Igreja, para entrarem em negociação com políticos locais.

Os grupos de Alagoas fazem isso em um momento em que havia constantes reclamações por parte dos encarregados dos postos indígenas sobre os cortes de verbas pelo SPI⁶². A orientação dada pela Inspeção Regional, responsável direta por esta administração, era para que esses postos se tornassem auto-sustentáveis, pois este era o objetivo final da assistência. Vale salientar que os grupos em questão sempre foram reconhecidos como índios pela sociedade envolvente, e mesmo com a deficiência do Serviço em prestar a assistência, e apesar do objetivo

⁵⁹ Na aldeia Xucuru-Kariri, Carlos Estevão de Oliveira encontrou cemitérios indígenas numa gruta localizada na serra do Goiti, em 1937, e Luiz B. Torres, orientado pelos índios, localizou seis outros cemitérios, situados: serra Verde, no povoado de Coité das Pinha, em Alto Vermelho e nas serras do Mocó, Kandará e Leitão.

⁶⁰ SANTOS, Milton. Pensando o espaço e o Homem. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 14.

⁶¹ Sobre os Kariri-Xocó: “Em meados do século XVII os jesuítas fundaram um convento e um colégio conseguindo aos poucos fixar diversos grupos indígenas da região do sub-médio São Francisco, principalmente os Kariri, dando origem assim, ao povoamento de Porto Real do Colégio”. Atlas das terras Indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/ MN/ PPGAS/ UFRJ, 1993, p. 25. Sobre os Xucuru-Kariri: “As terras do município de Palmeira dos Índios constituía primitivamente um aldeamento de índios [...] Dona Maria Pereira Gonçalves, então proprietária da sesmaria, fez doação em 27 de julho de 1773, de meia légua em quadra de terras para a edificação de uma capela sob a invocação do Senhor Bom Jesus da Boa Morte”. ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit. p. 11.

⁶² Como atesta documentação apresentada ao longo deste estudo.

desta, pretendiam se ‘re’aldeiarem, hipótese confirmada, posteriormente, com o reconhecimento étnico.

A aldeia, ou posto indígena, concentra os elementos principais da relação entre índio e Estado e se apresenta como lugar de visita obrigatória para que se possa compreendê-la. A regência deste encontro é una: decretos, leis e práticas comuns oficializadas por mecanismo de controle administrativo. As leis e decretos que tratam da questão indígena, ou se relacionam de alguma forma com ela, são documentos históricos que exprimem as visões, reivindicações e, ou, projetos das forças políticas dominantes que, em um determinado momento, controlam o Estado. Thompson⁶³, em seu estudo sobre a estreita relação entre leis e costumes no século XVIII, observa que nem sempre a legislação representa a prática real, pois são elaboradas pelo órgão legislativo que, geralmente, representa os senhores de terra ou são resultados de barganha política, conforme interesses desses grupos.

Há uma plasticidade na efetivação do que está prescrito em forma de leis e decretos que deve ser considerada quando da sua aplicação. Neste caso, entende-se plasticidade como diferentes formas de aplicação da legislação que, em algumas situações, é consequência do poder político envolvido na questão em disputa. Deve ser reforçada a idéia de que a própria legislação pode ser entendida enquanto resultado de barganha política. É a partir da adoção desta idéia que o Estado ganha corpo e evidencia a estrutura sobre a qual está montada a trama das relações entre ele e os povos indígenas: o primeiro impondo um modelo de assistência no qual o índio era uma categoria jurídica de caráter transitório⁶⁴; o segundo adequando-se a esse modelo de assistência para então intensificar a pressão sobre este, buscando adequá-lo às suas necessidades. Desta forma, busca-se a estrutura enquanto espaço onde grupos que compõem o Estado e os povos indígenas procuram um entendimento e, desse encontro, surgem as políticas indigenista e indígena⁶⁵.

⁶³ THOMPSON, E. P. Costume, Lei e Direito Comum, In: E. P. Thompson. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 86-149. p. 88-89.

⁶⁴ Ver: SOUSA LIMA, Antônio Carlos. Um grande cerco de paz... Op. Cit.

⁶⁵ Entende-se por política indigenista “[...] as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas”. SOUSA LIMA, Antônio Carlos, Um grande cerco de paz... Op. Cit. p. 15. Sobre política indígena, ela deve ser entendida no contexto do movimento indígena: “*Há uma tensão na relação entre índio e Estado. Dela nasce o movimento indígena. A Igreja foi fundamental para a configuração desse movimento. A organização política indígena existia, mas foi a partir das assembleias consensuais, promovidas*

Arruti⁶⁶ observa quais são os termos necessários para se iniciar a relação de um determinado grupo indígena do Nordeste com o Estado, para atender a sinais obrigatórios que caracterizem, para o Estado, um grupo indígena:

Existe um circuito regional de empréstimos culturais e apoio político entre aldeias já existentes e ainda por emergir, assim como existe um padrão de ação indigenista do Estado, formulado e exercido na região e que impõe a esses grupos a assunção de características padronizadas como sinais diacríticos.

Decerto, apesar de estar sendo monitorado por uma administração regionalizada – a Inspetoria Regional 4 – o posto indígena reflete o processo de implementação do projeto integracionista em cada aldeia, apesar de suas particularidades, visto que pesa sobre ele o interesse local e a organização política de cada grupo indígena. Observa-se que havia montagem de uma estrutura administrativa própria para essa região, como também um movimento de organização (ou, reorganização) dos índios, visando ao reagrupamento a partir da assistência estatal. Portanto, o espaço onde ocorre o encontro dos significados da assistência estatal para o índio e para o Estado é construído no cotidiano das relações na aldeia, ou posto indígena, com índios e administradores buscando um entendimento.

O Diálogo

Estabelecer um diálogo entre História e Antropologia sobre os povos indígenas do Nordeste é algo que se impõe diante das particularidades destes povos. Particularidades estas que

pelo CIMI, que o movimento ganhou força. O direito à diferença é posto como bandeira do movimento indígena; com ela, reivindica-se a demarcação de seus territórios tradicionais e o reconhecimento étnico [...] O movimento indígena é alimentado por novas necessidades para garantir a efetivação do direito à diferença; educação diferenciada respeitando o calendário cultural indígena e material didático específico, assistência médica diferenciada da oferecida à sociedade envolvente, inclusive, com a utilização dos saberes locais, etc... Desta forma, pode-se observar a existência de um projeto para os povos indígenas construído pelo movimento indígena. Tal projeto vai sendo impresso aos poucos, primeiro com a garantia em forma de lei (CF88), depois com a reivindicação da efetivação dessa lei. Nos dois momentos há a participação da sociedade civil organizada o que caracteriza o diálogo com a mesma". SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. O Movimento Indígena no Brasil no Período Republicano: semelhanças e diferenças com outros movimentos sociais. Texto apresentado para conclusão do curso Movimentos Sociais na Teoria Sociológica no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. 2005. p. 12.

⁶⁶ ARRUTI, João Maurício Andion. *Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. I, nº 15, 1995, p. 44.

devem ser entendidas enquanto contexto particular a cada grupo, visto que, em uma perspectiva mais ampla, todos estavam inseridos no mesmo projeto da política indigenista em nível regional. A delimitação da área de atuação da IR4 é feita a partir da idéia de unidades administrativas regionais que, apesar de comporem uma estrutura institucional em nível nacional, revelam particularidades. Essas particularidades não resultam de ajustes a uma outra condição encontrada, mas de uma situação imposta ao SPI (o SPI enquanto ferramenta estatal) para atender as novas necessidades de desenvolvimento e controle social em cada região em que atuava. Conforme Souza Lima⁶⁷:

O SPI após a “Revolução de 30” passou a constituir a 4ª Seção do Departamento de Povoamento. As Inspetorias tratariam de todas as tarefas do Ministério no nível regional como controle de mão-de-obra, esvaziando os centros urbanos de possíveis focos de recrudescimento do movimento operário e, no Nordeste, em particular, pretendia amparar as vítimas da seca impedindo-lhes a migração.

O assunto desse diálogo é a assistência do SPI e a estratégia indígena de lidar com ela, mais precisamente o encontro do significado dessa assistência para o índio e para o Estado. Este encontro pode ser visto na relação entre a trajetória específica de um grupo, os Xucuru-Kariri, e a política indigenista regional. A política indigenista pretendia delimitar o espaço de atuação, ou melhor, de movimentação política do índio enquanto grupo étnico diferenciado. Desta forma, o local tem direta relação com o projeto do Estado para estes povos são respostas e adaptações. Neste caso, temos que visitar o óbvio, os povos indígenas do Nordeste não estão isentos das teias de poder institucional, o que acontece é justamente o inverso, este poder institucional apresenta possibilidades de um lugar para os índios na sociedade.

O encontro dos povos indígenas com o Estado, no período republicano, é marcado por uma assistência ambivalente. Existem dois sentidos para a assistência prestada pelo SPI; um para os índios outro para o Estado. Os índios buscavam o Serviço para se preservarem enquanto grupo étnico, para se livrarem de uma situação cujo prolongamento, possivelmente, resultaria em seu desaparecimento. Tal desaparecimento aconteceu com diversos grupos indígenas: sua diluição na

⁶⁷ SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um grande cerco de paz... Op. Cit. p. 252.

sociedade envolvente, por meio da fragmentação. Para o Estado, a assistência aos indígenas objetivava garantir a proteção dos nacionais, pretendendo reduzir a tensão existente na relação entre estes e os índios. Como estratégia tem-se o confinamento dos índios em pequenas aldeias.

No período republicano, os povos indígenas, para remontar a estrutura de grupo étnico, foram obrigados a ceder a uma outra lógica de organização que era a do Estado assumindo a posição de indutor de mudanças. O Estado, através do SPI, impôs uma organização do cotidiano indígena nos Postos Indígenas, ou aldeias, dos índios assistidos, com a implantação de um sistema educacional e de produção cujo controle administrativo era responsabilidade de funcionários do órgão. O significado da assistência atendia a lógica do capital: reagrupar os indígenas em Postos, tornar esses Postos auto-sustentáveis e, desta forma, integrar o índio à sociedade nacional.

O diálogo com a antropologia busca dar visibilidade ao sujeito (o índio) de força política, alimentada por atividades do cotidiano que caminham na contra-mão dos interesses das forças políticas do Estado e fazendeiros locais. Permite perceber o contexto em que viviam os índios antes da tutela (as várias situações que são possíveis resgatar através da etnografia e da história oral), para, então, extrair o sentido da assistência para os índios. Isso evidencia a tensão entre índio e Estado, caracterizada por um processo de adaptação mútua, uma acomodação de diferentes. Sahlins⁶⁸ considera o aspecto da transformação e defende a idéia de que a história é alterada culturalmente, mas que o oposto é igualmente verdadeiro.

Havia um constante processo de reelaboração das estratégias adotadas pelos povos indígenas com a burocracia estatal. Percebe-se o índio como agente ativo neste processo dialético, o que significa reconhecê-lo enquanto elemento que opera na definição da fronteira entre uma estrutura que oferece algo – o Estado – e outra que, dentro da lógica do espaço ofertado, apresentar-se, nesta estrutura, como agente transformador, impondo suas necessidades.

⁶⁸ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CAPÍTULO II

ALDEANDO-SE NO POSTO INDÍGENA

Que nem Boiada Solta⁶⁹

Alta madrugada. O toré, ritmo marcado em caixas de fósforos, à meia luz, nos fundos de uma casa na periferia da cidade de Palmeira dos Índios, agreste alagoano, varava a noite, despercebido pela sociedade palmeirense. A vizinhança não desconfiava, mas ali estava sendo escrita parte da história dos Xucuru-Kariri. A prática do toré era reprimida pelas autoridades locais que, inclusive, almejavam, sem sucesso, alterar o nome da cidade para Palmeira.⁷⁰ Era uma tentativa inútil de encobrir referências sobre a presença indígena, pois esbarrava na própria história do lugar, visto que a origem da cidade estava, intrinsecamente, ligada à presença dos Xucuru-Kariri na região⁷¹.

O toré em surdina ilustra uma das formas da estratégia da invisibilidade. As práticas ritualísticas, dentre outros elementos, estruturam esta estratégia; mesmo em surdina, ele constituía importante componente na definição étnica para os índios e, inclusive, para os brancos que tentavam reprimi-lo. A importância do toré nesta definição, embora em outro contexto, pode ser observada no depoimento de Nunes⁷², índio Kariri-Xocó, sobre o período em que seu grupo estava desaldeado e alguns índios moravam na cidade de Porto Real do Colégio- AL: “*Os brancos da cidade, principalmente a polícia, perseguiram os indígenas, proibindo de dançar o toré na rua em que moravam. A noite, um pessoal que não sei o nome, chegava na rua dos índios e mandava que nossos parentes fossem dormir cedo, às seis horas.*”

⁶⁹ Metáfora construída por Alfredo Celestino, cacique Xucuru-Kariri, para ilustrar a condição de índio desaldeado. “*Antigamente os caboclos andavam pelo mundo que nem boiada solta*”. Depoimento de Alfredo Celestino. In: ANTUNES, Clóvis. *Wakona-Kariri-Xukucu...* Op. Cit. p. 75.

⁷⁰ Francisco Aleixo, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em janeiro de 2003. Arquivo do Grupo de Estudo Índios de Alagoas: cotidiano e etnohistória, liderado pelo Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.

⁷¹ Ver: lenda de Tilixi e Txiliá. In: TORRES, Luiz B. *A Terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX*. Maceió: S/D.

⁷² OLIVEIRA, José Nunes de. Um Pouco da Minha Vida. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos & ELIAS, Juliana Lopes. *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000, p. 286. pp. 277 – 300.

O impacto dessa coerção pode ser observado no depoimento de uma índia Pankararu⁷³, Tacaratu- PE, quando fala sobre a repressão ao toré: “[...] *tudo aí abandonado, os roupantes dos folguedos tudo velho no pau (mas o povo dançava?) Não! [...] Tinham medo que era empatado. Não era pra dançar mais que [...] a aldeia já ia pra baixo, né?*” A fala revela as conseqüências desta atitude para os índios: a aparente perda, em determinados momentos, de alguns elementos próprios do ritual, a exemplo da utilização das vestimentas. O objetivo para o branco era coibir o fortalecimento étnico, ou mesmo a existência de elementos que possibilitassem a comprovação da presença de grupo indígena. O toré era apenas mais um sinal evidente que permitia esta verificação.

A organização política do grupo no período em que estava em andamento aquele processo da invisibilidade poderia ser reconstituída a partir da memória⁷⁴ dos índios mais velhos, como se pode inferir do depoimento do Cacique José Francelino⁷⁵, que faleceu com 101 anos em 1940; esse depoimento pode ser considerado uma referência à memória coletiva do grupo. Seu testemunho – registrado por Carlos Estevão de Oliveira⁷⁶ na década de 1930 – aponta redirecionamento na estratégica política utilizada pelos Xucuru-Kariri, agora, com o estabelecimento de interlocutores. O testemunho de José Francelino permite construir a idéia de continuidade étnica, em momento de transição para a visibilidade, inclusive, frente ao Governo

⁷³ M. R. J. C. 72 anos. In: OLIVEIRA, Maria das Dores. *Da Invisibilidade para a Visibilidade...* Op. Cit. p. 10.

⁷⁴ Para este estudo, utiliza-se o conceito de memória coletiva apresentado por Halbwachs: “*É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente, aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo*”. WALBWCHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 81-82.

⁷⁵ Segundo Carlos Estevão de Oliveira, José Francelino relatou que: “*Antigamente quando os Chucurus eram bravios e moravam no mato, botavam seus mortos dentro de grandes potes e enterravam estes nas grutas das serras*”. Também relatou que: “*Os Chucurus usavam em suas festas, vestimentas de crauá e Uricuri*”. OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *O Ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica, e Algumas Notícias sobre os Remanescentes Indígenas do Nordeste*. In: Revista do Instituto Histórico de Pernambuco. Recife, 1938. p. 175. 147-174

⁷⁶ Idem. Este trabalho de Oliveira será amplamente utilizado nesta parte do estudo, pois, além de constituir importante fonte etnográfica, representa momento político significativo para os índios do Nordeste, em que foram estabelecidas alianças que contribuíram para organização política dos grupos indígenas no período republicano. Oliveira não apresenta uma transcrição do testemunho de José Francelino, apenas parafraseia-o. De acordo com Oliveira, o Cacique revela que “*Quando ‘os Chucurus eram bravios e moravam no mato’, botavam os seus mortos dentro de grandes potes e enterravam estes nas grutas das serras*”. In: OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *O Ossuário da Gruta do Padre...* Op. Cit, p. 175. Para este estudo, entende-se que a revelação feita por José Francelino a Oliveira, sobre os locais onde estavam enterrados os “potes” (ou seja, as igaçabas), constitui-se em uma das formas possíveis para os índios de estabelecer alianças que viabilizassem o restabelecimento territorial do grupo, visto que a constatação da existência destes cemitérios caracterizava-se como importante referência para a localização e registro contemporâneo da aldeia Xucuru-Kariri.

Federal. É possível comprovar a eficácia da invisibilidade, por ela ter possibilitado a permanência da composição política com base em elementos étnicos.

A imagem Xucuru-Kariri - que se torna visível, naquele contexto da política indigenista - é apresentada pelos índios e seus interlocutores. Neste momento, os índios são identificados por Carlos Estevão de Oliveira⁷⁷ como remanescentes, termo que o autor utiliza para os grupos que conservaram, de alguma forma, o que, sem definir, chamou de cultura primitiva. No presente estudo, esta conservação será entendida como resultado de resistência, cuja trajetória é marcada por diversos fatores, como por exemplo: perseguições, extermínios, migrações, negação da identidade, decréscimo populacional... Foram os remanescentes Xucuru-Kariri com seus aliados políticos que rasgaram o véu que cobria o grupo étnico. Isto acontece em momento quando o conceito de índio com o qual o Estado Nacional operava, somente havia sido aplicado no Nordeste para os Fulni-ô⁷⁸.

Um dos principais objetivos operacionais da criação do SPI foi atender às necessidades do desenvolvimento econômico nas frentes de expansão: elas eram vistas em outras regiões do país e, então, não havia preocupação para com o Nordeste. O Estado determinou⁷⁹ quais seriam os

⁷⁷ “*Dentre os remanescentes indígenas do Nordeste, são os ‘Fulniôs’ os que melhor conservaram a primitiva cultura*”. OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *O Ossuário da Gruta do Padre...* Op. Cit, p. 176.

⁷⁸ Vale ressaltar que o caso dos índios Fulni-ô habitantes em Águas Belas tem algumas particularidades que os distinguem dos demais grupos da região, sendo a principal delas a conservação da utilização da língua indígena. Esta particularidade o coloca em posição de destaque frente aos outros grupos, visto que dentre os elementos considerados como referência pelo Estado para a definição do que seria um grupo indígena estava à conservação da língua. Observa que “*É assombroso que em 1937 existam nesse Estado [PE], ao lado de uma cidade bastante avançada como Águas Belas, um milhar de pessoas falando uma língua inteiramente estranha à nossa [...] Dentre os remanescentes indígenas do Nordeste, são os Fulniôs os que melhor conservam a primitiva cultura*”. OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *O Ossuário da Gruta do Padre...* Op. Cit. p. 176. Pompeu Sobrinho, realizando estudos comparativos dos vocábulos, observa que há “inexistência de afinidades entre o *yãthe* e outras línguas indígenas do Nordeste”. Apud. LINDOSO, Dirceu. Na Aldeia de Ia-ti-lhá: etnografia dos índios Tapuis do Nordeste. In: ALMEIDA, LUIZ Sávio de. Et. al. *Resistência, Memória, Etnografia*. Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas, vol. VIII. Maceió: EDUFAL, 2007. Salienta-se também que o Pároco de Águas Belas, o Padre Alfredo Dâmaso, ocupa lugar de destaque na história dos índios do Nordeste no período republicano e foi a partir de sua experiência entre os Fulni-ô que iniciou a luta em defesa dos direitos indígenas.

⁷⁹ “[...] *o reconhecimento desses grupos indígenas se deu por intermédio da informação nas sociedades nativas de que havia um espaço na sociedade brasileira para eles ocuparem enquanto indígena e foi, mediante a difusão desta notícia, que vários povos emergiram no cenário regional. Mas como identificá-los como indígenas? Papel importante neste processo foi o do chefe da Inspeção Regional 4 do SPI, Raimundo Dantas Carneiro, que reconhecia o ouricuri como espaço sagrado de exclusividade dos Fulni-ô, onde se dançava o ‘primitivo’, o ‘verdadeiro toré’. Raimundo adota então esta prática ritual como referência e passa a exigir o desempenho do toré pelos índios que reivindicassem reconhecimento de sua indianidade, na medida em que ele acreditava que o toré era ‘a conscientização de que eles eram índios’.*” GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. *As Múltiplas Incertezas do*

sinais necessários para que um grupo pudesse ser reconhecido como indígena: os rituais, as danças, as pinturas, a língua, as roupas, a aldeia. Eram sinais reprimidos pela sociedade envolvente e seriam procurados no Nordeste, em virtude da demanda regional de grupos reivindicando reconhecimento e assistência estatal.

A partir do estabelecimento desses sinais, tornou-se necessário que os índios realizassem ajustes naquilo que estava sendo apresentado como elementos que os definiam, para, assim, se adequarem ao que o Estado considerava como elementos que configuravam um grupo. Inclusive, a caracterização homogênea dos grupos indígenas dessa região leva a algumas observações instigadas pelo processo que ocorre. Segundo Galvão⁸⁰, ela acontece por haver uma uniformidade regional e uma heterogenia em relação aos indígenas de outras regiões. A construção da unidade índios do Nordeste, conforme Oliveira Filho⁸¹, “[...] *é dada não por suas instituições, nem por sua história, ou por sua conexão com o meio ambiente, mas por pertencerem ao Nordeste, enquanto conglomerado histórico e geográfico*”.

A sintonia com que se deu este ajuste entre os grupos da região permite levantar a hipótese de que havia uma rede de informações e trocas de conhecimento; inclusive, podem ser citados casos onde há registro de diálogo⁸². Possivelmente, pela existência de uma rede, mesmo que difusa, a política do SPI levou à criação de uma inspetoria para tratar, especialmente, com eles. A existência desta rede leva a pensar que havia um movimento indígena *subterrâneo* que estava reestruturando-se. Havia uma busca que assumia a reelaboração da estratégia da invisibilidade, utilizando-se de representação estatal através de um serviço que objetivava a *proteção* dos índios.

Toré. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. (Org.) *Toré: regime do índio do Nordeste*. Recife: Massangana, 2005, p. 17. pp. 13-39.

⁸⁰ GALVÃO, Eduardo. *Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959*. In: Encontro de Sociedades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁸¹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *Uma Etnologia dos “Índios Misturados”?...* Op. Cit, p. 51

⁸² Esses diálogos aconteceram com a interferência de agentes externos ao grupo, sejam índios ou não-índios, o que acaba constituindo uma rede de trocas de informações e conhecimentos que possibilitam a hipótese da existência de um movimento indígena *subterrâneo*. A constituição dessa rede monta o que se poderia chamar de uma estrutura pró-índio, que esteve presente nas articulações políticas que precederam aos reconhecimentos oficiais de alguns grupos da região, como por exemplo: para os Kariri-Xocó “o SPI instalou em 1944 um Posto indígena em Porto Real do Colégio a pedido do padre Alfredo Dâmaso” p, 25; sobre os Kambiwá observa-se que “[...] *se mobilizou um grupo de interessados em sensibilizar a opinião pública da época, sob o incentivo e orientação no monsenhor Alfredo Dâmaso*” p, 13; os Truká “[...] *em meados de 40, iniciaram um processo de reivindicação à terra junto ao SPI, graças aos contatos mantidos com os Tuxá*” p, 53. *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. Op. Cit.

Há particularidades na forma como os grupos indígenas do Nordeste emergem. Neste caso, entenda-se como emergir um processo que, inclusive, pode levar à passagem do grupo da situação de desassistido para assistido pelo Estado. Vale salientar que esta emergência levava a um determinado tipo de encontro com o Estado e será o Estado, pelo poder de mando, que determinará o reconhecimento oficial, ou não, do grupo. Arruti⁸³ observa esta emergência sob a influência direta dos Fulni-ô e do Padre Alfredo Dâmaso:

O mais importante nesta primeira situação de emergência é que ela realiza uma possibilidade até então desconhecida por outras comunidades do Nordeste, servindo como ponto a partir do qual se estendem fios que virão a tecer a rede das emergências. A partir da mediação dos Fulni-ô e do Padre Damaso, são reconhecidos outros quatro grupos que formaram a primeira circunferência dessa rede: os Pankararus, os Xucuru-Kariri, os Kambiwás e os Kariri-Xocós.

Os Xucuru-Kariri, neste momento de emergência étnica⁸⁴, estavam dispersos e desfrutando de diferentes condições de vida. Alguns índios permaneceram no espaço do antigo aldeamento, outros moravam na periferia da cidade ou em fazendas e uma minoria mantinha a posse e/ou propriedade de algum pedaço de terra nas serras⁸⁵. Tem-se alguns depoimentos que atestam a ida de índios para o sudeste do país⁸⁶, o que deve ser entendido no contexto das migrações de nordestinos em busca de melhores condições de vida.

O aparelho do Estado monta estratégia para manter a população indígena sob controle, inserindo-a no contexto da assistência e com o estabelecimento de pequenas aldeias, reforçando o processo de proletarização. Desta forma, o Estado, enquanto instrumento das forças políticas e

⁸³ ARRUTI, João Maurício Andion. *Morte e Vida do Nordeste Indígena...* Op. Cit, p. 23.

⁸⁴ Entenda-se por emergência étnica “As primeiras movimentações pela conquista do estatuto legal de índios e pela conseqüente demarcação de terras reservadas, quase todos em locais de antigos aldeamentos, a maioria alcançando o reconhecimento oficial e os primeiros atos demarcatórios ainda ao longo das décadas de 1930 e 1940”. ARRUTI, João Maurício Andion. *Morte e Vida do Nordeste Indígena...* Op. Cit, p. 22- 23.

⁸⁵ Decerto, alguns índios permaneceram na região de outra forma, além das citadas aqui. No caso das formas citadas, são informações obtidas em bibliografia (Oliveira; 1938, Antunes; 1973, Torres; S/D, Oliveira Júnior; 1997, Martins; 1993, Amorim; 1996, Mandarino; 2004, Silva Júnior; 2004) e depoimentos coletados na área indígena (Grupo de Estudos Índios de Alagoas: cotidiano e etnohistória, liderado pelo Dr. Luiz Sávio de Almeida).

⁸⁶ Tem-se, por exemplo, o caso do índio Xucuru-Kariri Cassimiro Aleixo da Silva, que nasceu em 1919 no povoado denominado Caruá, localizado no município de Anadia-AL. Cassimiro migra, posteriormente, para o Rio de Janeiro. MANDARINO, Giulliana Câmara. *A Luta das leis: o crescimento do protestantismo na aldeia Xucuru-Kariri*. Monografia (graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2004.

econômicas que o comandam, representa o capital e, movido pelas necessidades do desenvolvimento deste capital, busca o aproveitamento da mão-de-obra indígena. A atuação do Estado no processo de proletarização é correlata à pressão que o capital estava exercendo e que levava à inserção do grupo indígena no quadro da mão-de-obra local; eles venderiam a força de trabalho em fazenda e/ou usinas, gerando formas não mutuamente exclusivas para sobrevivência: basicamente, o índio seria levado à categoria de trabalhador rural.

No caso dos Xucuru-Kariri, era a sociedade palmeirense que representava a pressão do capital que estava efetivando a proletarização do grupo. Tratava-se de uma sociedade cuja característica era a evidente transgressão da ordem e descumprimento da lei. Este contexto agravava ainda mais a condição do índio, comprimindo o espaço onde a idéia de grupo diferenciado circulava às claras, o que impossibilitava a estruturação de um movimento indígena declarado e com representação formal. Inclusive, Graciliano Ramos, quando Prefeito, nos anos de 1928 e 1929, não faz qualquer menção aos Xucuru-Kariri em seus detalhados relatórios produzidos no período de sua gestão. A sociedade e o poder relacionados às autoridades podem ser vistos na seguinte passagem⁸⁷:

Havia em Palmeira inúmeros prefeitos: cobradores de impostos, o Comandante do destacamento, os soldados, outros que desejassem administrar. Cada pedaço do Município tinha sua administração particular, com Prefeitos Coronéis e Prefeitos inspetores de quarteirões. Os fiscais, estes resolviam questões de polícia e advogavam.

Na década de 1930, Carlos Estevão de Oliveira⁸⁸ registrou as condições de vida dos índios que possuíam algum pedaço de terra. Observa que, de todos os remanescentes que visitou no Nordeste, são aqueles caboclos Xucuru-Kariri os que se apresentavam em melhor estado. Neste caso, Oliveira refere-se às características físicas, o que informa sobre a concepção de índio utilizada naquele período. Um dos remanescentes Xucuru-Kariri com quem teve contato foi José Celestino. Carlos Estevão de Oliveira⁸⁹ não apresenta o caminho percorrido por aquele índio para possuir terra. Decerto, a posse de terra por José Celestino não resultou de loteamento das terras

⁸⁷ RAMOS, Graciliano. Estado de Alagoas. Prefeitura de Palmeira dos Índios. Relatório ao Governador do Estado (datado de Palmeira dos Índios, 10 de janeiro de 1929). Maceió: Imprensa Oficial, 1929. p. 3.

⁸⁸ OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da Gruta do Padre... Op. Cit.

⁸⁹ OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da Gruta do Padre... Op. Cit.

do antigo aldeamento como prescrevia legislação imperial⁹⁰. Em Alagoas, o único aldeamento que teve o processo de medição das terras iniciado foi o Urucu e, ainda assim, este processo não resultou na distribuição de lotes entre os índios⁹¹.

A fixação dos índios no espaço que constituía o antigo aldeamento se deu, principalmente, nas terras localizadas nas serras. Parece que elas representavam a principal alternativa local, entretanto, não se pode afirmar se pelo valor econômico, se como local estratégico de refúgio ou se por agregar valor simbólico para o grupo, condições não excludentes. O fato é que a permanência naquelas terras contribuiu de forma significativa para a cristalização da idéia da presença indígena na região, como indícios para a construção da idéia de aldeia e, posteriormente, para a fundação do Posto Indígena. Silva⁹², ao abordar a terra indígena buscando seu significado tanto para os Xucuru-Kariri quanto para o capital, observa a relação com o campesinato como forma de vida.

A proximidade com as camadas camponesas e conseqüentemente sua inserção na divisão social do trabalho em adaptação à estrutura do sistema capitalista evidencia-se na organização social dos Xucuru-Kariri, características camponesas, não obstante, seu projeto político de recriação do povo indígena enquanto grupo étnico diferenciado, que se poderia dizer inicia vinculado à retomada de sua luta pela terra por volta de 1940.

⁹⁰ Conforme reza o artigo 12 da Lei de Terras, 1850, as terras consideradas devolutas seriam reservadas para a colonização dos indígenas. Assim, pela nova Lei, as terras indígenas deveriam ter sido medidas, demarcadas e registradas. VASCONCELOS, J. P. M. *Excertos do Livro das Terras: Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 1987. p. 118-119. O Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854, que regulamenta a Lei de Terras, em seu capítulo VI, trata “das Terras Reservadas”. O Artigo 72, dispõe que “Serão reservadas terras devolutas para a colonização e aldeamento de indígenas nos distritos onde existirem hordas selvagens” MENEZES, José Augusto de, Reflexões que Explicam e Esclarecem alguns Artigos da Lei de Terras. 117- 137. In: VASCONCELOS, J. P. M. *Excertos do Livro das Terras: Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Op. Cit.

⁹¹ Essa informação é atestada pela documentação da Direção Geral dos Índios existentes no Arquivo Público de Alagoas. Assunto – diversas autoridades; Assunto Específico – Diretor Geral dos Índios; Anos: (1847 - 1863), (1864 - 1873) e (1820 - 1864); Marços – 37, 38 e 39, respectivamente e Estante 11. O conjunto documental do Arquivo Público de Alagoas contém informações sobre: Governo Geral; Ministério da guerra; Guarda Nacional (recrutamento indígena para compor a Guarda); Delegacia de Polícia; Ministério da Agricultura, comércio e obras públicas; serviços públicos (recrutamento indígena para trabalhos públicos); Demarcação de terras indígenas; e tesouraria da aldeia. SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *Relatório Final PIBIC-CNPQ (2002-2003). Projeto O Cotidiano Indígena de Alagoas: documentação histórica. Orientado pelo Dr. Luiz Sávio de Almeida. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.*

⁹² SILVA, Maria Ester Ferreira da. *A (Des) Territorialização do Povo Xucuru-Kariri e o Processo de Demarcação das Terras Indígenas no Município de Palmeira dos Índios – Alagoas. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2004.*

As condições de vida dos índios que trabalhavam em fazendas podem ser, em parte, reconstituídas a partir dos depoimentos dos filhos e netos que atualmente residem nas seis aldeias Xucuru-Kariri: Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Coité, Capela e Boqueirão. Decerto, para isso, observa-se que há um deslocamento no tempo e, por conseqüência, nas características da construção do espaço indígena, pois, apesar de no espaço estar também a memória do lugar, esta memória é reformulada em virtude do contexto do qual parte o depoimento: a disputa pela posse da terra. Esses depoimentos permitem remontar o processo operacionalizado pelo capital, na aldeia ou Posto Indígena, naquele período e, por isso, trata-se de importante recurso para a reconstituição das condições de vida daqueles índios.

Antônio Ricardo⁹³, 57 anos, aldeado da Fazenda Canto, tinha 6 anos quando os Xucuru-Kariri receberam a assistência do Serviço de Proteção aos Índios. Relembrando as histórias que seus pais contavam, apresenta-se como se estivesse vivenciado aquela época. A fala, em coro com outras, permite considerar, a partir da idéia de memória coletiva, a existência de um *testemunho étnico*:

[...]e nós ficamos sofrendo lá nos pés da serra um ano na fazenda outro ano em outra, né, seca, fome. Porque nós chegava naqueles fazendeiros e eles não liberavam terra pra ninguém trabalhar. Só liberava só o cativo de dois dias por semana de condução, né. Aí a gente ficava ali sofrido, vivendo aculá.

O depoimento de Antônio Ricardo sobre a vida antes do aldeamento, em 1952, revela que seus familiares não possuíam terra para plantar e por isso trabalhavam nas fazendas. Os fazendeiros não disponibilizavam terras para eles fazerem roças para subsistência, nem tampouco os deixavam construir casas que não fossem apenas de palha. Vale salientar que isso ocorria no território tradicional dos Xucuru-Kariri. Alguns desses índios que prestavam serviços em fazendas da região, possivelmente, eram reconhecidos como índios naquela redondeza e esta informação deve ter sido considerada pelos fazendeiros, quando da possibilidade de os índios permanecerem nas fazendas. Por isso, ampliava-se a dificuldade em se estabelecer outros vínculos com a terra.

⁹³ Antônio Ricardo, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória. In: MANDARINO, Giulliana Câmara. A Luta as Leis... Op. Cit.

Gecivaldo Ferreira⁹⁴, 47 anos, também aldeado na Fazenda Canto, complementa a informação e analisa pontos semelhantes sobre o período anterior à assistência. Observa que uma quantidade considerável dos índios era perseguida e, por isso, dispersou-se à procura de melhores condições de vida. Alguns foram trabalhar em terras de fazendeiros; os índios constituíam importante reserva de mão-de-obra local que, pela disponibilidade, era obtida a baixo custo. Gecivaldo Ferreira comenta que, mesmo como reserva de mão-de-obra barata, os índios não podiam revelar sua identidade, uma vez que, se o fizessem, seriam perseguidos e não conseguiriam trabalho.

Gecivaldo Ferreira⁹⁵ demonstra a cadeia de informação estabelecida por meio da oralidade: *“Eu já conto a história dos meus antepassados que contavam pra mim, então eu conto a história deles. Eles falavam da história, da luta que eles viviam”*. Segundo Hampaté Ba⁹⁶, no *“[...] testemunho encontra-se o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade”*. É a referência à cadeia de informações e a forma como o grupo se relaciona com ela que funda a idéia de verdade e, conseqüentemente, estabelece a importância do testemunho: *“O homem é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é”*.

O depoimento de Maria de Lourdes⁹⁷ merece destaque. Ela mora na aldeia Karapotó localizada no município de São Sebastião- AL:

A história Karapotó é uma história. Uma história bonita e interessante. Já é de descendentes, bisavós, tataravós, de pai, de mãe... Vai passando de

⁹⁴ Gecivaldo Ferreira de Queiroz, aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em novembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória. In: MANDARINO, Giulliana Câmara, A Luta as Leis... Op. Cit.

⁹⁵ Gecivaldo Ferreira de Queiroz, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória.

⁹⁶ HAMPATÉ BÂ, Ahmed. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). História Geral da África – I. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, p. 182.

⁹⁷ Maria de Lourdes dos Santos, Aldeia Terra Nova, município de São Sebastião, depoimento dado a Edson Silva e Luiz Sávio de Almeida em janeiro de 1997. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. Dois Dedos de Prosa com os Karapotó. Maceió: EDUFAL, 1998.

geração em geração. E cada um vai contando: meu avô me contava assim, assim, assim... Meu pai me contava assim, assim, assim... e cada um vai contando.

A interpretação no depoimento de Maria de Lourdes, apesar de estar inserido em um contexto diferente ao observado nesta fase do estudo, revela a forma como a história de uma etnia pode ser construída: sendo contada e recontada por gerações, permitindo atualizações enquadradas no rol de possibilidades em que aquela história está contida. No caso Xucuru-Kariri, Silva e Conceição⁹⁸, ao estudarem sobre a força da narrativa na construção territorial do grupo, observam que “[...] *é com o olhar no presente que esta reconstrução histórica do antigo território do povo Xucuru-Kariri é realizada; é também o presente o lugar da construção da problematização que orienta a reconstrução histórica [...]*” Portanto, as possibilidades de como a história pode ser contada e recontada entre os Xucuru-Kariri condiz com a experiência vivenciada pelo grupo no que diz respeito a disputa pela terra.

Carlos Estevão Oliveira⁹⁹ relata a forma de vida de índios que detinham a posse e/ou propriedade de algum pedaço de terra. Ele observa que José Celestino cultivava mandioca, fumo, macaxeira, algodão, abóbora, feijão, etc., além das fruteiras por ele plantadas: manga, jaca, pinha, banana, caju, mamão, goiaba, araçá, coité e catolé. Para remédios, plantava pinhão, erva-cidreira, alfavaca, capim-santo, manjerição, mastruz, mangirioba. Uma situação, no mínimo, privilegiada que não correspondia à condição de vida da maioria dos Xucuru-Kariri neste período, entretanto, assemelhava-se à vida camponesa.

Em abril de 1937, Carlos Estevão de Oliveira¹⁰⁰ testemunha que era precária a situação dos remanescentes Xucuru-Kariri, semelhante à condição dos caboclos de Porto Real do Colégio, região do baixo São Francisco. De acordo com as declarações que os índios lhe fizeram, havia constantes conflitos com fazendeiros da região, em sua maioria envolvendo disputa pela posse da

⁹⁸ SILVA, Maria Ester Ferreira da; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Demarcação das Terras do Povo Xucuru-Kariri: a narrativa como mediação das terras indígenas. In: Resistência, Memória, Etnografia. ALMEIDA, Luiz Sávio de. et al. Índios do Nordeste: temas e problemas, vol. VIII. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 135.

⁹⁹ OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da Gruta do Padre... Op. Cit, p. 174.

¹⁰⁰ “À semelhança do que acontece com a gente de ‘Colégio’ é precaríssima a situação daqueles caboclos. De acordo com as declarações que me fizeram, até as fontes em que se abastecem d’água, os ‘brancos’ lhes tomaram. E muito maiores seriam seus sofrimentos se lhes faltasse a valiosa proteção do Padre Francisco Macedo, vigário de ‘Palmeira’.” OLIVEIRA, Carlos Estevão de. O Ossuário da Gruta do Padre... Op. Cit, p. 174.

terra. Os índios queixavam-se que, naqueles dias, até as fontes que abasteciam suas propriedades de água ‘os brancos’ lhes haviam tirado. Acrescentam que a condição não era pior em virtude da intervenção do Padre Francisco Macedo, Vigário de Palmeira dos Índios, em defesa dos índios, o que indica uma aproximação com a Igreja como estratégia de defesa. Este amparo da igreja pode ter influência direta na organização política do grupo. Possivelmente, foram os índios possuidores de algum pedaço de terra que se organizaram para reivindicar o reconhecimento étnico.

A Busca pelo Aldeamento

Diante das condições de vida dos Xucuru-Kariri, a assistência do SPI pode ser considerada avanço estratégico, visto que permitiria a reorganização do grupo e criaria expectativa quanto à restituição de suas terras. Por isso, a possibilidade de se receber assistência estatal inaugura novo momento, o que resulta na reestruturação da organização política que, a partir dali, iria ao encontro da estrutura administrativa do Governo Federal montada no Serviço de Proteção aos Índios, por intermédio da Inspeção Regional 4 e do Posto Indígena.

A aproximação com a Igreja foi fundamental em termos de orientação política, para a organização do grupo nas décadas de 1940 e início da década de 1950. Segundo depoimento do Mons. Alfredo Dâmaso¹⁰¹, Pároco de Bom Conselho, Alfredo Celestino¹⁰², residente no Sítio Capela (localizado na Serra do Capela), identificando-se como Cacique Xucuru-Kariri, havia solicitado sua colaboração para a instalação de um Posto no município de Palmeira dos Índios. Dâmaso aconselhou a Celestino que não fizesse tal solicitação, visto que o SPI não estava cumprido com o seu objetivo de *proteger* aos índios. A assistência prestada pela IR4 de fato era precária¹⁰³.

¹⁰¹ “Certo dia esteve comigo o caboclo Alfredo Celestino da Silva e solicitou a minha colaboração para ser fundado em Palmeira um Posto Indígena do SPI. Aconselhei-o a não fundar um Posto porque o SPI estava falhando nos seus objetivos”. Depoimento de Alfredo Dâmaso, Pároco de Bom Conselho, Pernambuco, sobre a história dos Chucurus-Kariris. In: ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 77. Obs: Antunes não cita quem realizou a entrevista com o religioso, e sabe-se que no período da sua pesquisa o Padre já havia falecido.

¹⁰² Filho de José Francelino, índio Xucuru-Kariri entrevistado por Carlos Estevão de Oliveira na década de 1930.

¹⁰³ As razões para a objeção de Dâmaso podem ser lançadas em situações como a do Posto Indígena Aticum (posteriormente denominado Padre Nelson), situado na serra do Umã, localizada nos limites do município Carnaubeiras da Penha- PE, para atender aos índios Aticum. A documentação revela a falta de recursos para atender as necessidades indígenas, bem como a incapacidade dos Postos em alcançar sua auto-sustentabilidade, mesmo que depois de quase uma década da sua instalação. Em meados de 1951, Raimundo Dantas Carneiro, então Inspetor da IR 4, comunica ao Posto Indígena Aticum a redução da Verba do Índio, recurso destinado à manutenção do Posto. (Memorando S/N. da IR 4 ao Posto Indígena Aticum. Recife, 19 de julho de 1951. Mf: 181 – Fg - 0243. Serviço de

Neste contexto, em 1951, Alfredo Celestino procura mais uma vez Dâmaso¹⁰⁴. O padre – a exemplo de seu trabalho junto aos Fulni-ô, quando intermediou a negociação com o governo do estado de Pernambuco para a demarcação da aldeia daquele grupo – encampa a idéia do cacique. A partir de então, o cacique e o religioso buscaram apoio político do Deputado Federal Cônego Medeiros Neto e, juntos, entraram em entendimento com o Diretor do SPI José Maria da Gama Malcher – cuja gestão foi de 1951 a 1955. O político e religioso Medeiros Neto, possivelmente, devia conhecer o caso daqueles índios; entretanto, não foram encontrados indícios do seu envolvimento com eles. Há silêncio de Medeiros Neto até que se dá a interferência de Dâmaso. Estabelecido apoio político, Alfredo Celestino envia carta¹⁰⁵ a Malcher solicitando a assistência daquele órgão. Nela, diz que ouviu dizer da existência do SPI e, por isso, estava lembrando-o de que no município de Palmeira dos Índios existe um grupo indígena denominado Xucuru-Kariri; índios “[...] *espalhados que andam bolando de rio abaixo que só pedra em enxurrada*”. A metáfora expressa bem a condição dos índios que trabalhavam nas fazendas da região. O Cacique foi informado, quinze dias depois, de que sua solicitação havia sido eleita¹⁰⁶.

Proteção aos Índios. Museu do Índio). Informa ainda que, provavelmente, isto aconteceria nos meses subseqüentes, ao mesmo tempo em que adverte sobre a importância de se incrementar a agricultura, explorando as possibilidades de plantio de culturas em cada região visando à auto-sustentação do Posto Indígena. Conclui reforçando qual seria o principal objetivo do órgão e a função do servidor: “*Certo de que vos esforçareis no sentido de levar a bom termo a esta minha exortação, espero dentro de poucos anos, poder proclamar a emancipação deste Posto*”. Foi a esta forma de assistência que os índios buscaram, visando sua sobrevivência física e cultural. A assistência, para o Estado, objetivava a auto-sustentação dos Postos Indígenas. Esta condição parece interessante para os povos indígenas, visto que passariam a não depender de verbas que oscilavam e sob o controle dos ditames estatais, entretanto questiona-se a forma como se processou a implantação desse projeto.

¹⁰⁴ “*Visitou-me pela segunda vez. Foi quando me interessei pelo assunto e juntos, Cônego-Deputado Medeiros Neto e eu, tivemos um entendimento com o Dr. Marchet. Chegamos à conclusão que os ‘chucurus-kariri’ possuem uma légua de terra na cidade de Palmeira dos Índios.*” Depoimento de Alfredo Dâmaso In: ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 77.

¹⁰⁵ Depoimento de Alfredo Celestino sobre o conteúdo da carta que enviou ao SPI: “*Ora Doutor. Ouço dizer que existe um Serviço de Proteção aos Índios. Quero lembrar a Sua Excia. que em Palmeira dos Índios existe uma tribo por nome de Xucurus-Kariris. (Nós somos Kariris, mas ficou o nome Xucurus por causa da visita de uns índios da serra do Orôbá de Pesqueira Pernambuco que lá se assina tribo Chucurus). Entences, quero saber de sua Excia. mando dizer que somos cerca de 400 a 500 índios espalhados que andam bolando de ria abaixo que só pedra em enxurrada. Desejo de Sua Excia. resposta urgente. Envia para o senhor um índio de nome Alfredo Celestino da Silva, Pagé dessa tribo dos Chucurus-Cariris.*” In: Clóvis Antunes Wakonã-Kariri-Xucuru: Aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas. Op. Cit. p.76

¹⁰⁶ Depoimento de Alfredo Celestino sobre o conteúdo da resposta do SPI a sua carta: “*Índio Alfredo Celestino da Silva, Pagé da tribo Chucurus-Kariris. Seu pedido foi eleito e espere até a minha segunda ordem*”. In: ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 76.

A estrutura política montada para a solicitação de reconhecimento étnico dos Xucuru-Kariri fundamenta-se em alianças e acordos. As alianças devem ser entendidas como estruturação de um grupo pró-índio, configurando parte de um movimento indígena tácito e não formalizado, presente no agreste alagoano. As alianças, inclusive, não são formalizadas, apesar de ser possível observá-las em outras situações de emergência étnica no Nordeste. Os acordos são circunstanciais e momentâneos. Resultam de interesses em comum quando as partes envolvidas buscam beneficiamento, apesar de terem objetivos diferentes. No agreste alagoano, o grupo liderado por Alfredo Celestino estabeleceu alianças com grupos indígenas já assistidos, principalmente os Fulni-ô e Pancararu, e com a igreja católica, na pessoa do Padre Alfredo Dâmaso, Pároco de Bom Conselho, em Pernambuco. Este grupo, que poderia ser chamado de pró-índio, negocia com o Cônego e Deputado Federal por Alagoas Medeiros Neto e com o Prefeito de Palmeira dos Índios Juca Sampaio. Desta forma a reivindicação Xucuru-Kariri ganha corpo.

Aldeando-se na Fazenda Canto

A história dos Xucuru-Kariri, no contexto republicano, é marcada pela fragmentação política do grupo¹⁰⁷. A forma de organização política entre os Xucuru-Kariri desta época exige que se discuta a representatividade política do grupo na figura do cacique. Não é possível afirmar, pela documentação consultada, que existisse consenso. Conforme Antunes¹⁰⁸, Alfredo Celestino se considera cacique Xucuru-Kariri porque é o mais inteligente, foi o primeiro que cuidou do grupo e é bastante conhecido em Águas Belas. Portanto, diante a falta de elementos para a comprovação da legitimidade da representatividade do cacique, ela deverá ser relativizada, principalmente no que se refere ao conjunto de índios.

Quanto à relação do cacique com os demais grupos que participaram do processo de reconhecimento, é possível afirmar que Alfredo Celestino contou com o apoio de outros grupos indígenas¹⁰⁹, de representação política local e de setor da Igreja católica que vinha atuando na causa indígena. Sua solicitação, com este respaldo, resultou no envio de um inspetor do SPI para

¹⁰⁷ O faccionalismo Xucuru-Kariri será tratado posteriormente.

¹⁰⁸ “*O caboclo Alfredo Celestino da Silva se considera ‘o cacique’ porque ‘sou o mais inteligente da tribo’ e porque ‘fui o primeiro quem cuidou da tropa e sou conhecido bastante em Águas Belas’*”. ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 75.

¹⁰⁹ Não será discutido o faccionalismo entre os grupos indígenas que apoiaram Alfredo Celestino.

tomar conhecimento da situação dos índios Xucuru-Kariri. Segundo Alfredo Celestino¹¹⁰, o Inspetor Iridiano Amarinho¹¹¹ chegou em Palmeira dos Índios acompanhado pelo Padre Dâmaso e pelo índio Fulni-ô Alfredo Lúcio. Nesse encontro, o Cacique foi orientado a continuar o trabalho que vinha desenvolvendo¹¹². Não é possível detalhar esse primeiro momento do SPI na região, em virtude da falta de registros documentais.

Alfredo Celestino participou do processo de levantamento da quantidade e localização das famílias indígenas que habitavam em Palmeira dos Índios e proximidades. Com essa participação, pode-se dizer que a representação do cacique foi legitimada pelo SPI. Desta forma, Alfredo Celestino deve ter adquirido ou aumentado poder e prestígio no grupo, pois participou das reivindicações que criaram a expectativa de reconhecimento de direito à terra demarcada, à assistência, por estar encarregado de identificar, ou selecionar quem seria protegido pelo Serviço.

De acordo com o Pagé Miguel Celestino¹¹³, aldeado da Fazenda Canto, Alfredo teve a liberdade de convocar os índios que ele considerasse merecedores para se apresentarem quando da realização do levantamento *oficial* executado por um inspetor do SPI. Decerto Alfredo Celestino utilizou algum critério para realizar este trabalho, mas estes não estão claros no depoimento de Miguel Celestino, nem tampouco constam na documentação consultada. É possível a hipótese de que ele tenha convocado apenas as famílias que o apoiavam, havendo

¹¹⁰ Depoimento de Alfredo Celestino: “*Após um mês, o Dr. Iridiano, Inspetor, chegou aqui em Palmeira com a Padre Alfredo Dâmaso de Bom Conselho [PE] – Papacaça, acompanhado de Alfredo Lúcio de Águas Belas, índios e Dona Lucila, mulher do Inspetor. Mandaram me chamar e continuar o serviço de fundar o Posto*”. In: ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 76

¹¹¹ Posteriormente, Iridiano Amarinho de Souza foi Inspetor da IR 8 no final de década de 1950 e início da década de 1960. Ver: SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um Grande Cerco de Paz... Op. Cit.

¹¹² Depoimento de Alfredo Celestino: “*Mandaram me chamar e continuar o serviço de fundar o Posto*”. ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 76.

¹¹³ Miguel Celestino. In: MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. Op. Cit.. p. 39-40. Neste caso, torna-se necessário observar que este depoimento foi coletado em meados da década de 1990 e deve ser entendido no contexto do faccionalismo entre grupos liderados por Miguel Celestino e Manoel Celestino. As lideranças eram baseadas em elementos distintos, sendo Manoel Celestino diretamente relacionado a Alfredo Celestino: “*Miguel buscava fazê-la especialmente no contexto religioso, colocando-se aos índios na condição de herdeiro de toadas de seu avô e bisavô paternos [...] o que sugere uma linha de ancestralidade remetendo ao tempo mítico do grupo indígena ‘puro’ anterior a presença do branco. Manoel, por sua vez, ressaltava o caráter da liderança secular, por assim dizer, reivindicando-se descendente direto do último grande cacique Xucuru e afirmando a ‘tradicionalidade’ da vinculação do cargo de cacique a sua família desde tempos imemoriais, reivindicação que não era assumida por Miguel*”. OLIVEIRA JÚNIOR, Adolfo Neves de. Home page da GEREI, consultada em outubro de 2002. Faccionalismo Xucuru-Kariri e a Atuação da FUNAI. pp. 8-9.

assim uma seleção dos índios a serem aldeados, feita por representante de um grupo Xucuru-Kariri legitimado pelo Estado.

Diante das hipóteses que poderiam ser geradas sobre esta seleção, Martins¹¹⁴ observa, a partir de depoimento do Miguel Celestino e outras informações por ela coletadas quando da pesquisa de campo, que, possivelmente, Alfredo Celestino utilizou como critério para efetuar o levantamento os sobrenomes, como referência de ascendência indígena. Martins apresenta um quadro sobre as localidades onde se encontravam alguns índios segundo a procedência de cada família, conforme descrito pelo pagé:

*De Belém (atual Distrito de Quebrangulo, antigamente denominado de 'Canudos', vizinho a Palmeira) vieram as famílias Sátiro (ou 'Satile'), Ricardo, e também a Aleixo (de uma localidade próxima).
Do município de Anadia (em Alagoas) vieram as famílias Cosmo.
Das localidades no município de Palmeira dos índios: 'Caraíba Dantas', família Ferreira de Lima; 'Candará, família Monteiro; 'Mandacaru', família Salustiano (ou Macáro); 'Cafurna de Baixo', Conceição e Mourição; e 'Cafurna', Celestino e Santana.*

Segundo Paraíso¹¹⁵, a diversidade de sobrenomes pode induzir a três formas históricas: a dispersão do grupo seria elevada e antiga; houve a incorporação de outros grupos indígenas que passaram a se identificar como Xucuru-Kariri; e a inclusão de aliados não-índios no grupo. As hipóteses por ela levantadas encontram respaldo no histórico do grupo: há uma dispersão de aproximadamente 80 anos (extinção do aldeamento em 1872 e aldeamento na Fazenda Canto em 1952), e tem-se indefinição quanto ao critério utilizado por Alfredo Celestino para o levantamento das famílias Xucuru-Kariri. São caminhos possíveis para o aprofundamento de como o grupo se organizou para lidar com o SPI, mas a investigação levaria à ampliação da consulta a documentos.

¹¹⁴ “A partir dessas citações de terminologias de sobrenomes, também utilizadas por outros informantes quando mencionavam ‘famílias’, percebi que funcionavam (sobrenomes) como identificadores demarcatórios de ascendência indígena, relacionada a época de ocupação da Fazenda Canto”. MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais. Op. Cit. p. 40.

¹¹⁵ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Notas de Orientação. Salvador: Datilografado, 2007.

O trabalho desenvolvido pelo Cacique Alfredo Celestino, apesar dos possíveis problemas já apresentados, representa importante momento político para o grupo. O levantamento dos nomes das famílias Xucuru-Kariri e a apresentação desses nomes ao SPI constituem arregimentação, de parte do grupo, para a ação reivindicatória. Esse caminho para montagem do palco para a fundação de um campo indigenista em Palmeira dos Índios ampliou o estímulo, pela expectativa gerada, para que houvesse uma mobilização indígena nesse sentido.

Os registros sobre os primeiros encontros com o Governo Federal, representado por um inspetor do SPI, com os índios Xucuru-Kariri são produzidos por Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor designado para dar continuidade à negociação com as autoridades locais para a instalação do Posto¹¹⁶. Sua presença em Palmeira dos Índios, poucos meses depois da solicitação indígena e visita do Inspetor Iridiano Amarinho, objetivava a efetuação da compra de um terreno para aqueles índios, o que demonstra um avançado processo de reconhecimento de direito territorial do grupo.

A exemplo do que ocorreu nos primeiros contatos oficiais dos índios Fulni-ô com Inspetor do SPI Antônio Estigarriba¹¹⁷ para que acontecesse o devido reconhecimento dos índios por aquele órgão¹¹⁸, os Inspetores enviados com o objetivo de criar um campo de ação indigenista¹¹⁹ em determinados municípios do Nordeste, conduziam trabalhos em outras regiões do país. Nestas regiões, naquele momento, o Estado desenvolvia outros projetos e havia outras necessidades para o desenvolvimento econômico, outras pressões, sendo possível a hipótese de que esses inspetores transplantaram um modelo de posto indígena de uma região a outra; em lugares onde o capital se desenvolvia de forma diferente seriam estabelecidos os mesmo tipos de relações entre índio e

¹¹⁶ O Inspetor Deocleciano de Souza Nenê exercia a função de inspetor regional do SPI em Mato Grosso na década de 1930.

¹¹⁷ Sobre a atuação de Antônio Estigarriba, Sidnei Peres observa que: “*Em fins de 1910, foram instaladas três unidades administrativas para coordenar e supervisionar o exercício da prática indigenista nos vales dos rios Doce, Pardo, Mucuri e Jequitinhonha. Esta região foi delineada como locus privilegiado para a criação de povoações indígenas [...] A chefia destas instâncias de ação indigenista ficou sob cuidados de três militares: o capitão Trampowsky, o tenente Alberto Portela e o tenente Antônio Martins Vianna Estigarriba [...] Os dois últimos eram engenheiros-militares; pertenciam a uma categoria profissional fundamental para edificação de tal missão-cívica*”. PERES, Sidnei. Terras Indígenas e Ação Indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) A Viagem de Volta... Op. Cit, p. 47.

¹¹⁸ Ver: PINTO, Estevão. Etnologia Brasileira... op. Cit.

¹¹⁹ Segundo Martins “*É a presença/atuação do SPI e FUNAI [...] com imposições organizacionais aos Xucuru-Kariri*”. In: MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os Caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. v.

Estado. Entretanto, deve ser considerado que existiam contextos específicos nas diversas aldeias e Postos, como observa Peres¹²⁰:

Tais modelos de ação governamental remetem ao repertório de valores, significados e recursos que inspetores e encarregados do SPI colocam em jogo nos cenários interativos em que atuam. A opção por determinada norma de ação em campos políticos específicos é referida a um contexto de relações sociais que transcende os contatos diretos e atuais em que estão envolvidos os representantes do órgão indigenista.

Decerto o capital exercia tipos de pressões particularizadas nos diferentes contextos brasileiros. Em determinadas regiões havia projetos tidos como de primeira ordem e colocados como centro das atenções. No mesmo período, o capital estava atuando/agindo no Nordeste, região com malha fundiária há muito definida e palco de disputas acirradas pela posse da terra. No caso específico do agreste alagoano, os interesses do capital enunciavam os atributos essenciais para definição da forma de como se desenvolveria a relação índios/Estado. Neste contexto, a pressão exercida pelo capital resulta da atuação da representação política e econômica local. Assim, a relação Xucuru-Kariri/Estado se torna inconfundível com o tipo de relação estabelecida em outras regiões.

A particularidade pode ser vista quando, em resposta à ordem de serviço de 23 de abril de 1952, Nenê envia relatório¹²¹ a José Maria da Gama Malcher, então Diretor do SPI, relatando os primeiros momentos do órgão com os Xucuru-Kariri, ou melhor, os primeiros contatos do Serviço com as lideranças políticas locais.

A tarde desse dia [19 de abril, domingo] tomei um auto e fui até a chácara do Snr. Manoel Sampaio Luz, mais conhecido por 'Seu Juca Sampaio' atual Prefeito municipal, o vendedor da fazenda 'Canto', tendo ainda nesse mesmo dia contactado com outras pessoas da situação atual, como sejam: o Sr. João Neto, secretário da prefeitura, e irmão do deputado Federal Padre Medeiros Neto, Aristeu Cavalcante, vereador da câmara municipal, e outros, obtendo desde logo muitas informações interessantes sobre os índios dali.

¹²⁰ PERES, Sidnei. Terras Indígenas... Op. Cit, p. 44.

¹²¹ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Os encontros do inspetor com esses representantes do poder local aconteceram numa tarde de domingo em companhia do Cacique Alfredo Celestino que, segundo Nenê¹²², “[...] *não se afastou [dele], curioso e atento a ouvir e presenciar tudo*”. Desta forma, a sociedade palmeirense estava sendo representada, ao que parece com poder de decisão, enquanto que o índio apenas acompanhava os encontros. Havia um lugar reservado ao índio e ele independia da condição de terem iniciado o processo em questão; era como se não fossem sujeitos do processo. A construção daquele campo de ação indigenista tinha como pré-requisito o consentimento dos representantes formais da sociedade branca. Sobre a construção do campo de ação indigenista, Martins¹²³ chama a atenção para a presença/atuação de agentes de contato (índios, religiosos e políticos) na sua formação e, conseqüentemente, no reconhecimento do grupo.

Os trabalhos desenvolvidos por Nenê em Palmeira dos Índios revelam que, à medida que o Estado procura obter parte das terras referentes ao aldeamento e prestar outro tipo de assistência, institui uma estrutura anti-índio, por meio do aliciamento do poder econômico e do poder político local, representados, no caso, nas pessoas de Juca Sampaio e Medeiros Neto. Esse fato permite levantar a hipótese de que a integração da malha econômica com a malha política constitui uma estratégia para limitar ou minimizar o poder dos indígenas de mobilização local. Tal hipótese é plausível, inclusive, em face de outras experiências do Serviço que levavam a crer que a compra de terreno para os índios estimularia a reconstrução da idéia de aldeia, elemento básico para a caracterização indígena e, por conseqüência, serviria de base para outros tipos de reivindicações.

A compra de terreno para os Xucuru-Kariri representa a primeira intervenção prática do SPI, ao mesmo tempo em que é emblemática para a tese de que, localmente, a assistência do SPI caminha próximo aos interesses dos fazendeiros e políticos. Inclusive, para a definição do local onde seriam assentados os índios, não se considerou as dimensões do antigo aldeamento: a nova

¹²² Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹²³ “*Esse tipo de presença efetiva do estado em áreas indígenas no Nordeste, em que nativos são inseridos em situação de reserva, teve início a partir da década de 40, quando vários grupos receberam assistência direta da SPI, através da instalação de Postos Indígenas [...] Mas é importante chamar atenção que incluem-se nessas situações, a presença/atuação de agentes de contato que contribuíram para esse reconhecimento. Isso tem sido confirmado através de dados sobre esse processo com relação aos Xucuru-Kariri.*” MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os Caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 35.

aldeia estava contida, insignificadamente, no espaço correspondente à antiga. Segundo Souza Lima¹²⁴, o SPI seguia um padrão fundiário no qual a demarcação – aquisição de terra para os índios – era caracterizada por pequenas porções de terra, na qual os índios seriam assentados e conduzidos para o objetivo final do Serviço: a transição de índios a pequenos produtores rurais.

Apesar da terra adquirida para os Xucuru-Kariri estar inserida no espaço da antiga aldeia, a matéria não foi considerada relevante pelo Serviço quando da escolha, pois, haveria locais que poderiam ter sido pleiteados por concentrar indícios mais representativos para o grupo, como, por exemplo, aqueles onde foram identificados cemitérios. A escolha da terra destinada à nova aldeia dos Xucuru-Kariri parece ter sido acordada quando do estabelecimento das negociações já mencionadas, visto que a propriedade a ser adquirida – a fazenda Canto – pertencia a um dos políticos envolvidos no processo, o então prefeito de Palmeira dos Índios.

Esse fato permite observar que o poder local buscava tirar vantagem da presença do SPI. As alianças e negociações oscilam quanto à posição política, mas passam de uma aparente posição pró-índio para uma real postura anti-índio. Neste caso, podem ser ressaltadas as particularidades da aliança estabelecida com a Igreja que encabeça uma campanha pró-índio, mas que obtém vantagens com a fundação do Posto, como, por exemplo, garantir que “[...] *a primeira pedra fundamental ali assentada seja para o levantamento de uma igreja da religião católica*”¹²⁵. A implantação de uma igreja católica dentro da aldeia, partindo da idéia de aldeia como construção indígena, foi solicitada pelos índios em coro com o Padre Alfredo Dâmaso. Conforme Santos¹²⁶, em estudo sobre a presença de elementos católicos na religião Kariri-Xocó, a presença do catolicismo na aldeia deve ser entendida a partir da percepção do próprio índio,

¹²⁴ SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um Grande Cerco de Paz... Op. Cit, p. 117.

¹²⁵ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹²⁶ Nunes – principal informante de Santos – permite a seguinte observação feita por Santos: “*Ele argumenta a questão religiosa ligada a tradição. A tradição está dividida para ele em antiga e integrada. A antiga estaria correspondendo à origem, e a integrada vem da construção histórica do contato com o branco. É por esta segunda via que ele argumenta com a incorporação e integração de fatores brancos no cotidiano indígena e de tal forma que esses fatores operacionalizam-se e passam à categoria de tradição*”. SANTOS, Danúzia Tavares dos. Kariri-Xocó: elementos católicos em sua religiosidade. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. SILVA, Christiano Barros Marinho da (orgs.). Índios do Nordeste: temas e problemas 4. Maceió: EDUFAL, 2004, p. 182.

fundando-se uma relação religiosa diferenciada, aspecto que não será aprofundado neste trabalho, mas que reflete a tensão que precede a criação da aldeia.

Retomando a discussão sobre o caso da aquisição da fazenda Canto, observa-se que naquele momento estavam sendo interligados na pessoa de Juca Sampaio o poder político e o poder econômico: enquanto prefeito e como fazendeiro. O envolvimento de Juca Sampaio no processo de construção do campo de ação indigenista, ao que parece, resume-se à venda de sua propriedade. Nenê¹²⁷ observa que foi um ótimo negócio para o Prefeito. Segundo Nenê – se não houve erro de datilografia no relatório – Sampaio havia oferecido a fazenda a pessoas da região por CR\$ 1, 000, 00, por hectare, e por este valor efetuaria um bom negócio, considerando o preço praticado e a situação de abandono em que se encontrava a fazenda. No entanto, consegue vender a propriedade para o Estado com um acréscimo de aproximadamente 30% sobre o valor inicialmente determinado, ficando fixado em CR\$ 480, 000, 00, por 372 hectares. Esta negociação, possivelmente, foi realizada por Iridiano ou outro representante do SPI que não fosse Nenê, pois quando ele chegou a Palmeira dos Índios, o cheque para a compra do imóvel já se encontrava nas mãos do proprietário¹²⁸. Portanto, o papel de Nenê nessa transação foi o de *fechar um negócio*, ao que tudo indica, já fechado, o que demonstra que foi mantido um diálogo com as forças políticas locais.

Apesar da negociação de compra da fazenda já ter sido acordada (não se sabe por quem e onde, apenas se tem indícios de quando foi feito o acerto), a propriedade estava passível de inspeção e avaliação. Provavelmente, a finalidade desta inspeção era o levantamento das condições em que se encontrava o imóvel para, então, serem efetuadas as devidas adequações visando à instalação e funcionamento do Posto Indígena. Foram avaliadas as casas existentes na

¹²⁷ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹²⁸ Inclusive, Nenê demonstrou-se incomodado com este fato, fazendo considerações sobre ele em seu relatório: *“Amigo Sr. Juca. Para dissipar cismas ou dúvidas que por ventura possa haver, tenho um esclarecimento a fazer. Este cheque o certo seria estar até esse momento em meu poder, porque, sendo ele nominal, passado em meu nome, e vindo assim em suas mãos, pode parecer que seja desconfiança do Diretor de meu Serviço, para comigo. Mas não é, eu assim creio. Foi para assim remetido ao amigo, para assegurar-lhe que o negócio estava feito* Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

fazenda para instalação física do Posto e para servir de moradia para os índios: havia 9 casas, das quais 2 desabaram. A casa grande – a sede – estava precisando de conserto, pois, segundo Ihe informou o capataz da fazenda, Antônio Rosa, havia sido construída há aproximadamente 26 anos. O vaqueiro da fazenda (não consta o nome) contribuiu com a análise feita sobre a propriedade, informando que, de vez em quando, morria uma rês por ter comido uma erva venenosa denominada *erva tatu*, que cobria boa parte da propriedade. Outros pontos foram abordados no relatório, como a situação da estrada de acesso e as possibilidades de fonte de renda, havendo destaque para a produção agrícola¹²⁹. Nenê ressalta que o SPI conseguiu cumprir o seu dever adquirindo terra para os índios¹³⁰. A Fazenda Canto, propriedade com extensão de 372 hectares¹³¹ e distante 6km da sede municipal da Cidade de Palmeira dos Índios, foi adquirida com recurso proveniente do Fundo Monetário do Patrimônio Indígena, em maio de 1952¹³².

A construção de um campo de ação indigenista é um fenômeno densamente local. Os interesses políticos desse processo podem ser representados na pessoa do Deputado Federal Medeiros Neto. O Deputado aparece, no jogo político, nas articulações dos índios com o Padre Alfredo Dâmaso e não se pode afirmar que tenha participado de tal momento político por razões religiosas. O que pode ser afirmado é que, enquanto deputado, tem importância, no jogo político, para o reconhecimento, para o grupo em sua aparente posição de pró-índio, inclusive, inserindo nesta articulação seu irmão, então Secretário da Prefeitura – não se sabe de qual pasta – João de Medeiros Neto. As negociações apresentadas neste estudo permitem observar como acontecem os ajustes das malhas econômicas e políticas.

¹²⁹ “A lavoura é a tecla que eu sempre bato, assim é que o algodão, a cana, a mandioca, produz bem, além do milho e feijão que é comum. Uma plantação de verduras é um alto negócio para vender nas feiras de quartas-feiras e sábados, na cidade. Me informaram que a plantação de agave é uma das plantas em evidência na região, de grandes resultados”. Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹³⁰ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹³¹ Escritura Pública de compra do lugar denominado Canto. Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos. 6 de maio de 1952, Palmeira dos Índios –AL.

¹³² Ofício do Ministério da Agricultura Nº 455 de 4 de junho de 1962. “A fazenda Canto em Palmeira dos Índios, estado de Alagoas, foi adquirida em meio de 1952 por este Serviço [Serviço de Patrimônio da União], para a tribo dos Xucurus com renda indígena, proveniente do Fundo Monetário do Patrimônio Indígena, do qual este Serviço é gestor, pelo exercício de tutela ex-alínea J do regimento aprovado pelo Decreto nº 10. 652 de 16 de outubro de 1942”. In: ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 79.

As alianças e negociações resultantes das relações políticas, de parentesco e religiosas para pressionarem o Estado a fazer-se presente em Palmeira dos Índios para tratar com os Xucuru-Kariri mostram aparentes contradições. O então prefeito e fazendeiro, ao disponibilizar terras para o SPI comprar e assentar os índios, tensiona a relação desses índios com outros fazendeiros: para os índios, a aldeia Fazenda Canto representa um ponto de partida para reivindicar a restituição de seu território tradicional, enquanto que, para os fazendeiros que possuíam terras no território dos índios, ela representa a desvalorização da sua propriedade e o início de um conflito aberto com os índios, sendo suas terras objetos de reivindicações indígenas.

A textura da qual resulta no beneficiamento político do Deputado Medeiros Neto tem seu ápice quando da visita de Deocleciano de Souza Nenê. Os benefícios políticos constituem, entre outros privilégios, abertura de espaço político com a delegação de cargos na estrutura administrativa do Posto Indígena. Este processo culmina com a presença do inspetor do SPI no município. Sua estada foi conduzida a todo instante pelos representantes do poder político e econômico local: seja montado em cavalo cedido por *seu Juca*, ou utilizando prédio da prefeitura para realização dos trabalhos. Não se pode afirmar se por inocência ou conchavo, Nenê sempre esteve acompanhado por pessoas de confiança dos representantes políticos e econômicos locais. É comum encontrar passagens em seu relatório sobre o assunto. Nenê¹³³ personifica esses representantes “*Senhor Coronel Manoel Sampaio Luz [...]*”; “[...] *em animal arreado cedido por ‘seu Juca’, junto com um camarada servindo de guia [...]*”; “[...] *em cavalo cedido por ‘seu Juca’ sai para visitar os bairros [...]*”; “[...] *fui novamente na fazenda Canto, em cavalo do seu Juca [...]*”; “... *aceitando a oferta do Sr. João Neto, de uma sala no prédio da prefeitura, me instalei para fazer o serviço [...]*”. A presença dessas pessoas pode ser entendida, também, como uma forma encontrada pelos representantes brancos de reprimir qualquer iniciativa indígena neste momento do processo, o que justificaria a postura aparentemente passiva do Cacique observada por Nenê e já apresentada neste estudo.

O trabalho realizado por Nenê no prédio da prefeitura refere-se ao recenseamento dos indígenas da região. Provavelmente, o levantamento do número de famílias e localidades onde

¹³³ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

habitavam índios, feito por Alfredo Celestino, foi utilizado pelo inspetor. Antes de iniciar o censo Nenê visitou alguns *bairros*, convidando os chefes de famílias a participarem do censo comparecendo ao Hotel Comercial, no qual estava hospedado, “[...] *levando todos os dados necessários conforme instrução que dei*”.¹³⁴ Não há um detalhamento de tais instruções.

O censo foi realizado entre os dias 24 e 27 de maio, nos horários das 9 às 12 e das 14 às 17 horas. Esse recenseamento representa um momento ímpar e, talvez, o primeiro registro oficial, no período republicano, da existência de índios no agreste alagoano, o que interfere no processo que vinha se desenvolvendo na região, operando dentro do quadro que levava à proletarização do índio. Este processo continua, sendo que agora com a utilização de outras vias, entre elas a burocrática no lugar da força aberta de repressão representada nas figuras dos *prefeitos coronéis e prefeitos de quarteirões* (como observado por Graciliano Ramos).

Nesse censo, o inspetor¹³⁵ afirma ter registrado uma população de 45 famílias de índios Xucuru-Kariri, somando um total de 246 índios. Ao mesmo tempo observa: “*O recenseamento dei por encerrado, sabendo por informações que faltavam ainda muitos índios que premidos pela necessidade se afastaram dali*”. O primeiro registro oficial dos Xucuru-Kariri é incompleto e, por isso, não corresponde à realidade. O autor indica as limitações do cadastro, ao mesmo tempo em que o utiliza como peça central no processo de aldeamento do grupo. Procedimento explicado por ele pela dificuldade encontrada no local para se realizar o censo, apontando como uma das razões a dispersão do grupo. Um fator que deve ter influenciado no resultado do trabalho foi a participação ou presença de prováveis repressores dos índios na região; este fator, provocado por Nenê, pode justificar, em parte, o registro incompleto. Diante de explicações e justificativas, o inspetor apresenta a metodologia adotada para realização do censo; neste caso, o próprio Nenê¹³⁶ dá indícios para se pensar que lhe faltava embasamento para tal serviço:

Comecei de uma forma, e duas vezes modifiquei. Iniciei para ser todos iguais, mas, aparecendo diversos caboclos civilizados, só porque eram casados com

¹³⁴ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

índias, fiz outra folha. Apresentando-se ainda vários caboclos como sendo índios, porém, sem mais os traços de índios, só porque a mãe, o pai, ou os avós eram índios, deliberei organizar três folhas para anotar, dividindo em três classes: Índios Puros, Índias Casadas com Civilizados e Índios Descendentes, e assim executando.

Esse censo encaminha uma dupla tentativa de redução da população Xucuru-Kariri: a redução do número de famílias e indivíduos oficializados, e a utilização de subclasses indígenas¹³⁷. A primeira representa um decréscimo possivelmente significativo no registro da presença desta população indígena. Simboliza o descompromisso do órgão indigenista com os índios, pois não atuou justamente onde a repressão foi mais aguda, provocando a *desterritorialização* do grupo. A segunda, não mais sutil, estabelece que dentre as 45 famílias registradas, apenas 27 são constituídas por índios puros, 13 de Índias Casadas com Civilizados e 5 de Índios Descendentes¹³⁸. Apesar de índios das três classes serem aldeados, essa subclassificação trará problemas de ordem interna para o grupo e será tratada posteriormente. Essa tentativa atua descaracterizando o índio enquanto grupo diferenciado. Nos dois casos está sendo impresso o processo de proletarização do índio, perceptível, também, quando da compra da fazenda Canto antes mesmo de se saber o número de índios que deveriam ser aldeados; inclusive, esperava-se um número maior, como informa Alfredo Celestino em carta já apresentada neste estudo.

¹³⁷ As três classes citadas por ele são amparadas pela Lei de 18 de Setembro de 1946, artigo 156, inciso 3º da CF.

¹³⁸ “Os que recenseei apresentou o seguinte resultado: Índios Puros- 27 famílias com 145 pessoas. Índias casadas com Civilizados- 13 famílias com 71 pessoas, e Índios Descendentes- 5 famílias com 30 pessoas”. Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Posteriormente, Nenê apresenta um resultado mais detalhado do Censo: “**Índios Legítimos** [Puros]: na Cidade, 7 famílias com 39 pessoas; Cafurna, 4 famílias com 28 pessoas; Capela, 2 famílias com 21 pessoas; Candará, 2 famílias com 6 pessoas; Serra Verde, 1 família com 10 pessoas; Coité, 2 famílias com 14 pessoas; Serra da panela, 8 famílias com 23 pessoas; e São José, 1 famílias com 4 pessoas. **Índias Casadas com Civilizados**: Na Cidade, 2 famílias com 17 pessoas; Coité, 2 famílias com 6 pessoas; Boa Vista, 1 famílias com 7 pessoas; Serra Verde, 5 famílias com 27 pessoas; Serra do Panela, 2 famílias com 5 pessoas; Lagedo (ou Lageiro), 1 família com 9 pessoas. **Mestiço, Descendentes de Índios**: Na Serra do Coité, 3 famílias com 20 pessoas; e Candará, 2 famílias com 10 pessoas”. In: Memorial dirigido à Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, por Deocleciano de Souza Nenê, em 8 de maio de 1952. Mf. ??? – Fg - ??? . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

No que diz respeito ao espaço onde seriam assentados os índios, Nenê¹³⁹ reconhece que a fazenda Canto não poderia atender a todos. Por isso, apelou para a Câmara dos Vereadores para que esta concedesse terrenos de *um quadro de cinqüenta por cinqüenta braças em quadra* para os índios. O inspetor indicou 17 famílias dentre as três subclasses para serem beneficiadas. Para isso, Nenê utilizou o argumento da reparação que o Estado deveria fazer aos povos indígenas. A terra a que Nenê se referia, tratava-se de parte das terras do antigo aldeamento Xucuru-Kariri transformada em terras devolutas e incorporada ao patrimônio do município por Ato Estadual¹⁴⁰. A solicitação do inspetor não foi atendida. As famílias que seriam contempladas habitavam nas serras que cercavam a cidade: Serra da Cafurna; Serra da Capela; Serra do Coité; Serra Verde; Serra da Boa Vista e Serra do Candará.

Quanto à forma como foi realizado o aldeamento na fazenda Canto, existem algumas perguntas sem respostas e que sugerem hipóteses. Algumas dessas perguntas recaem sobre a listagem das famílias elaborada por Alfredo Celestino e sobre o censo de 1952. Apesar de não ser conhecido o quantitativo de índios na região, sabe-se que nem todos receberam assistência. Um caso sem resposta em virtude da falta de fontes seria o dos índios que não foram aceitos por Alfredo Celestino quando da listagem prévia das famílias, ou mesmo não reconheciam o cacique como liderança do grupo. Outro caso seriam os índios que negaram sua identidade, dentre outras razões, por medo ou por não acreditarem na *proteção* do Serviço. Ocorre que os índios listados por Celestino e, posteriormente, recenseados pelo inspetor foram aldeados na Fazenda Canto. Parece que a subclassificação indígena não foi utilizada como critério para seleção de quem seria aldeado. Foram considerados alguns casos particulares para esta seleção. Segundo Antunes¹⁴¹, foram priorizados – não se sabe por quem – os casos de maior necessidade, como os índios que sobreviviam com dificuldades ou não possuíam terra para fazer roças mesmo que de subsistência, ou como metaforizou Alfredo Celestino: “[...] *os caboclos [que] andavam pelo mundo que nem boiada solta*”¹⁴².

¹³⁹ Memorial dirigido à Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, por Deocleciano de Souza Nenê, em 8 de maio de 1952. Mf. ??? – Fg - ??? . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Rio de Janeiro.

¹⁴⁰ Baseado no Decreto nº 2672, de 20 de outubro de 1875. Artigo I: “*Os governos ficam autorizados a alienar as terras das aldeias extintas*” [...] Parágrafo 3º: “[...] *farão parte do patrimônio das respectivas municipalidades*”.

¹⁴¹ ANTUNES, Clóvis. Wacona- Kariri- Xucuru... Op. Cit.

¹⁴² Depoimento de Alfredo Celestino, Cacique Xucuru-Kariri responsável pelo reconhecimento do grupo em 1952, em ANTUNES, Clóvis. Wacona- Kariri- Xucuru... Op. Cit, p. 75.

Os índios passaram a procurar o Serviço para, enfim, saírem da condição em que viviam. A forma e o impacto da notícia da aquisição de terra para os índios podem ser percebidos no depoimento do índio Antônio Ricardo da Silva¹⁴³:

Nós morava no Bem-te-vi, ele disse: ‘Óia, tá anunciando, no radinho velho açula daquela casa, tá anunciando que foi liberada uma área pra os Xucuru-Kariri de Palmeira dos Índios que anda desperdiçados nas fazendas aqui, aculá, morando um ano aqui, aculá, e tá chegando a hora.

A perambulação das famílias indígenas neste período de invisibilidade oficial parece ser lugar comum em todos os depoimentos. É a história fragmentada de uma etnia que passa a ser contada através de trajetórias familiares em busca pela sobrevivência física. Entenda-se fragmentada enquanto a busca por soluções em curto prazo, quando não estava explicitada a idéia de grupo diferenciado. Contudo, são histórias estreitamente interligadas pela causa e efeito da condição étnica e de momento político do grupo. Cassimiro¹⁴⁴ nos relata as andanças de sua família até ser assentada na aldeia Fazenda Canto.

Os índios tava tudo espalhado porque não tinha onde morar, acho que não tinha nem uma dúzia de gente morando no terreno [...] Eu morava daqui mais a cinco léguas, nasci e me criei. Era Caruá, até município de Anadia nesse tempo. Aí depois a gente compramos um terreno. Compramos não, nós fomos embora para Olho d’água das Flores, moramos lá seis anos e depois nós compramos um chãozinho de casa aqui, esse lugar abaixo. O lugar chama até Cajazeiro. É montanha, montanha, não tinha casa, não tinha nada, só era mato. Aí compramos um chãozinho de casa e ficamos lá morando até quando compraram isso aqui e a gente viemos embora. A gente sabia de tudo, eles andavam nas casas da gente até pra ver quantos índios tinham.

¹⁴³ Antônio Ricardo, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória. Ao analisar este depoimento, Mandarino observa que não havia rádio nas redondezas naquela época. A única emissora era a rádio Difusora sediada em Maceió. Neste caso, a palavra rádio significa uma forma não identificável de comunicação pública. Pode-se supor como a notícia deve ter se espalhado velozmente entre as famílias indígenas e a expectativa que foi criada com a existência de uma nova terra. In: MANDARINO, Giulliana Câmara, A Luta as Leis... Op. Cit, p. 17.

¹⁴⁴ SILVA, Cassimiro Aleixo da, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Giulliana Câmara Mandarino em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória.

No início de seu depoimento, Cassimiro revela que aquela condição não dizia respeito apenas a sua família. Desta forma, constrói-se o caminho Xucuru-Kariri: a perda do chão; o viver espalhado; a fixação de alguns poucos nas serras, compra da Fazenda Canto... Entretanto, dentro desta condição, existe algo reservado: passos particulares a cada família. Com a aquisição da fazenda Canto os passos familiares fragmentados passam a convergir para a aldeia Fazenda Canto e se transformam em passos coletivos sob a etnia Xucuru-Kariri.

CAPÍTULO III

ALDEADOS NO POSTO INDÍGENA

*Nem todas contradições se resolvem em síntese, mas se mantêm numa tensão, que pode levar à mudança, ao surgimento de um saber capaz de superar as condições presentes.*¹⁴⁵

Os Xucuru-Kariri e o Posto Indígena Irineu dos Santos

O Posto Indígena de Palmeira dos Índios recebeu o nome do Inspetor do SPI Irineu dos Santos¹⁴⁶. A exemplo de outros, o nome escolhido não considerava os valores indígenas ou estabeleciam qualquer relação com a história do grupo. Irineu dos Santos, possivelmente, não devia ter conhecimento da existência daqueles índios no agreste alagoano e, em contrapartida, seu nome deveria ser estranho entre os Xucuru-Kariri. A presença desse novo nome na história Xucuru-Kariri refere-se à passagem do grupo à vida em aldeia e, concomitantemente, ao cotidiano no Posto. Portanto, assim como o nome do inspetor, que, apesar de estranho aos índios, passou a fazer parte da história do grupo, o tipo de vida no espaço denominado posto também representava algo desconhecido para os Xucuru-Kariri.

A relação índio e Estado pode ser observada a partir do cotidiano indígena na aldeia e no Posto. Neste caso, salienta-se que aldeia representa o espaço predominantemente indígena, enquanto que Posto constitui o espaço construído pelo Estado. Esta relação é caracterizada pelo encontro entre a organização indígena no espaço denominado aldeia e a estrutura administrativa montada para gerenciar o Posto. A forma como elementos estranhos à organização indígena foram impostos pode ilustrar o tipo de relação que o Estado pretendia estabelecer: impor a homogeneidade cultural.

¹⁴⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. A Invenção do Nordeste e outras artes. São Paulo: Cortez, 2001, p. 255.

¹⁴⁶ O nome do Inspetor Irineu dos Santos foi dado à escola que estava em funcionamento antes da instalação da sede do posto, mas não é possível identificar quem deu esse nome à escola. Entretanto, foi o Inspetor Deocleciano de Sousa Nenê quem indicou o nome do inspetor para o Posto. “[...] *atendendo que o futuro Posto da fazenda Canto, que desde já atrevo-me propor, deverá ser denominado de ‘P. I. INSPETOR IRINEU’, o nome da atual escola [...]*”. Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

A relação aldeia e posto é marcada pelo confronto de interesses em que uma parte exerce influência sobre a outra, não resultando em acomodação indígena, mas em uma relação em construção. Quando o posto é implantado, gerenciará uma organização social que, obrigatoriamente, não será o aldeamento que o índio concebia, mas o aldeamento possível para o índio construir diante do Serviço de Proteção aos Índios. Os postos tinham estrutura administrativa padronizada e a montagem desta estrutura fundamentava-se na concepção de que haveria homogeneidade indígena; entretanto, na prática, tinha-se diversidade étnica. Na relação particular de cada posto com um respectivo grupo, observa-se que os grupos se organizavam de formas diferenciadas para lidar com essa administração do posto o que, inclusive, provoca tensão política.

Há tensão no encontro dos interesses do índio com os do Estado; ressalta-se a idéia de que a assistência que o SPI buscava prestar tinha um significado para os índios e outro para o Estado. O Estado objetivava a integração dos índios e buscava estabelecer uma relação uniforme através dos postos. Entretanto, a vida sob sua *proteção* – nos postos – instigou um processo de reafirmação étnica. Segundo Oliveira¹⁴⁷, ao avaliar o papel dessas unidades administrativas, isso ocorre “[...] *devido ao caráter desse relacionamento entre postos indígenas e as populações tribais sob o seu controle. O que se verifica é a emergência de mecanismos contra-assimiladores [...] [onde índios buscavam] evidenciar sua condição de índio diante da comunidade indígena e, particularmente, frente ao órgão protetor*”. A presença de mecanismos *contra-assimiladores* representa o anticonrole e reforça a tática de evidenciar a condição de índio, a reafirmação da identidade e a visão de que este *controle* pretendido jamais seria alcançado, em face da reafirmação étnica.

Neste caso, é importante destacar algumas observações sobre o processo de emergência étnica. Ele tem uma origem indistinta no tempo. Contudo, podem ser identificadas fases dessa emergência. Entende-se por emergência o momento quando um grupo indígena que utilizava a estratégia da invisibilidade passa a apresentar-se enquanto grupo diferenciado, tornando-se visível, inclusive, para o Estado.

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Papel dos “Postos Indígenas” no Processo de Assimilação: estudo de dois casos. In: SCHADEN, Egon. Leituras de Etnologia Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 450.

No caso Xucuru-Kariri, essa emergência aconteceu e levou ao contexto das alianças estabelecidas pelo grupo que parte para negociações com políticos locais, resultando em pressão sobre as estruturas do Estado, que passou a manifestar interesse em reconhecer o grupo. Se o Estado não o reconhecesse, possivelmente, o processo de emergência seguiria por um caminho de indefinição, que não merece especulação neste estudo. Reconhecido – como é o caso estudado –, o processo de emergência segue para a consolidação da vida em aldeia e em posto, dando-se a intensificação da reafirmação étnica. Portanto, no contexto da aldeia e posto, o processo de emergência se liga ao da reafirmação étnica e, desta forma, vai ser sempre renovado, resultando em um processo em constante construção.

A reafirmação étnica representa uma atualização tática e resulta da busca dos indígenas pelo aldeamento, no posto; no cotidiano da unidade administrativa do órgão indigenista, o grupo busca compreender-se no espaço aldeamento e o faz reforçando seus elementos étnicos. A busca pelo aldeamento é uma continuidade da tensão. O grupo busca a vida no aldeamento lidando com regras impostas pelo Estado, que são normas de funcionamento estabelecidas para o posto. O grupo é obrigado a conviver com estas normas, mas isso não significa que ele, obrigatoriamente, as aceite.

Portanto, a condição de índio afirmada pelos Xucuru-Kariri, sob a *proteção* do Posto Irineu dos Santos, é um processo, uma construção. Esta idéia deve ser entendida no contexto do confronto Índio/Estado que resultará do modo como se terá o exercício das relações que fundam as ações indigenistas no local: o campo de ação indigenista. A presença desses campos no Nordeste, ao mesmo tempo em que, entre outros aspectos, resulta de um movimento de emergência étnica, abre espaço político para os índios continuarem seus movimentos reivindicatórios. Segundo Oliveira Filho¹⁴⁸:

Em função do reconhecimento de sua condição de índios por parte do organismo competente, um grupo indígena específico recebe do Estado proteção oficial. A forma típica dessa atuação/presença acarreta o surgimento

¹⁴⁸ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O Nosso Governo”: os Ticunas e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 14.

de determinadas relações econômicas e políticas que se repetem a muitos grupos assistidos [...] apesar de diferenças de conteúdo derivadas das diferentes tradições culturais envolvidas. Desse conjunto de regularidades decorre um modo de ser característico de grupos indígenas assistidos pelo órgão tutor.

A instalação de unidades administrativas não resolve um dos principais problemas para o índio: a terra. Ele é minimizado quando da aquisição da fazenda Canto, não havendo interesse das forças políticas locais em solucioná-lo. Possivelmente, o SPI percebeu que a fazenda não comportaria os índios arrolados, como se pode verificar a partir do relatório do Inspetor Deocleciano Nenê¹⁴⁹, pois, quando da negociação da fazenda, o inspetor solicitou à Câmara Municipal a liberação de terras naquele município para o assentamento, tendo sua solicitação indeferida. Caso a Câmara aceitasse a solicitação, a presença territorial dos Xucuru-Kariri seria ampliada, o que poderia acarretar impacto na economia local e/ou na forma como estava distribuído o poder baseado na posse da terra. O desenrolar da negociação entre autoridades e SPI leva ao entendimento de que, diante dos interesses políticos locais, haveria apenas um lugar reservado ao índio: a fazenda Canto.

O assentamento dos Xucuru-Kariri neste local representa reconhecimento oficial daquele espaço como sendo terra indígena. Neste caso, destaca-se a diferença conceitual do termo terra e territorialidade. Segundo Leite¹⁵⁰ territorialidade “[...] é usado de território habitado por determinado grupo social a partir da sua lógica interna de organização social”. Enquanto que terra indígena “[...] muitas vezes não respeita a lógica da territorialidade [...] envolve um grande número de variáveis, incluindo aí a estratégia de lutas dos índios por uma determinada área”. Assim, a territorialidade representa a perspectiva indígena baseada na tradição, enquanto que a terra indígena surge como uma estratégia de sobrevivência em curto prazo.

¹⁴⁹ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁵⁰ LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. Uma Proposta para o Monitoramento e Análise das Terras Indígenas. In: PETI. Atlas das Terras Indígenas... Op. Cit, p. x. Leite observa ainda que: “O uso do termo territorialidade aqui é bastante genérico, como uma característica no uso e ocupação do território. Devemos destacar duas formas de tratá-las mais comumente encontradas na literatura: como espaço do grupo na sua reprodução física e cultural e como espaço assumido pelo grupo como seu”. Idem, p. xiv.

A Aldeia Fazenda Canto resultou de uma estratégia de sobrevivência. A busca por terra deve ser entendida como um imperativo, uma vez que não tinha como pano de fundo somente a sobrevivência étnica, mas a sobrevivência física. A estratégia elaborada pelos Xucuru-Kariri deve ter considerado sua territorialidade, entretanto, pressupõe-se que, devido às condições de vida daqueles índios, seriam aceitas terras em dimensão mesmo mínimas, face ao tamanho do que seria o território indígena. Silva¹⁵¹, ao buscar o sentido da terra indígena Xucuru-Kariri para os índios e para o capital, observa:

O conflito entre os diferentes regimes da propriedade capitalista comercial (terra de negócio) e a propriedade vivencial dos camponeses e povos indígenas (terra de trabalho) é marcado por uma fronteira de guerra e depopulação. Nesta luta com armas desiguais se juntam os diferentes povos indígenas na defesa de seus territórios tradicionais. No regime de propriedade vivencial [...] ou propriedade coletiva dos povos indígenas, a terra é condição de sobrevivência, mestra da vida, de trabalho e de lazer. Já no regime de propriedade capitalista, a terra e seus produtos são utilizados como mercadorias e objeto de lucro.

A fazenda Canto está contida no território Xucuru-Kariri. Não é possível afirmar se houve qualquer indicação pelo grupo quanto à localização da terra onde seria assentado. Talvez isso não tivesse sido necessário, visto que qualquer imóvel localizado no Município de Palmeira dos Índios, certamente, estaria ocupando terras tradicionais Xucuru-Kariri; neste caso, vale salientar que há, praticamente, uma sobreposição da territorialidade indígena com o espaço político definido para o município. A partir da Aldeia Fazenda Canto, inicia-se uma busca do grupo por sua territorialidade, resultando em atualização do espaço onde está registrada parte da sua história: podem ser citados como exemplo, cemitérios, terreiros, rios, serras, árvores, igrejas, casas, etc., registros que serão reivindicados pelos índios e apresentados como definidores do seu território. Este território com significativo valor simbólico inerente representará objeto de reivindicação, em longo prazo, para os índios¹⁵², contudo, a Aldeia Fazenda Canto definirá o tipo de relação que o grupo terá com a sociedade envolvente: a disputa pela posse da terra.

¹⁵¹ SILVA, Maria Ester Ferreira da. A (Des) Territorialização do Povo Xucuru-Kariri... Op. Cit, p. 45.

¹⁵² “No histórico recente Xucuru-Kariri (1952-2000) foram realizadas quatro retomadas de terra, além da aquisição da Fazenda Canto, em 1952. As retomadas em 1979 (Mata da Cafurna), em 1986 (Everaldo Garrote e Sítio Benone) e em 1994 (Mata da Jibóia e Fazenda Brejinho)”. As retomadas de terra são situações limites no processo de demarcação territorial e devem ser tomadas como momentos representativos quanto ao aumento da tensão da disputa

A terra é central para resolução do problema dos povos indígenas, entretanto estava reduzida à dimensão que lhe foi dada pelo SPI, quando da criação daquele campo indigenista. O problema é abandonado, pois as ações administrativas visavam apenas ao gerenciamento do posto, deixando estabelecido um espaço delimitado pelos limites da Fazenda Canto. Mariátegui¹⁵³, ao analisar o problema do índio, observa que este problema é econômico e fundamenta-se no acesso à terra:

Todas las tesis sobre el problema indígena, que ignoran o eluden a este como problema econômico-social, son otros tantos estériles ejercicios teóricos [...] La crítica socialista lo descubre y esclarece, porque busca sus causas en la economía del país y no en su mecanismo administrativo, jurídico o eclesiástico, ni en su dualidad o pluralidad de razas, ni en sus condiciones culturales y morales. La cuestión indígena arranca de nuestra economía. Tiene sus raíces en regime de propiedad de la tierra.

Desta forma, o problema indígena não deve ser tratado apenas sob a perspectiva administrativa, étnica ou moral, devem ser considerados, nesta análise, seus aspectos sociais e econômicos, integrados à ordem da produção. De acordo com Silva¹⁵⁴, essa abordagem torna-se fundamental para se compreender o projeto do Estado para os povos indígenas: “[..] *adequar o índio e seu espaço à produção, o que significa sua eliminação física ou alguma forma de encobri-lo à guisa de sua integração à sociedade branca*”. Portanto, a montagem de uma estrutura administrativa para o trato com os grupos indígenas por meio do Ministério da Agricultura, Serviço de Proteção aos Índios, Inspetoria Regional e Posto Indígena não poderia resolver a problemática indígena, pois se caracteriza como intervenções superficiais que procuravam acabar com a tensão existente na relação entre índios e sociedade envolvente, com uma solução pró-Estado, pró-capital.

A Efetivação da Montagem do Campo de Ação Indigenista

pela terra entre índios e posseiros, visto que esta tensão permeia toda essa relação. SILVA JÚNIOR. Aldemir Barros da. A Retomada de Terra Indígena Xucuru-Kariri... Op. Cit, p. 183.

¹⁵³ MARIÁTEGUI, José Carlos. El Problema Del índio. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos. Índios do Nordeste: temas e problemas 3. Maceió: EDUFAL, 2002, p. 27.

¹⁵⁴ SILVA, Amaro Hélio Leite da. Serra dos Perigosos... Op. Cit, p. 43.

O campo de ação indigenista instaurado em Palmeira dos Índios com a instalação de unidades administrativas procurava administrar a situação local, do ponto de vista do Estado. É necessário frisar que os postos tinham uma padronização de funcionamento a partir de projetos desenvolvidos em diversas áreas, como, por exemplo, educação e produção. Enquanto que, por um lado, dá-se ênfase à instalação de escola e desenvolvimento de atividades educacionais, por outro, têm-se projetos agrícolas que visavam, inclusive, à auto-sustentabilidade do Posto, não importando que tivesse viabilidade. Esses projetos estavam injetados no cotidiano administrativo e representavam caminhos para a reinserção do índio no sistema de produção local. Dava-se uma justaposição às estruturas étnicas.

A educação ocupava papel de destaque na atuação dos postos. No caso do Posto Irineu dos Santos, funda-se a escola antes da instalação da sede. Possivelmente, os primeiros contatos para a fundação da escola para os índios do agreste alagoano foram estabelecidos no ano de 1950. A diretoria do Serviço informou¹⁵⁵ a IR4 que haveria verba – prevista no orçamento de 1950 – destinada à instalação da escola, contratação de um auxiliar de ensino e um aprendiz índio. Solicitou¹⁵⁶ também que a inspetoria indicasse um servidor para entrar em entendimento com as autoridades locais.

O Inspetor Regional Raimundo Carneiro Dantas indicou¹⁵⁷ o Inspetor Tubal Fialho Vianna para realizar o serviço, cuja missão seria entrar em contato com as autoridades locais e escolher local para a instalação da sede e da escola. O Inspetor Tubal Vianna preparou orçamento das despesas¹⁵⁸ para a instalação da escola, apesar de não ser possível dar certeza de sua visita à Palmeira dos Índios, mas não conclui os trabalhos em virtude de entraves burocráticos¹⁵⁹. Ao que

¹⁵⁵ Telegrama s/n da Diretoria à IR 4. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2183. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Comunica acréscimo de suprimentos da verba da tabela de pessoal para criação de escola em Palmeira dos Índios.

¹⁵⁶ Telegrama nº 473 da Diretoria à IR 4. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. Mf. 182 – Fg. 1987. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Solicita da IR 4 que informe sobre a possibilidade de enviar servidor à Palmeira dos Índios para instalação de escola.

¹⁵⁷ Telegrama nº 141 da IR 4 à Diretoria do SPI. Recife. 13 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2149. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Indica o servidor ‘Tubal’ para escolher local para instalação da sede e escola do novo posto.

¹⁵⁸ Ofício nº 52 da IR 4 à SOU. Recife, 28 de abril de 1951. Mf. 182 – Fg. 1991-1992. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Remete orçamento das despesas para instalação da escola.

¹⁵⁹ O caminho burocrático: Telegrama nº 540 da SOA à IR 4. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1951. Mf. 182 – Fg. 1988. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Pede que informe a importância necessária à instalação da

tudo indica, a escola foi instalada, posteriormente, pelo Inspetor Iridiano Amarinho de Oliveira¹⁶⁰, não tendo sido encontrada também documentação sobre o assunto.

O fato é que quando o Inspetor Deocleciano Nenê¹⁶¹ visita Palmeira dos Índios em maio de 1952 a escola já havia sido instalada na periferia da cidade. Estava funcionando no turno vespertino em pequena sala cedida por *Salu de tal* (sic), em sua casa, com as carteiras emprestadas de uma escola municipal, atendendo a 8 crianças entre 6 a 15 anos. Tais condições de funcionamento indicam que, se houve algum entendimento entre o SPI e a Prefeitura, parecia não haver interesse do município na questão, visto sua contrapartida. Posteriormente, a partir das negociações realizadas por Deocleciano Nenê¹⁶², o Serviço alugou uma pequena casa no Alto do Cruzeiro¹⁶³, local sugerido por Alfredo Celestino e que não tem relação direta com a fazenda Canto, enquanto que, em contra-partida, a prefeitura cedeu as carteiras, ou melhor, como registra o inspetor: as carteiras foram adquiridas “[...] *por João Medeiros Neto e Juca Sampaio*”, uma forma de personificar a administração municipal¹⁶⁴.

A presença de uma escola instalada pelo SPI em Palmeira dos Índios para atender aos Xucuru-Kariri pode ser entendida no contexto da Campanha Nacional de Educação Rural –

escola. Telegrama nº 159 da IR 4 à SOA. Recife, 30 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2152. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Informa que remeteu orçamento das despesas para escola. Telegrama nº 182 da IR 4 à Diretoria. Recife, 15 de maio de 1951. Mf. 181 – Fg. 2154. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Informa estar aguardando remessa de suprimentos de acordo com orçamento enviado. Telegrama nº 677 da SOA à IR 4. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1951. Mf. 181 – Fg. 2194. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Solicita que informe a duração da viagem do inspetor. Telegrama nº 208 da IR 4 à Diretoria. Recife, 5 de junho de 1951. Mf. 181 – Fg. 2157. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Informa que a viagem será de vinte dias. Telegrama nº 257 da IR 4 à Diretoria. Recife, 11 de junho de 1951. Mf. 181 – Fg. 2162. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Consulta sobre a missão que o inspetor irá desenvolver. Telegrama nº 279 da IR 4 à Diretoria. Recife, 8 de agosto de 1951. Mf. 181 – Fg. 2164. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Solicita informações sobre quais providências deverão ser tomadas pelo inspetor. Telegrama nº 1.313 da Diretoria à IR 4. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1951. Mf. 181 – Fg. 2211.

¹⁶⁰ Telegrama nº 1.313 da Diretoria à IR 4. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1951. Mf. 181 – Fg. 2211. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Informa que o Inspetor Iridiano [...] está autorizado a resolver o caso da instalação da escola em Palmeira dos Índios, devendo a inspetoria aguardar verba.

¹⁶¹ Relatório apresentado, por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo a compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Local cantado em toré: “*Lá no pé do Cruzeiro Jurema/ Eu brinco com o meu Maracá na mão [...]*”. Toré cantado por Francisco Aleixo, índio Xucuru-Kariri aldeado na Fazenda Canto. Gravado em 32 de junho de 2003. Arquivo particular de Aldemir Barros da Silva Júnior.

¹⁶⁴ Não foi possível identificar a fonte pagadora, podendo ter sido a Prefeitura através da Secretaria de Educação ou o secretário, ou prefeito, enquanto pessoa física. O que pode ser afirmado é que este recurso não saiu do SPI.

CNER. Esta campanha, como apresenta Moura¹⁶⁵, tinha como objetivo: “*Acelerar o processo evolutivo do homem rural, nele despertando o espírito comunitário, a idéia do valor humano e o sentido de suficiência e responsabilidade*”. Um modelo nacional de escola, fundamentado em idéias evolucionistas, servindo à estratégia de integração dos índios à sociedade nacional.

A escola, instalada no Alto do Cruzeiro, ficou sob a responsabilidade de João Medeiros Neto. Buscava-se uma padronização para o seu funcionamento, o que pode ser observado quando a inspetoria orienta a Prefeitura Municipal quanto ao procedimento de trabalho, ou seja, quanto às normas de serviço do SPI¹⁶⁶. Assim, há um alinhamento entre SPI e Prefeitura em uma das principais atividades do Serviço. Observa-se que a montagem da estrutura administrativa do Posto reflete, ou absorve, os interesses de grupos econômicos e políticos locais, induzindo ao entendimento de que sem o consentimento desses grupos não seria possível a presença do órgão indigenista. Neste caso, o consentimento resulta na adequação da política indigenista à configuração política local, inclusive com a distribuição de cargos entre seus representantes políticos, o que decorre no surgimento ou fortalecimento de um grupo anti-índio no campo de ação indigenista.

O Secretário da Prefeitura João Medeiros Neto exerceu papel de diretor da escola indígena¹⁶⁷ nos seus primeiros anos de funcionamento. Existiam outros dois cargos previstos para o quadro de funcionários da escola: um de auxiliar de ensino e um de aprendiz, o segundo, obrigatoriamente, deveria ser ocupado por índio¹⁶⁸. O cargo de auxiliar de ensino foi reservado com antecedência¹⁶⁹ e ficou sob a incumbência da Professora Araci de Albuquerque Neto, enquanto que o Cacique Alfredo Celestino, no cargo de aprendiz, ficou responsável pela limpeza

¹⁶⁵ MOURA, Tânia Maria de Melo. Evolução histórica das Concepções sobre Alfabetização de Adultos. In: A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky. Maceió: INEP/EDUFAL, 1999, p. 27.

¹⁶⁶ Memorando nº 38 de Raimundo Carneiro Dantas a João Medeiros Neto, Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952. Mf. 182- Fg. 2208. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

¹⁶⁷ Telegrama s/n de João Medeiros Neto à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 15 de janeiro de 1952. Mf. 167 – Fg. 69. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio. Obs: Não foi encontrado nenhum registro com a indicação do nome de João Medeiros Neto para o cargo de diretor, nem tampouco um contrato, ou qualquer outro documento estabelecendo as funções que deveria desempenhar.

¹⁶⁸ Telegrama s/n da Diretoria à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2183. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

¹⁶⁹ Telegrama nº 124 do Inspetor Regional Raimundo Dantas carneiro à Diretoria. Recife, ILEGÍVEL. Mf. 182 – Fg. 1312. Aguarda instrução sobre a fundação do Posto em Palmeira dos Índios, ficando de antemão reservada vaga para a auxiliar de ensino Aracy de Albuquerque Neto.

da escola¹⁷⁰. O cargo de auxiliar de ensino tem importância no processo de instalação do Posto Irineu dos Santos. Neste período, Araci de Albuquerque Neto responde como *Encarregado do Posto*, e como não havia encarregado do posto, esta passa a acumular função¹⁷¹.

Na divisão dos cargos do posto observa-se um contra-senso: o cacique foi contratado para uma função dissociada da sua pretensa representação política. Na perspectiva indígena, Alfredo Celestino era considerado um representante político Xucuru-Kariri, enquanto que para o SPI o cacique representava mão-de-obra. Não havia qualquer cargo reservado para o representante indígena condizente com a função de liderança do cacique, ou seja, na estrutura administrativa do posto não havia espaço para representação indígena. Ressalta-se que o cargo de aprendiz – trabalho braçal – seria ocupado por um índio.

A administração local do SPI em Palmeira dos Índios – Diretor da escola e Auxiliar de Ensino – coordena a distribuição de cargos do Posto. Apesar da implantação da escola, com seu funcionamento numa casa cedida e, posteriormente, numa casa alugada, ao que tudo indica, em algum momento essa administração foge ao controle da inspetoria. Nesse período, inclusive, a inspetoria solicita informações à Prefeitura Municipal sobre local de instalação da escola e como esta se encontrava funcionando¹⁷². Diante da falta de registros sobre a contratação do secretário da prefeitura para diretor da escola, da auxiliar de ensino e do aprendiz, é possível levantar a hipótese de que essas contratações aconteceram subordinadas a interesses locais. Este tipo de contratação parece ser prática comum da inspetoria, mas sua efetivação em Palmeira dos Índios, da forma como deve ter sido feita, atendeu a critérios de um entendimento político local.

A sede administrativa do posto foi instalada no alto de uma serra onde a Aldeia Fazenda Canto faz limite com o distrito de Anum Novo. A escolha do local deve ter considerado a existência da Estação Ferroviária da RFFSA (trecho Maceió/Palmeira dos Índios), que representaria outra possibilidade de acesso ao posto. Além do acesso, a própria estrutura física da

¹⁷⁰ Telegrama s/n de João Medeiros Neto à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 15 de janeiro de 1952. Mf. 167 – Fg. 69. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

¹⁷¹ Ofício nº 101 da Inspetoria Regional 4 à Prefeitura (destinado ao Dr. Milton Pita em Palmeira dos Índios). Recife, 3 de julho de 1952. Mf. 182 – Fg. 2215. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁷² Memorando nº 38 da Inspetoria Regional 4 à Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Recife, 4 de fevereiro de 1952. Mf 182 – Fg. 2176-2177. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

estação parece ter motivado a instalação da sede administrativa no alto da serra, como observa Antônio Ricardo¹⁷³: “*O posto era o escritório de uma rede ferroviária que passou aqui [...] aí fizeram, aí ficou, na época, como Posto*”. Quando da instalação do posto, Spencer da Silva Melo foi designado para chefiá-lo.

A administração, sediada na serra, passa a emitir para a inspetoria, sediada em Recife, relatórios e boletins trimestrais; formulários mensais; inventários; ofícios; memorandos; telegramas; recibos; movimento de renda, etc. Os formulários mensais são Aviso do Posto¹⁷⁴ e Frequência Escolar¹⁷⁵. Esta documentação registra parte do cotidiano indígena no posto, revelando uma contradição natural: a impossibilidade de o Estado conduzir a vida de um grupo étnico impondo tipos de relações internas e externas – a estrutura administrativa montada visava ao controle e estabelecia que o encarregado do posto representaria o grupo, principalmente frente ao Estado.

Aldeados, os Xucuru-Kariri passaram a vivenciar de forma mais intensa a assistência do SPI. A unidade administrativa estatal foi sendo estruturada ao mesmo tempo em que se buscava solucionar alguns problemas: a construção de roças¹⁷⁶, pastos¹⁷⁷, casa de farinha e açude¹⁷⁸, etc,

¹⁷³ Antônio Ricardo, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória.

¹⁷⁴ O Aviso do Posto está dividido em: a) Índios Assistidos; b) Nascimentos; c) Óbitos; d) Anexos remetentes; e) Produção; f) Benfeitorias; g) Criação; h) Plantações; e i) Outras ocorrências e Necessidades do Posto.

¹⁷⁵ A Frequência Escolar está dividida em: Número de Ordem; Nome; Tribo; Idade; Sexo; Comparecimento; Faltas; Aproveitamento e Observações.

¹⁷⁶ “*As terras estão bastante estragadas, vindo desde muito sem deixar descansar, um ano sequer. O ano presente ainda lá estão 122 2/2 quadros de roças só de reideiros, mas 16 da fazenda, e 5 1/2 de agregados que nada pagam, num total de 144 quadros ou tarefas, não tendo terras suficientes este ano para os índios plantarem, isto é, aproveitarem ainda este ano*”. Relatório apresentado por Deocleciano de Souza Nenê ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁷⁷ “*A pastagem não é de toda má, predomina o ‘gramão’, ‘graminha’, mas grande parte está coberta de ‘jurubeba’, ‘vassourinha’, e’ engana Manoel’ (nome que me deram ali), porém, o pior é uma herva(sic) que denominam ‘HERVA TATU’, que é venenosa, não se podendo recolher o gado com muita fome nos pastos, porque a criação com fome come tudo que encontra, e é na certa morrer.*” Relatório apresentado por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁷⁸ “*Água, não obstante correrem pela área 4 riachos [...] mas suas águas são salobras, que nem a criação não aprecia. Água para tomar é apanhada num dos três açudes mandado fazer para depósito das águas das chuvas, que nem sempre atura quando a estiagem é prolongada como sempre acontece.*” Relatório apresentado por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

problemas possivelmente previstos. Decerto, existiam outros problemas, mas parece que estes não foram considerados matéria de interesse e, conseqüentemente, não se buscou resolução nesse primeiro momento. Tem-se como exemplo: a precária estrada de acesso e a dificuldade em transportar material de construção; a falta de infra-estrutura para moradia¹⁷⁹, e a previsível falta de terra para atender a necessidade de produção de uma agricultura de subsistência.

No posto, os índios eram submetidos a normas de conduta determinadas pela inspetoria. Havia a tentativa de controlar a vida dos índios que eram atendidos pela unidade administrativa, inclusive buscando impedir que se afastassem do espaço do posto. Em Circular Reservada¹⁸⁰, o Inspetor Regional Raimundo Dantas Carneiro reitera instruções no sentido de evitar a saída indiscriminada de índios dos aldeamentos, ou, utilizando suas palavras, “[...] *evitar peregrinações inúteis pelo território nacional para não agitar a opinião pública e promover comentários apressados da imprensa*”. Segundo o inspetor, os índios estariam tornando público o seu descontentamento com algumas práticas do SPI e a instrução objetivava minimizar esta ação dos indígenas. Desta forma, os aldeamentos passavam a representar *ilhas* sob o controle do Estado, que buscava isolar os índios da sociedade envolvente, visando abafar o problema indígena à medida que se pretendia processar sua integração.

Tal fato permite observar que o problema do índio aldeado parece estar, também, na forma como se montou o modelo administrativo. Souza Lima¹⁸¹ propõe esta distinção conceituando indigenismo e política indigenista. Por indigenismo entende-se “[...] *o conjunto de idéias relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas em Estados nacionais com ênfase especial à formulação de métodos para o tratamento das populações nativas*”. Enquanto que por política indigenista compreende-se “[...] *as medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente, incidentes sobre os povos indígenas*”. Esta dicotomia seria responsável pela movimentação de grupos indígenas reivindicando um tipo de

¹⁷⁹ “Existiam dentro da área 9 casas, das quais duas já desabaram, e das sete restantes, uma é a casa grande, sede, as outras 6, 2 são maiores, e 4 menores.” Relatório apresentado por Deocleciano de Souza Nenê, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – Fg. 35, 37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁸⁰ Circular Reservada da IR 4 aos PIs. Recife, sd. Mf. 181 – Fg. 85. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁸¹ SOUZA LIMA. Antônio Carlos. Um Grande cerco de Paz... Op.Cit, p. 14.

assistência proposto pelo Serviço e correspondente às necessidades particulares, resultando na quebra da cadeia hierárquica montada para efetivação da política indigenista.

Quanto aos problemas encontrados pelos Xucuru-Kariri, uma possível explicação é que quando a Fazenda Canto foi adquirida – maio de 1952 – estava repartida e arrendada a terceiros¹⁸². A propriedade estava dividida em nove cercados, dos quais seis eram destinados a plantações e os outros três reservados para pasto. A receita desses arrendamentos seria revertida ao SPI. Eram trinta e seis arrendatários dentre os quais, possivelmente, nenhum índio¹⁸³. Em virtude desses arrendamentos, o Capataz da fazenda, Antônio Rosa, foi contratado pelo encarregado do posto para receber o foro, sendo acordada como remuneração uma comissão de dez por cento do valor recebido¹⁸⁴. O encarregado justificou a contratação do vaqueiro informando que o mesmo desempenhava essa função há mais de vinte e cinco anos e que trabalhou, inclusive, para o pai de Juca Sampaio, portanto, estava habilitado para o trabalho.

A presença do ex-capataz no posto exercendo papel de mediador da relação do então Encarregado do Posto, Spencer Melo, com agricultores locais representa a manutenção das forças políticas locais no espaço reservado à aldeia. Desta forma, os primeiros momentos práticos da ação do SPI em Palmeira dos Índios têm como peças-chave uma auxiliar de ensino respondendo como encarregado do posto e o antigo capataz da fazenda responsável pela renda do posto, provavelmente indicações das autoridades locais.

O órgão indigenista interferiu diretamente na estruturação física da Aldeia Fazenda Canto. Houve uma divisão das terras para adequá-las à organização e ao funcionamento do SPI. Podem

¹⁸² Relação. Relação das pessoas que fizeram plantação na fazenda Canto. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952. Mf. 167 – Fg. 1295-1296. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁸³ É o que induz um cruzamento de nomes de famílias de arrendatários e famílias indígenas recenseadas. Arrendatários: Antônio Preto, Rufino Pinto, João Apolinário, Elias Pinto, João ‘Landu’, Miguel ‘Vaca’, João Lino, José Raimundo, ‘Cícero’ Braúns (chefe da estação de Anum), Antônio (Guarda-chaves da Estação de Anum), João Carlos, José Firmino, Antônio Sinhô, Agenor Juvêncio, Vitorino ‘Perrino’, João Correia, Paisinho Bernardo, Rufino Pereira, Vicente Alves, Deonísio Caritó, Mário Julião, Amália Pinto, Durval Alves, ‘Dorinha’ de tal, Leonildo Fernando, Manoel Florêncio, Manoel Correia, Manoel Pinto, Antônio Rosa (capataz da fazenda), ‘Amaro’ (vaqueiro da fazenda), Zequinha (camarada da fazenda) e Natálio (O Aleijado). Lista de famílias Xucuru-Kariri apresentada por Sílvia Martins já citada neste estudo: Cosmo; Caraíba Dantas; Ferreira de Lima; Monteiro; Salustiano ou Macaro; Conceição ou Mourico; e Celestino e Santana.

¹⁸⁴ Relação. Relação das pessoas que fizeram plantação na fazenda Canto. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952. Mf. 167 – Fg. 1295-1296. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

ser citados como exemplo os locais reservados à roça e ao pasto do Posto, ao beneficiamento coletivo (barragem, casa de farinha, igreja, etc.). Eram locais gerenciados pelo encarregado do posto, nos quais se buscava imprimir um modo de vida para os índios. Percebe-se a forma dessa administração em Martins¹⁸⁵, quando observa as ações indigenistas em Palmeira dos Índios:

Uma das principais diretrizes do SPI concentrava-se na produção econômica do Posto, voltada principalmente para auto-sustentação do mesmo e transformação dos nativos índios em trabalhadores produtivos. Na prática, tratava-se de coordenar e incentivar uma economia de subsistência por parte dos índios, e controle político do espaço reservado para usufruto do grupo indígena.

Neste caso, observa-se que essa diretriz era pretendida pelo SPI. Entretanto, no que se refere às ações localizadas, não representaram intervenções que alcançassem controle político sobre o espaço, como já apresentado no capítulo anterior. Pode-se dizer que houve controle do espaço físico, inclusive com o SPI regendo o acesso dos índios a parcelas de terras na Aldeia Fazenda Canto. Era-lhes reservada a participação enquanto força de trabalho para o funcionamento do posto, que primeiro buscava suprir as necessidades locais para auto-sustentação – agricultura de subsistência – para, em seguida, produzir excedentes e gerar lucro.

Os primeiros momentos dos Xucuru-Kariri com o inspetor do SPI – Deocleciano Nenê – interferiram diretamente na organização política do grupo. A classificação indígena em índios puros, índias casadas com civilizados e índios descendentes, quando do censo em 1952, pode ter provocado faccionalismo interno. Desta forma, assim que o Posto começou a desenvolver suas atividades, realizou interferência na organização política do grupo. Destaca-se que esta causa do faccionalismo está sendo apresentada como hipótese, haja vista não ser possível afirmar se havia algum tipo de disputa política no grupo antes do aldeamento, nem indicar o que poderia estar sendo objeto desta possível disputa.

Apesar de não ser conhecido o quantitativo de índios na região, sabe-se que nem todos receberam *assistência*, inclusive considerando a possibilidade de terem sido beneficiados apenas os índios ligados ao cacique. O fato é que, quando aldeados, torna-se perceptível o faccionalismo

¹⁸⁵ MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 44.

Xucuru-Kariri. A tese de que a classificação étnica interferiu na organização política dos Xucuru-Kariri é defendida por Amorim¹⁸⁶, ao analisar as relações internas do grupo no que chama de *nova aldeia*, a aldeia Fazenda Canto:

Tal proceso clasificatorio tuvo como propósito marcar aún más la descaracterización racial entre los actuales Xucuru-Kariri... Esto afectó también a la Fazenda Canto, cuyas diferencias raciales y culturales entre los componentes de esta 'nueva' aldea son terriblemente marcadas por las división y control de 'los puros' sobre los 'impuros'.

As divergências entre os Xucuru-Kariri podem ser observadas através das disputas por benefícios¹⁸⁷ assistenciais. Algumas dessas disputas¹⁸⁸ eram baseadas na definição dos graus de *pureza* apresentados pelo inspetor. Neste caso, estavam sendo objetos de disputa parcelas de terras, sementes, medicamentos, serviços, dentre outros. Tal situação refletiu a forma como foi estabelecida a relação entre aldeados e encarregado, podendo-se dizer que a estrutura administrativa implantada incitou a subdivisão do grupo¹⁸⁹.

O cacique possivelmente interferia na distribuição dos benefícios. Nos primeiros momentos da aldeia, a principal disputa política era travada entre o aprendiz e o encarregado; a influência sobre a distribuição dos benefícios pesava nesta disputa. Para que isto acontecesse, deveria haver subdivisão política entre os aldeados, o que reforçaria a idéia de que o grupo indígena não tinha harmonia. O cargo poderia estar constituindo uma forma de poder político, que diferenciava o índio contratado como funcionário do posto dos demais aldeados. Oliveira¹⁹⁰ observa que o faccionalismo foi construído pelas ações do órgão indigenista:

O caráter faccional do faccionalismo indígena [para o órgão indigenista] é construído muitas vezes com seu próprio concurso, dotando os grupos

¹⁸⁶ AMORIM, Siloé Soares de. Reintegración de la Identidad del Grupo Étnico Xucuru-Kariri. Tesis (licenciado em Antropologia Social) Escuela Nacional de Antropología e Historia. México: D. F., 1996, p. 121.

¹⁸⁷ Entenda-se por benefício o direito conferido a alguém, sendo que, no contexto do estudo, esse direito adquire sentido de ganho, proveito ou vantagem política.

¹⁸⁸ As disputas nas quais são considerados os graus de *pureza* definidos no censo realizado pelo Inspetor Deocleciano de Souza Nenê serão apresentadas no decorrer deste capítulo.

¹⁸⁹ A subdivisão política do grupo poderá ser observada no decorrer deste estudo.

¹⁹⁰ OLIVEIRA JÚNIOR, Adolfo Neves de. Faccionalismo Xucuru-Kariri e a atuação da FUNAI. Trabalho apresentado no workshop Política Indigenista para o Leste e Nordeste Brasileiros, promovido pela FUNAI em 1997. Home Page da GEREI.

envolvidos no mesmo - ou alguns deles – de possibilidades de atuação e de significados que são passíveis de apropriação e conversão em cacife político por parte destes grupos, alterando o poder de barganha e persuasão, tanto a nível da dinâmica de suas relações internas, quanto frente ao próprio órgão indigenista que contribuiu originalmente para a geração de tais possibilidades e significados.

Decerto, a relação entre índios e SPI tem influência na organização do grupo em termos políticos, mas o faccionalismo Xucuru-Kariri parece ser oriundo do complexo das relações internas do próprio grupo, ou seja, nasce dele. Desta forma, os cargos surgem como importante alternativa tanto para aquisição quanto para manutenção de poder político frente à facção oponente. Portanto, os cargos, neste caso, passam a constituir ferramenta política utilizada pelas facções envolvidas, mas o faccionalismo em si é matéria densamente situada na vivência local.

Segundo Nenê¹⁹¹, na ocasião da aquisição da fazenda foram contabilizadas 45 famílias, o que perfazia um total de 246 índios. Parece que a subclassificação indígena não foi utilizada como critério para seleção de quem deveria, ou não, ser aldeado. Há a indicação de que foram considerados alguns casos particulares para esta triagem, que deve ser entendida como hipótese. É o caso de Antunes¹⁹², quando observa que foram priorizados – o autor não explica por quem – os casos de maior necessidade, como os índios que sobreviviam com dificuldades ou não possuíam terra para fazer roças, mesmo que de subsistência.

Os Xucuru-Kariri aldeados encontraram a fazenda sem infra-estrutura para recebê-los, como pode ser observado no depoimento de Antônio Ricardo¹⁹³:

Quando nós chegamos aqui [...] quando eu cheguei aqui existiam nove casas e com o Posto dez. Essas casas [...] quem dormia dentro dessas casinhas era o gado desse Juca Sampaio, entendeu? O Sr. entrava dentro, o estribe [esterco] do gado era aquele ‘pafo’ fofo, que você entrava era aquele macio que os

¹⁹¹ Carta de Deocleciano de Souza Nenê à Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios. Palmeira dos Índios, 8 maio de 1952. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁹² “Certamente os indígenas que foram habitar na fazenda Canto são os que não possuíam recursos financeiros suficientes para viver ou não possuíam terras para plantar, porque há ainda muitos indígenas que ainda hoje [1973] moram fora do aldeamento”. ANTUNES, Clóvis. Wakona-Kariri-Xukucu... Op. Cit, p. 75.

¹⁹³ Antônio Ricardo, Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória.

gados faziam aquele 'chuquim' entrava ali e dormia naquele fofo, quem dormia eram os bichos dentro dessas nove casas.

É a partir dessa realidade que deve ser observada a assistência do SPI. Diante deste cenário, qualquer benefício representaria objeto de disputa, e quem estivesse intermediando o acesso a ele teria considerável poder de barganha para legitimar sua representatividade política frente aos aldeados.

CAPÍTULO IV

O COTIDIANO DOS ÍNDIOS ALDEADOS: OS XUCURU-KARIRI NO POSTO INDÍGENA IRINEU DOS SANTOS

A Tensão no Encontro dos Sentidos

O cotidiano é lugar de visita obrigatória para se entender a interação do espaço aldeia com o espaço posto indígena. Ressalta-se que são espaços construídos e sobrepostos. A Fazenda Canto representa a aldeia possível para os Xucuru-Kariri no contexto do SPI. O cotidiano revela o lugar onde acontece o encadeamento desta interação, permitindo observar o caminho percorrido pelo grupo para construir a aldeia Fazenda Canto; caminho que segue na contra-mão da tentativa de imposição do SPI, ao mesmo tempo em que é indissociável a ela. Um aparente contra-senso que acaba impulsionando um movimento indígena no sentido de alimentar a ação reivindicatória movida pelo grupo: a organização em torno da idéia de aldeia. Este contra-senso é lugar comum no cotidiano dos índios aldeados.

O modo como a vida acontece na Aldeia Fazenda Canto está enraizado na ambivalência do espaço aldeia e posto. Tanto a aldeia como o posto permitem uma atualização do lugar Fazenda Canto. A aldeia o associa a momentos passados a partir de heranças construídas pelo grupo, enquanto que o SPI impõe a este lugar um modelo de gerenciamento estatal definido para os índios. Desta forma, a essência desse processo de interação é delineada, adquirindo sentido e sendo estruturada pelos Xucuru-Kariri em oposição ao órgão indigenista. No entanto, destaca-se que a aldeia Fazenda Canto está inserida no contexto do Posto, mas o Posto está contido, fisicamente, no espaço aldeia, inclusive sendo consequência dele.

São poucos e breves os documentos referentes ao primeiro ano da instalação do Posto Irineu dos Santos, entretanto, há um detalhamento quanto às atividades educacionais. Mesmo com a compra da Fazenda Canto, a escola continuou instalada em uma casa localizada no Alto do Cruzeiro, pois não havia local adequado para o seu funcionamento na Aldeia Fazenda Canto.

Em agosto de 1952, a Auxiliar de Ensino Araci Albuquerque Neto relacionou 34 índios matriculados, com idade que variavam entre seis e dezenove anos, dos quais 17 eram homens e

17 mulheres¹⁹⁴. Neste ano a escola não funcionou durante os meses de outubro e novembro, ao que tudo indica, em virtude da falta de professor, haja em vista que em dezembro foi contratada a auxiliar de ensino Ivanira da Rocha Melo e a escola voltou às suas atividades¹⁹⁵.

Durante o ano de 1952, a freqüência escolar girou em torno de 30% e apenas 8 alunos tinham registro de aproveitamento escolar. A avaliação das atividades na escola pode ser observada no caso do filho do *Cacique* Alfredo Celestino, Antônio Celestino da Silva, 15 anos, que compareceu a 4 das 17 aulas e obteve rendimento 5, uma boa nota considerando a média da escola indígena¹⁹⁶.

A educação tinha destaque na administração do Posto, pois constituía ferramenta política do SPI. A escola representava a principal intervenção do órgão no sentido de promover a integração entre índios e sociedade envolvente. Um canal unilateral, em que os valores da sociedade branca eram sobrepostos aos da indígena. Esta direção prevaleceu durante todo período de atuação do SPI. Observa-se nessa atividade uma continuidade das intervenções realizadas desde a Colônia¹⁹⁷:

Dos missionários jesuítas aos positivistas do Serviço de Proteção aos índios, do ensino catequético ao ensino bilíngüe, a tônica foi uma só: negar a diferença, assimilar os índios, fazer com que eles se transformassem em algo diferente do que eram. Nesse processo, a instituição da escola entre grupos indígenas serviu de instrumento de imposição de valores alheios e negação de identidade e culturas diferenciadas.

¹⁹⁴ Freqüência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 4-9. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁹⁵ Freqüência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 6-7. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁹⁶ Antônio Celestino dos Santos: 4 comparecimentos, 13 faltas, aproveitamento 5; Carmelita Gonçalves Maranduba: 7 comparecimentos, 10 faltas, aproveitamento 6; Damião Ferreira: 4 comparecimentos, 13 faltas, aproveitamento 4; Elisabete Firmino: 12 comparecimentos, 5 faltas, aproveitamento 7; José Firmino: 12 comparecimentos, 5 faltas, aproveitamento 8; Lusinete Ferreira: 5 comparecimentos, 12 faltas, aproveitamento 4; Maria de Lourdes Firmino: 12 comparecimentos, 5 faltas, aproveitamento 7; Maria Firmino: 12 comparecimentos, 5 faltas, aproveitamento 6. Freqüência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Mf: 167 – Fg. 4 e 5. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁹⁷ Brasil. Constituição Federal. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Educação Indígena: diagnóstico, p. 315. In: FUNAI. Legislação Indigenista e Normas Correlatas. 2ª ed. Brasília: FUNAI, 2003.

Além das atividades da escola, as primeiras medidas práticas para o Posto tomadas pelo então encarregado, o Auxiliar do Sertão, Spencer da Silva Melo, visavam a uma estruturação econômica. Essas medidas causaram algum impacto na economia local¹⁹⁸, por exemplo, com a aquisição de ferramentas, animais e materiais de construção, além da contratação de mão-de-obra, que não se pode afirmar, neste caso, ser apenas indígena¹⁹⁹. Podem ser citadas como algumas medidas práticas: a capinação de 60 tarefas para a plantação de palma forrageira²⁰⁰; a roçagem e limpeza do cafezal²⁰¹; e a aquisição, em novembro, de 13 novilhas e 2 mulas²⁰², as quais chegaram no Posto em dezembro, conduzidas por boiadeiros²⁰³. Tais iniciativas visavam estruturar a roça ou o pasto do Posto, com o objetivo de atender suas necessidades de funcionamento, entre elas controlar a subsistência na aldeia.

Segundo Souza Lima²⁰⁴, nas décadas de 1940 e início de 1950 as ações do SPI são marcadas pela utilização da mão-de-obra indígena nos postos, visando incrementar a *renda Indígena*²⁰⁵, recurso gerado a partir do *Patrimônio Indígena*²⁰⁶. Conforme Peres²⁰⁷ o índio está compreendido na engrenagem administrativa do órgão indigenista na busca pela geração de renda.

¹⁹⁸ Recibo da Livraria São José, de Heleno G. Pereira, referente ao fornecimento de livros e material escolar ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 5 de agosto de 1953. Mf. 167 – Fg. 64-65. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Recibo de M. Tenório Loureiro referente ao fornecimento de medicamentos ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 6 de agosto de 1953. Mf. 167 – Fg. 66-67. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

¹⁹⁹ A documentação indica que a mão-de-obra indígena utilizada era a do quadro de funcionários do Posto e não de empreitada.

²⁰⁰ Recibo. IR 4. Palmeira dos Índios, 8 de dezembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 12-13. Museu do Índio. Serviço de Proteção aos Índios.

²⁰¹ Recibo de Alfredo Sebastião dos Santos proveniente dos trabalhos de roçagem e limpeza no cafezal do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 7 de agosto de 1953. Mf. 167 – Fg. 68. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁰² Recibo de Maurio Antônio Silva referente ao serviço de boiadeiro conduzindo uma boiada de 13 novilhas e 2 mulas da Fazenda Angico Torto ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Águas Belas, 16 de novembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 14-15. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁰³ Recibo. Palmeira dos Índios, 8 de dezembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 12-13. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁰⁴ SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um Grande Cerco de Paz... Op. Cit, p. 293.

²⁰⁵ “A Renda Indígena, criada durante a década de 1940, consistia nos recursos obtidos com a concessão de arrendamentos, venda de matérias-primas ou de produtos beneficiados como farinha de mandioca, laticínios[...] produzidos no posto indígena e de outras formas de geração de receita.” COQUEIRO, Sônia Otero. (Coord.). Povos Indígenas do Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910- 1967). Brasília: FUNAI, p. 411.

²⁰⁶ “O Patrimônio Indígena constituía-se dos bens dos índios sob gestão estatal, em especial terra e recursos naturais. Sua composição compreendia o balanço financeiro de Renda Indígena do posto/Livro de Registro de Material, contratos de arrendamentos [...]”. COQUEIRO, Sônia Otero. (Coord.). Povos Indígenas do Sul da Bahia... Op. Cit, p. 410.

²⁰⁷ PERES, Sidnei. Terras indígenas... Op. Cit, p. 48.

As noções de patrimônio e de renda indígena constituíam o fio condutor deste aparato discursivo. Os próprios índios são pensados como coisas a gerir, que entravam no cômputo dos ‘Avisos dos Postos Indígena’ através das estatísticas sobre a população, nascimento e óbito ao lado de dados sobre produção agrícola, benfeitorias, criação, plantações, etc. Deste modo as inspetorias pretendiam acompanhar minuciosamente todas possibilidades de circulação [...] de recursos, centralizando uma grande massa de informações sobre elementos formadores de renda das unidades locais.

A dificuldade do encarregado do posto em administrar um espaço que politicamente não lhe pertencia pode ser observada na Aldeia Fazenda Canto. O cargo de aprendiz ocupado por Alfredo Celestino ilustra a não-adequação dos aldeados às normas estabelecidas para o Posto. O cacique ocupava cargo que não correspondia a sua representação política e, possivelmente, por esta razão, não se comportava como funcionário de serviços gerais do posto²⁰⁸. Inclusive, parece haver alguma dificuldade do encarregado para lidar com esta situação. Spencer Melo informou²⁰⁹ à Inspeção Regional 4 que o aprendiz estava vendendo palma forrageira e arrendando, informalmente, as pastagens, motivo pelo qual quis saber se ele tinha autorização para realizar tal comércio. Apesar de não ter sido encontrada resposta a este telegrama, ele permite observar como a tensão no local ganha corpo e como as iniciativas indígenas pressionam o Posto para adequá-lo ao espaço-aldeia, espaço conduzido pelos índios.

O encarregado do posto, apesar de ser agente executor de normas pré-estabelecidas, imprime sua subjetividade no contexto local, pois é responsável por conduzir as atividades. Sua decisão interfere diretamente na vida dos aldeados, inclusive quanto à forma de aplicação dos procedimentos administrativos que devem ser adotados diante de determinadas situações, a exemplo da situação provocada por Alfredo Celestino. Neste contexto, a decisão em comunicar à inspeção e solicitar informações pode ser entendida como falta de legitimidade de representação política do encarregado diante dos aldeados, o que permite ilustrar a tensão local quanto à representação política. São incipientes as intervenções realizadas pelo Serviço sob a incumbência

²⁰⁸ “Esta é uma questão da dubiedade entre papéis ocupados por uma mesma pessoa: como cacique tinha autonomia, mas como funcionário não. Desta forma, torna-se um funcionário que não cumpre as determinações e um cacique que tem limitado o seu poder de administrar, se apropriar e dar o uso que considera econômica e politicamente adequados aos seus projetos e da comunidade. Termina por viver situações limites de competência”. PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Notas de Orientação. Salvador. 2007.

²⁰⁹ Telegrama nº 6. Palmeira dos Índios, 20 de março de 1953. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

de Spencer Melo, o que deve ter pesado negativamente para o desempenho da sua função de gestor e, conseqüentemente, de representante político.

O fato é que o posto não poderia atender às expectativas dos Xucuru-Kariri aldeados. O primeiro levantamento do número de índios aldeados na Fazenda Canto é realizado quase sete meses após a compra do imóvel – em dezembro de 1952 – e registra um quantitativo de 153 índios²¹⁰. A comparação entre este quantitativo com o já apresentado pelo recenseamento de Nenê, 246 índios, permite a afirmação de que a *assistência* do Serviço não atendeu à demanda local. Em junho deste ano o número de aldeados era de 182²¹¹ e reduziu no mês seguinte para 76²¹², sendo de 84 para 41 homens e de 98 para 35 mulheres. A redução do número de índios assistidos pode indicar que houve a manutenção da relação de trabalho estabelecida entre índios e fazendeiros antes do aldeamento: os índios continuavam necessitando trabalhar nas fazendas.

A iniciativa do *cacique* Alfredo Celestino em assumir gerência de uma das principais fontes de Renda do Posto compõe o quadro de deslizes administrativos do encarregado, movidos, principalmente, por sua incapacidade de gerenciar a relação com o cacique-funcionário e seus aliados. Spencer Melo trabalhou nove meses como Encarregado do Posto Indígena Irineu dos Santos e o motivo da sua dispensa pode ter sido um incidente com um prestador de serviço. No primeiro Aviso do Posto de que se tem registro²¹³, Spencer Melo informou que haveria necessidade da compra de uma máquina datilográfica para o serviço de correspondência. Entretanto, parece que sua solicitação não foi atendida, por isso o encarregado contratou os serviços de Adecildo Wanderley, mas o pagamento deste serviço não foi efetuado. Por isso, Adecildo enviou carta²¹⁴ ao Inspetor Regional Raimundo Dantas Carneiro informando sobre a

²¹⁰ Aviso do Posto. Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 2-3. Museu do Índio. Serviço de Proteção aos Índios.

²¹¹ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao mês de junho de 1953. Palmeira dos Índios, 2 de julho de 1953. Mf. 167 – Fg. 28-29. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²¹² Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao mês de julho de 1953. Palmeira dos Índios, 30 de julho de 1953. Mf. 167 – Fg. 30-31. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²¹³ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1952. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Mf. 167 – Fg. 2-3.

²¹⁴ “[...] *vinha sempre fazendo tais serviços, e o senhor Spencer da Silva Melo linhas atrás mencionado, dizendo-me que tais serviços, o Posto pagaria. E tendo o mesmo já recebido por duas vezes se não me engano, e não me dando satisfação alguma, venho solicitar a Vossa senhoria a mínima importância [...]*” Processo 902/53 referente a solicitação de pagamento por serviços de datilografia prestado ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 13 de outubro de 1953. Mf. 167 – Fg. 70-73. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

situação. Spencer Melo também enviou carta²¹⁵, manuscrita, ao inspetor informando que aquela dívida era particular e não da administração. Parece que este incidente causou a transferência do encarregado, sendo contratado para o lugar Mário da Silva Furtado²¹⁶, ao que tudo indica, em outubro de 1953.

Mário Furtado intensificou as solicitações de recursos para o Posto e regularizou o acesso dos índios à terra; em sua gestão tem-se registro da distribuição de terrenos entre os índios. Eram reservadas parcelas de terras onde os índios poderiam fazer roças. Não está claro como acontecia esta distribuição. Sabe-se que era coordenada pelo encarregado. Esta ação poderia incentivar a agricultura de subsistência, ao mesmo tempo em que reforçaria a pretensa representatividade política do encarregado, objetivada por sua função.

A atuação do encarregado Mário Furtado modificou a lógica administrativa até então praticada por Spencer Melo. O primeiro momento é marcado pela indisponibilidade de terra, haja vista os arrendamentos. Não foram encontrados registros quanto ao recebimento dos foros ou do término dos contratos de arrendamentos. Diante desta condição, as intervenções de Spencer Melo, como já apresentadas, visavam à sustentabilidade do posto, cuja lógica é movida pela captação de verba: arrendamentos, roças e pastos. Buscava-se, assim, estabelecer o controle efetivo do espaço posto a partir da retenção dos recursos econômicos. No segundo momento, na gestão de Mário Furtado, buscaram-se intervenções no campo social com a distribuição de terras e sementes e solicitação de construções de casas, farmácia, além do açude e da casa de farinha, as duas últimas requeridas desde a administração de Spencer Melo.

²¹⁵ “Lamento que o Senhor Adecildo Wanderley tenha se dirigido a V. Sa. com o fim de cobrar uma dívida que o Posto não lhe deve, e sim eu, em particular. Pedi-lhe para bater os recibos da minha última prestação de contas, pois o Posto, como é do Vosso conhecimento não possui máquina datilográfica [...]”. Processo IR- 902/53 referente a solicitação de pagamento por serviços de datilografia prestado ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 13 de outubro de 1953. Mf. 167 – Fg. 70-73. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²¹⁶ Mário Furtado não concordou com a demissão de Spencer Melo, o que pode ser observado em suas palavras: “Houve, no entanto, um caso que muito nos contristou, foi a demissão do Auxiliar do Sertão Spencer da Silva Melo que causou sérios prejuízos ao Posto, visto tratar de um empregado cumpridor de seus deveres e atento ao serviço. O Spencer é digno de que essa chefia empregue o máximo de seus esforços para ver se consegue fazê-lo voltar as suas funções neste P. I.” Relatório do Posto indígena Irineu dos Santos referente ao 2º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 2 de junho de 1954. Mf. 167 – Fg. 108-109. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

As intervenções de Mário Furtado parecem substituir a busca pelo controle sobre o espaço a partir de aspectos econômicos por ações sociais, que parecem converter-se, imediatamente, em ganho político. Neste caso, realizava essa busca reduzindo o poder de barganha dos representantes indígenas ao tentar minimizar sua interferência, quando da distribuição dos benefícios, e intensificando as ações que intervissem diretamente no cotidiano indígena.

Em 1954 foram distribuídos 12 hectares de terra para os índios da Cafurna²¹⁷ e Serra, localizada na serra homônima, para plantarem feijão, fava, milho e algodão, terreno que os índios já estariam roçando²¹⁸. Segundo Martins²¹⁹, essas parcelas de terras estavam situadas na Fazenda Canto. A presença de índios na Cafurna resultou da permanência dos Xucuru-Kariri nas serras da região, como já exposto neste estudo. Desta forma, observa-se que a *assistência* ultrapassava os limites da propriedade adquirida pelo SPI. Inclusive, há registro de outra distribuição de terras para os índios da Cafurna naquele mesmo ano, 8 hectares que já estariam roçados²²⁰. Neste mesmo ano, a roça do posto resumia-se a 10 hectares de Palma Forrageira, enquanto no pasto – cuja cerca precisava de reparos – havia um *pequeno rebanho*²²¹, 17 bovinos e 2 muar²²².

A infra-estrutura do Posto após quase dois anos de fundação era precária. Mário Furtado apelou à inspetoria para que fossem construídas casas para administração e para os índios, bem como escola, farmácia e açude, o que, segundo ele, proporcionaria um melhor desempenho do seu trabalho. O encarregado relatou²²³ que, naquele ano, os índios plantaram bastante mandioca, feijão, cana-de-açúcar, bananeira e outras fruteiras, não revelando como haviam sido adquiridas

²¹⁷ A Mata da Cafurna foi regularizada como terra indígena pela Lei Municipal nº 928/1980, quando os Xucuru-Kariri receberam 117 ha., sendo resultado de reivindicações indígenas em contexto político diferenciado do tratado neste estudo. Sobre a regularização: Escritura nº 3. 150 de 23 de fevereiro de 1981, livro 1, folha 159 N, Cartório Imobiliário da Comarca de Palmeira dos Índios. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Departamento Geral do Patrimônio Indígena. CREA nº 977-td. Am, 1982.

²¹⁸ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao 1º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 5 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 105-106. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²¹⁹ “O controle exercido pelo SPI sobre o acesso a parcelas de terras dentro da área Fazenda Canto e orientação de cultivos agrícolas é refletido nas distribuições de roças e sementes aos índios”. MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os Caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 43.

²²⁰ Aviso do Posto. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1954. Mf. 167 – Fg. 75-76. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²²¹ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao 1º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 5 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 105-106. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²²² Aviso do Posto. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1954. Mf. 167 – Fg. 79-80. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²²³ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao 1º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 5 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 105-106. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

as sementes, solicitadas diversas vezes por ele sem sucesso. A forma como os indígenas conseguiram sementes para fazerem plantações naquele período foi revelada por Antônio Ricardo:

Na época quando nós chegamos aqui era uma dificuldade tão grande. Quem queria trabalhar plantava milhozinho. Fruteira, mandioca [...] não existia. A gente carregava aqueles feixinhos, fazia os feixinhos nessas serras, pedia aos senhores e descia para cá para fazer a semente de mandioca. Fruta mesmo para plantar, subia aquelas 5, 6 pessoas, chegava para os donos daqueles sítios, pedia uns pezinhos de manga [...].

A falta de recurso²²⁴ do SPI para gerir o Posto exigiu que os aldeados buscassem solucionar os problemas básicos de infra-estrutura. Neste caso, percebe-se um incômodo dos indígenas quanto às intervenções do SPI, ou melhor, à atuação do encarregado.

Em março de 1954 Alfredo Celestino pediu demissão²²⁵ do cargo de aprendiz, alegando questões particulares. O requerimento do cacique foi encaminhado à Inspetoria Regional por Mario Furtado²²⁶, que recomendou como substituto o índio Elpídio Alves, não sendo atendido de imediato quanto à indicação. Foi contratado para o cargo o índio Francisco Ciríaco²²⁷.

O novo aprendiz não foi uma indicação do encarregado do posto. Inclusive, dois meses após o índio assumir o cargo, Mario furtado solicitou²²⁸ seu afastamento com a justificativa de que ele embriagava-se constantemente. O Encarregado indicou²²⁹ João Batista de Lima para substituir Ciríaco, sendo que, mais uma vez, sua indicação não foi atendida e não foi encontrado

²²⁴ “Estamos em plena época de início dos trabalhos de campo para as culturas de feijão, milho, algodão, etc., faltando, apenas, recursos suficientes para tais fins”. Aviso do Posto. Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de Janeiro de 1954. Mf. 167 – Fg. 75-76. Museu do Índio. Serviço de Proteção aos Índios.

²²⁵ Requerimento de Alfredo Celestino dos Santos pedindo demissão do cargo de Aprendiz do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 25 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 138. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²²⁶ Memorando nº 7 do Encarregado do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 25 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 137. c

²²⁷ Telegrama nº 2 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4, em resposta ao de nº 95, informa estar de acordo com a substituição do Aprendiz. Palmeira dos Índios, 30 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 142. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²²⁸ Telegrama nº 15 do Encarregado Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 25 de julho de 1954. Mf. 167 – Fg. 145. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²²⁹ Telegrama nº 15 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 4 de agosto de 1954. Mf. 167 – Fg. 146. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

registro que comprove a demissão de Ciríaco. No contexto Xucuru-Kariri, o cargo de aprendiz, reservado para o índio, neste momento, constituía cargo político ocupado por representantes indígenas, haja vista as indicações dos nomes que prevaleciam quando da substituição de funcionário. Neste caso, ressalta-se que o cargo de aprendiz não era condição para existência de representatividade indígena.

Havia preocupação com as atividades agrícolas e, diante das *chuvas animadoras* que caíram no agreste alagoano em abril de 1954, Mário Furtado informou²³⁰ à inspetoria que os índios estavam ansiosos para iniciarem os plantios, entretanto necessitavam de sementes. No mesmo mês foi liberado recurso e o encarregado adquiriu sementes de milho, algodão, fava, feijão de corda e mulatão, distribuindo-as entre os índios e a roça do Posto. Neste ano, *os índios plantaram mais do que nos anos anteriores e suas roças faz gosto apreciá-las, dado ao desenvolvimento com que estão todos os cereais*”, comunicou Mário Furtado²³¹ à inspetoria. Contudo, essas roças foram prejudicadas por *abundantes chuvas*²³² e, ao que parece, o Posto, mais uma vez, ficou dependendo de recursos da verba *Auxílio a Índios*²³³. A demanda por recursos para sustentabilidade do Posto foi sempre maior do que a contra-partida da renda gerada, de forma que o patrimônio indígena do Posto Indígena Irineu dos Santos foi substancialmente financiado por verba Auxílio ao Índio.

A condição sanitária do Posto revelava a necessidade de se construir uma farmácia. Mário Furtado justificou esta necessidade²³⁴ informando sobre “*um surto de gripe acompanhado de terrível febre*” que havia acometido *repentinamente* os índios, bem como a região. Na oportunidade, solicitou medicamentos à inspetoria para tratar dos seus subordinados. Não é possível afirmar se a solicitação foi atendida. Sabe-se que, cinco meses após o fato, foi realizada

²³⁰ Telegrama nº 4 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 10 de abril de 1954. Mf. 167 – Fg. 143. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³¹ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao 2º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 2 de junho de 1954. Mf. 167 – Fg. 108-109. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³² Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao 1º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 2 de março de 1955. Mf. 167 – Fg. 236-237. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³³ Verba do Governo Federal destinada aos Postos Indígenas. Telegrama do Encarregado do Posto Mário Furtado à Inspetoria regional 4. Palmeira dos Índios, 25 de abril de 1955. Mf. 167 – Fg. 74. Solicita aa Seção de Fomento Agrícola sementes de algodão para serem distribuídas aos índios do Posto indígena Irineu dos Santos.

²³⁴ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente ao 1º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 2 de março de 1955. Mf. 167 – Fg. 236-237. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

licitação²³⁵ para aquisição de medicamentos. Contudo, o caso parece ter se agravado, pois no mês seguinte o encarregado requereu²³⁶ à inspetoria regional com urgência, a remessa de vacinas contra varíola para conter o que chamou de epidemia. O caso parecia ser realmente grave, visto que a solicitação foi reforçada com um apelo²³⁷; a inspetoria comprometeu-se em providenciar o medicamento.

No trimestre que antecedeu a epidemia o Posto registrou 66 atendimentos aos aldeados²³⁸. No que ocorreu a epidemia, o número de atendimentos elevou-se²³⁹ para 81, tendo sido vacinados 64 índios e distribuídos medicamentos. Em outubro, mês em que se agravou a situação, havia 85 índios aldeados²⁴⁰. Portanto, quase todos os índios aldeados foram atendidos e vacinados. Ao comparar a aplicação de recurso no posto, assistência que o Serviço estava prestando, observa-se um aumento, neste mês, no quantitativo empregado, o que deve ser entendido no contexto de uma situação emergencial. Contudo, permanecem os problemas referentes à infra-estrutura.

As solicitações tornaram-se reiterações e obtiveram como resposta medidas paliativas. Mário Furtado repetiu o pedido de construção do açude, explicando que a “[...] *aldeia não tem água nem sequer para beber*”, argumentando que a região passava por período de estiagem²⁴¹. Reiterou²⁴², também, a necessidade de se construir uma casa de farinha, pois a mandioca, base da alimentação local, estava sendo produzida em larga escala, possibilitando seu beneficiamento, o que geraria renda para o Posto. Sobre a construção do açude, foi realizada limpeza no açude da

²³⁵ Coleta de preços para aquisição de medicamentos para o Posto indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 10 de setembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 242. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³⁶ Telegrama nº 11 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 10 de outubro de 1955. Mf. 167 – Fg. 251. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³⁷ “*Comunico que os índios deste Posto estão atacados por varíola e mesmo sem recursos apelo para esta inspetoria regional*”. Telegrama nº 11 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 17 de outubro de 1955. Mf. 167 – Fg. 252. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³⁸ Foram atendidos 29 homens e 37 mulheres. Distribuídos 509 litros de leite e 200 carços de algodão. Relatório das atividades referentes ao 3º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 3 de setembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 245. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²³⁹ Foram atendidos 38 homens e 43 mulheres. Distribuídos 195 litros de leite. Relatório das atividades referentes ao 4º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 1 de dezembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 246. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁴⁰ Sendo 26 homens, 14 mulheres, 17 meninos menores de 12 anos e 28 meninas menores de 12 anos.

²⁴¹ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1956. Mf. 167 – Fg. 253-254. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁴² Relatório das atividades referentes ao 4º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 1 de dezembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 246. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Serra²⁴³, estando pronto para receber águas das chuvas, enquanto que a Fazenda Canto, local de maior concentração de índios e espaço reconhecido oficialmente como sendo terra indígena, permanecia sem açude. Não obteve resposta quanto à casa de farinha.

A tentativa de assistência acontecia sob tensão. Diante do faccionalismo, observa-se que havia desentendimento entre alguns aldeados e a administração, sendo mais freqüente o choque com o grupo representado por Alfredo Celestino. Segundo Mário Furtado²⁴⁴, “*Os índios ultimamente vêm se conduzindo de maneiras repreensíveis e necessitando que sejam tomadas medidas disciplinares para corrigi-los. Até este momento tenho procurado e aconselhado bastante*”. A preocupação do encarregado quanto à insubordinação indígena denuncia inquietação local.

Diante da impossibilidade de comprovar a postura de apaziguador do encarregado, conclui-se que este seria o comportamento adequado para sua função, o qual deveria ser registrado. Conforme instrução²⁴⁵ do inspetor Raimundo Dantas Carneiro: “*É preciso que o encarregado, embora enérgico e decidido, não se coloque diante do infeliz índio com a autoridade violenta diante de um malfeitor qualquer, mas sim que o contenha, sempre pacientemente, inclusive em prisão dentro do Posto*”. Isso não significa que esta conduta foi seguida. As medidas disciplinares que deveriam ser adotadas seriam a reclusão do índio no posto ou, sendo um caso extremo, o índio poderia ser recolhido em posto indígena de outra inspetoria²⁴⁶. Essas medidas não foram aplicadas aos índios que se comportaram, segundo o encarregado, de *maneira repreensível*.

A forma como o fato foi conduzido pode indicar uma redução no espaço de atuação política do encarregado. Neste caso, destacam-se as ações de um grupo dentre os aldeados que avançava sobre o espaço político da administração, pressionando para a saída do encarregado.

²⁴³ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 29 de fevereiro de 1956. Mf. 167 – Fg. 255-256. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁴⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1956. Mf. 167 – Fg. 257-258. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁴⁵ Circular s/n do Inspetor regional Raimundo Dantas Carneiro. Apud. SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Op. Cit. p. 292.

²⁴⁶ Lei nº 5.484 de 1928. Capítulo II, Inciso 1º, Artigo 28. Apud. SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Op. Cit. p. 292.

Essa tensão culminou com uma emboscada contra Mário Furtado. O emboscado relatou à inspetoria²⁴⁷ que foi atacado pelos *mestiços* José Jerônimo e Antônio Celestino. Na documentação, o encarregado referia-se aos índios como nossos tutelados, aldeados, etc. Entretanto, quando relatou o ataque chamou seus agressores de mestiços. Esta pode ser uma forma de desqualificar os índios – considerando a subclassificação utilizada pelo SPI – que praticaram a ação, levando ao entendimento de que estes não poderiam pertencer à condição de aldeado.

Segundo o relato²⁴⁸, após a emboscada José Jerônimo viajou para o Rio de Janeiro – sede do SPI – acompanhado do *descendente* Alfredo Celestino. A viagem para o Rio de Janeiro era um dos recursos utilizados pelos aldeados para se queixarem da administração local à diretoria do SPI. Esta quebra da cadeia hierárquica parecia ser prática comum. Ressalta-se, mais uma vez, a Circular²⁴⁹ enviada pelo inspetor regional, orientando aos encarregados para que tentassem evitar a saída *indiscriminada* dos aldeados. Mário Furtado utilizou a saída dos índios para se apresentar com vítima no ocorrido, informando²⁵⁰ à inspetoria que “*O aldeamento sem a presença destes elementos tem vivido dias calmos, provando assim que com o afastamento dos mesmos volta a reinar a paz entre os índios e a administração*”. Os aldeados, entretanto, continuaram pressionando o encarregado a pedir demissão. A pressão surtiu efeito, haja vista que, meses depois, Mário Furtado foi desligado do cargo²⁵¹.

Um dos motivos da insatisfação dos aldeados quanto à administração de Mário Furtado diz respeito à forma como ele gerenciava as fontes de renda do posto. Esse descontentamento é

²⁴⁷ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 23 de abril de 1956. Mf. 167 – Fg. 261-262. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁴⁸ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 23 de abril de 1956. Mf. 167 – Fg. 261-262. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁴⁹ Circular Reservada da IR 4 aos PIs. Recife, s/d. Mf. 181 – Fg. 85. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁵⁰ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 23 de abril de 1956. Mf. 167 – Fg. 261-262. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁵¹ “*Por haver sido transferido para a sede da Inspeção, em Recife, o atendente Mário da Silva Furtado assume a chefia do posto de acordo com as vossas ordens. Acrescento-vos, Sr. chefe, que o atendente em apreço desligou-se em 17 de setembro do presente exercício [...]*”. Obs: Assinado por Spencer da Silva Melo. Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 29 de setembro de 1956. Mf. 167 – Fg. 269-270. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

apresentado por Martins²⁵², quando observa o desentendimento entre o grupo de índios representados por Alfredo Celestino e o encarregado:

Sobre as roças do Posto alguns depoimentos coletados durante a pesquisa de campo revelam que a percepção que os índios têm desse fato está vinculado ao relacionamento que tiveram (ou parentes, aliados políticos) com o Encarregado de posto. Por exemplo, aqueles ligados à família Celestino (cujo Encarregado do PI Mário Furtado teve conflitos diretos com a Sr. Alfredo Celestino), de uma forma geral, percebem que a roça do posto era bastante lucrativa para o Encarregado e que este chegava inclusive a ‘negociar’ com o que colhia da roça.

Os relatórios sobre a produção do Posto permitem observar como estavam sendo desenvolvidas as práticas agrícolas. Contudo, deve ser considerado que esses registros eram feitos pelo encarregado e, provavelmente, atendiam aos seus interesses, pois não havia fiscalização direta da inspetoria regional. Inclusive, registram-se diversos prejuízos nas roças provocados por intempéries, informações que poderiam ser utilizadas para justificar as solicitações de verbas. Conforme Peres²⁵³, a concentração de responsabilidades na figura do encarregado é inerente à estrutura administrativa do Serviço: “*Se os recursos oriundos dos fatores de produção controlados por povos indígenas deveriam ser concentrados e geridos pela direção do SPI, na verdade eles tenderiam a se acumular nas mãos dos encarregados dos Postos*”. Desta forma, o encarregado poderia manipular informações quanto à produção, o que dá margem para o entendimento de beneficiamento próprio.

A gestão de Mário Furtado desagradou, também, a políticos locais. Após sua demissão, o Deputado Medeiros Neto recomendou²⁵⁴ à inspetoria regional que o encarregado não retornasse a trabalhar no Posto Indígena Irineu dos Santos. Segundo o deputado, a gestão de Mário Furtado não havia contribuído para *a harmonia dos remanescentes Chucurus Cariris*, pois não ofereceu condições para que os índios prosperassem.

²⁵² MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os Caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 44.

²⁵³ PERES, Sidnei. Terras indígenas... Op. Cit, p. 294.

²⁵⁴ Telegrama do Deputado Medeiros Neto a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 1 de julho de 1957. Mf. 167 – Fg. 446. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

O cargo foi assumido novamente por Spencer Melo. Quando esteve à disposição da inspetoria, Spencer Melo atuou como Presidente da Comissão de Verificação²⁵⁵, avaliando termos de morte de animais²⁵⁶, inclusive em Palmeira dos Índios. O retorno de Spencer Melo à função de Encarregado do Posto foi marcado por inquietação local. O primeiro incidente²⁵⁷ aconteceu com o término do contrato de arrendamento²⁵⁸ do pasto denominado *Cercado das Baraúnas*. O encarregado mandou colocar cerca para que o pasto pudesse receber os animais do Posto, mas um grupo de índios não permitiu que o trabalho fosse realizado. O cercado em questão era o único local na aldeia onde havia pastagem, naquele momento. A disponibilização deste pasto para os índios representaria a perda de uma das fontes de renda: seja através de arrendamento ou pela pecuária.

A tensão local exigiu a presença do Inspetor Regional Raimundo Dantas Carneiro em Palmeira dos Índios. A visita de inspeção²⁵⁹ tinha como objetivo conhecer de perto as necessidades daqueles índios e tentar promover *harmonia entre eles*. Diante do avançado processo de disputa política interna – entre grupos de aldeados – e externa – entre grupos de aldeados e a administração do Posto, tornou-se distante uma solução que acomodasse os interesses em jogo, principalmente pela contradição entre Aldeia e Posto. Destaca-se que a oposição entre a proposta do SPI e a proposição indígena, pela qual a predominância de uma implica em adaptação da outra, impossibilitava acordo.

A presença de Spencer Melo no posto era indesejada pelos aldeados bem como pelas pessoas que os apoiavam. O Padre Ludgero Raaijmakers, Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon do Colégio Pio XII, praticamente expulsou de Palmeira dos Índios o encarregado.

²⁵⁵ Termo de Morte de animal pertencente ao Patrimônio Nacional. Palmeira dos Índios, 20 de setembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 220. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Termo de Morte de animal pertencente ao Patrimônio Nacional. Palmeira dos Índios, 7 de novembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 221. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁵⁶ Termo de morte era um “[...] instrumento de notificação de baixa de bem móvel –semovente – pertencente ao Patrimônio Indígena. O termo é lavrado por servidor do SPI, com duas ou quatro testemunhas, estando entre elas o inspetor do SPI e o responsável pela guarda do animal, em geral o capataz do gado. Consta no documento descrição sumária do animal, idade presumível, motivo da morte, seu pertencimento, nº de registro, local e data.” COQUEIRO, Sônia Otero. (Coord.). Povos Indígenas do Sul da Bahia... Op. Cit, p. 412.

²⁵⁷ Telegrama nº 3. Palmeira dos Índios, 2 de janeiro de 1957. Mf. 167 – Fg. 1298. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁵⁸ Contrato de Arrendamento Provisório por prazo de um ano.

²⁵⁹ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1957. Mf. 167 – Fg. 336-337. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Segundo Martins²⁶⁰, o padre foi apresentado aos Xucuru-Kariri pelo Padre Alfredo Dâmaso e, desde então, passou a desenvolver trabalhos junto aos índios. Não é possível identificar o motivo pelo qual Ludgero Raaijmakers se indispôs com o encarregado. O Padre, apresentando-se como chefe do posto, ordenou²⁶¹ que o encarregado desocupasse a *casa maior* e saísse da Fazenda Canto: Spencer Melo mais uma vez foi destituído do cargo.

Miguel Benjoíno da Fonseca assumiu o cargo a partir de abril de 1957. Iniciou sua gestão denunciando incompatibilidades entre o que havia sido declarado pelo encarregado à inspetoria e o que existia de fato na área²⁶². O novo encarregado parecia agradar a alguns representantes políticos locais, a exemplo do deputado Medeiros Neto e do Cacique Alfredo Celestino. O deputado declarou²⁶³ à inspetoria que “*O chefe Miguel Benjoim (sic) corresponde plenamente às aspirações de todos na cidade*”. Portanto, a depender da posição política do encarregado que assumisse a administração, este continuava atendendo aos interesses dos representantes econômicos e políticos locais.

A relação com Alfredo Celestino pode ser observada quando o encarregado o defendeu em inquéritos policiais. Havia duas queixas na delegacia local contra Alfredo Celestino e seus filhos, além de reclamações de aldeados quanto a desordens promovidas pelos delatados. Segundo o Delegado de Polícia Capitão Serafim Dutra Cavalcante²⁶⁴, eram “*atos de natureza policial de caráter grave*”, sendo o primeiro deles a agressão feita a um índio por parte de dois filhos de Alfredo Celestino. O agredido teria ficado internado no Hospital Municipal de Palmeira dos Índios com sérios ferimentos. O segundo fato foi a acusação de que Alfredo Celestino estaria

²⁶⁰ “*Uma presença marcante durante a fase de atuação do SPI foi a do padre holandês Ludgero Maaiymakers (sic) [...] Sr. Antônio Celestino mencionou que ele foi apresentado aos índios pelo Padre Alfredo Dâmaso*”. MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 47.

²⁶¹ Telegrama nº 7 de Spencer Melo à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 12 de março de 1957. Mf. 167 – Fg. 140. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁶² “*Apesar de ter confirmado a existência de 12 hectares de palmas forrageiras, nos avisos mensais de abril e maio, quero de antemão levar ao conhecimento dessa I. R. 4 que percorrendo as terras do P. I. ‘Irineu dos Santos’ não encontrei ao menos um pé da referida planta*”. Memorando nº 21 de Miguel Benjoíno da Fonseca à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 15 de junho de 1957. Mf. 167 – Fg. 441. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁶³ Telegrama do Deputado Medeiros Neto a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 1 de julho de 1957. Mf. 167 – Fg. 446. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁶⁴ Ofício nº 157 do Capitão Serafim Dutra Cavalcante, Delegado de Polícia, a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 13 de julho de 1957. Mf. 184 – Fg. 301. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

traficando maconha. De acordo com o delegado²⁶⁵ “A erva é plantada no aldeamento pelo mesmo, cuja plantação, dada a enérgica ação policial, foi destruída pelos próprios índios, encabeçados por Alfredo, a fim de fugirem à evidência das provas”. Serafim Cavalcante relatou à inspetoria²⁶⁶ que os indiciados estariam sendo acobertados por funcionários do posto e por pessoas estranhas ao SPI.

Diante das acusações, o Encarregado Miguel Benjoíno não se pronunciou à inspetoria até que esta pedisse esclarecimentos²⁶⁷, haja vista as informações prestadas pelo delegado. Solicitado pela inspetoria, o encarregado justificou-se apresentando seu procedimento perante o ocorrido. Quando os fatos foram denunciados, Miguel Benjoíno²⁶⁸ foi à delegacia acompanhado por Alfredo Celestino e “a mesma autoridade [delegado] não referiu-se (sic) nada sob (sic) o ocorrido, bem como não tratou cousa alguma com respeito ao inquérito policial”. O encarregado acrescentou que o inquérito só foi instaurado em 8 de agosto, quando a inspetoria mandou que ele apurasse o fato. Miguel Benjoíno informou²⁶⁹ que “[...] no caso em foco, o mesmo [Alfredo Celestino] não tomou (sic) nenhuma participação, e sim um de seus filhos. Para melhor conhecimento de V. Sa., informo que o Alfredo em minha gestão, até o momento tem se portado com bastante conveniência”. O encarregado concluiu justificando-se quanto a sua não permanência na aldeia, informando que fazia visitas semanais de dois dias.

Diante da ausência do encarregado no posto, o Padre Ludgero Raaijmakers tornou-se um dos principais contribuidores e defensores dos Xucuru-Kariri no contexto do SPI. Não está claro se havia algum acordo entre o padre e a inspetoria. O padre interferia na administração local e nem sempre se posicionava a favor do encarregado, como, por exemplo, quando se queixou à inspetoria quanto à não-contratação de uma pessoa de sua confiança para ali trabalhar²⁷⁰, haja vista que havia dois funcionários perfeitamente inúteis na Fazenda Canto. Em virtude da queixa,

²⁶⁵ Ofício nº 157 do Capitão Serafim Dutra Cavalcante, Delegado de Polícia, a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 13 de julho de 1957. Mf. 184 – Fg. 301. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁶⁶ Idem.

²⁶⁷ Ofício nº 124 da Inspetoria Regional 4 ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Recife, 23 de julho de 1957. Mf. ??? – Fg. ??? . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁶⁸ Ofício nº 3 do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 9 de agosto de 1957. Mf. 167 – Fg. 442-443. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁶⁹ Idem.

²⁷⁰ Telegrama do Padre Ludgero Raaijmakers à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 17 de dezembro de 1957. Mf.167 – Fg. 445. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

o encarregado informou à inspetoria que quando assumiu a chefia do posto contratou auxiliares indicados pelo padre. Não é possível mensurar o alcance das críticas feitas pelo sacerdote. Presume-se que elas interferiam nas ações da inspetoria, inclusive influenciando para a permanência ou transferência dos funcionários daquela unidade administrativa.

O desentendimento do padre com o encarregado resultou na transferência do administrador. O Inspetor Raimundo Carneiro solicitou²⁷¹ a transferência de Miguel Benjoíno para o Posto Indígena Kiriri, localizado em Mirandela, na Bahia, sendo substituído por Cícero Cavalcante Albuquerque. A permuta deveria acontecer em maio do mesmo ano²⁷², mas em virtude de “[...] *se encontrar prejudicada a localização do agente Miguel Benjoíno*”, este não foi transferido, permanecendo em Palmeira dos Índios, agora como ajudante de Cícero Albuquerque²⁷³. A dificuldade em localizar Miguel Benjoíno revela o quão ausente ele estava das atividades administrativas e, ao que parece, este foi um dos motivos que o fizeram perder o cargo.

Em 1958, praticamente cinco anos após o aldeamento, os índios continuavam precisando trabalhar nas fazendas da região. O encarregado informou²⁷⁴ à inspetoria que “*A maioria deles [dos índios] trabalha a particulares e com os resultados [...] compram cereais, etc; e até banana compram*”. Portanto, não havia sido construída estrutura que possibilitasse a subsistência do grupo, ou mesmo a auto-sustentação do posto – onde viviam 292 aldeados em 372 hectares divididos entre Posto e índios, sendo que as terras reservadas aos índios eram subdivididas entre as famílias. Cícero Albuquerque observa²⁷⁵ que na Fazenda Canto “*Os terrenos são bons para o plantio de mandioca, e a maioria dos índios compram farinha de mandioca no comércio*”. A não-otimização da produção agrícola resultou, também, da deficiente logística para agricultura,

²⁷¹ Telegrama nº 91 de Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria. Recife, 25 de março de 1958. Mf. 182 – Fg. 448. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷² Telegrama nº 140 de Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria. Recife, 3 de maio de 1958. Mf. 182 – Fg. 460. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷³ Telegrama nº 190 de Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios. Recife, 28 de maio de 1958. Mf. 182 – Fg. 472. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. Fg. 167 – Mf. 458-459. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷⁵ Idem.

haja vista as constantes reclamações quanto à demora na distribuição de sementes²⁷⁶, quase sempre perdendo a período próprio para o plantio²⁷⁷.

A deficiente agricultura de subsistência pode ter causado, ou intensificado, a dispersão dos Xucuru-Kariri. No final do ano de 1958 foi realizado recenseamento²⁷⁸ contabilizando a população Xucuru-Kariri aldeada e desaldeada, como pode ser observado na tabela que segue.

Tabela I: População Xucuru-Kariri Aldeada e Desaldeada em 1958.²⁷⁹

| Índios Aldeados | | | |
|--------------------|----------------|-----------------|----------------------|
| De 0 a 5 anos | De 6 a 10 anos | De 11 a 15 anos | De 16 anos em diante |
| 21 homens | 20 homens | 13 homens | 33 homens |
| 27 mulheres | 23 mulheres | 16 mulheres | 38 mulheres |
| Índios Desaldeados | | | |
| De 0 a 5 anos | De 6 a 10 anos | De 11 a 15 anos | De 16 anos em diante |
| 20 homens | 16 homens | 10 homens | 89 homens |
| 24 mulheres | 16 mulheres | 17 mulheres | 83 mulheres |

O número de Índios Aldeados, ou seja, que tinham moradia fixa nas terras do posto, reduziu para 191, enquanto que 286 indígenas desaldeados “[...] *viviam dispersos à procura de meios de vida*”. Para a segunda condição, foram considerados os casos de índios que moravam em Palmeira dos Índios, Alagoas, ou em outro estado. O elevado número de índios desaldeados permite a conclusão de que o SPI era incapaz de atender as necessidades do grupo por terra e, sobretudo, sobrevivência. Este censo possibilita compreender o fluxo de entrada e saída de índios no posto.

²⁷⁶ “200 remanescentes Xucuru-Kariri necessitam sementes de feijão e milho para plantio, replantio e semeadura”. Telegrama nº 1 de Cícero Cavalcante Albuquerque à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 21 de maio de 1958. Mf. 167 – Fg. 1310. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷⁷ “As sementes referidas requerem máxima urgência a fim de aproveitarmos o tempo de plantio”. Telegrama nº 1 de Cícero Cavalcante Albuquerque à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 21 de maio de 1958. Mf. 167 – Fg. 552. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷⁸ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. Fg. 167 – Mf. 466-467. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁷⁹ Idem.

Tabela II: Fluxo da população indígena assistida entre os anos de 1952 e 1958 (considerando os índios menores de 12 anos).²⁸⁰

| Ano | Mês | Índios Assistidos | Homens maiores de 12 anos | Mulheres maiores de 12 anos |
|------|----------|-------------------|---------------------------|-----------------------------|
| 1952 | Dezembro | 153 | 72 | 81 |
| 1953 | Julho | 80 | 41 | 35 |
| 1957 | Março | 194 | 38 | 53 |
| 1957 | Abril | 132 | 55 | 40 |
| 1957 | Maior | 194 | 38 | 53 |
| 1957 | Setembro | 293 | 84 | 94 |
| 1958 | Novembro | 191 | 46 | 54 |

Desde a criação do Posto, em novembro de 1952, houve considerável variação no quantitativo da população assistida. Apesar dos registros de aumento e diminuição no número de índios atendidos, o encarregado do posto não registrou qualquer ocorrência no Aviso do Posto, mensalmente remetido à inspetoria, sobre o que poderia ter motivado este fluxo, nem tampouco a inspetoria demonstrou surpresa com o fato, como o fez ante outras ocorrências no posto.

Havia um rigoroso procedimento, conduzido pelo encarregado do posto, para permitir que um indivíduo morasse nas terras do Posto²⁸¹. Podem ser citados alguns exemplos: José Pereira de Melo, descendente Xucuru-Kariri²⁸² conhecido como José Palmeira, pediu para morar na aldeia e sua solicitação foi encaminhada à inspetoria; um índio Pancararu²⁸³ também pediu morada na aldeia e não se tem registro do seu aldeamento; além dos casos de pessoas residentes na cidade de Palmeira dos Índios requerendo ser reconhecidas como Xucuru-Kariri, com o objetivo de ocupar

²⁸⁰ Tabela gerada a partir de dados do Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Mf. 167 – Fg. 2-3, 18-41, 75-98, 149-160, 161-172, 255-276, 336-359 e 450-469.

²⁸¹ Para se ter uma idéia do procedimento adotado pelo encarregado do Posto, ele comunicava à inspetoria com antecedência que os índios seriam aldeados. O encarregado comunica à inspetoria que ingressarão no Posto 12 índios Xucuru-Kariri que “*andavam fora do Posto*”. Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 28 de fevereiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 555-556. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁸² Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 29 de fevereiro de 1956. Mf. 167 – Fg. 255-256. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁸³ Telegrama nº 2 de Mário Furtado à inspetoria Regional 4. Palmeira dos índios, 20 de fevereiro de 1955. Mf. 167 – Fg. 248. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

terras do Posto. Neste caso são citadas as solicitações de Sebastião Tavares e Maria Ramiro (de acordo com o encarregado, a segunda tinha filhos foragidos da polícia por roubo de cavalos e arrombamentos de casas)²⁸⁴.

O registro apenas quantitativo de entrada e saída dos índios assistidos, computados pelo encarregado, leva ao entendimento de que, uma vez aldeado, ou seja, reconhecido como Xucuru-Kariri, haveria permissão para esse tipo de saída que, provavelmente, era motivada pela necessidade de trabalho. Ressalta-se que não era autorizada a saída por motivos políticos. Para a compreensão deste fluxo devem ser considerados diversos fatores da economia local, como, por exemplo, o trabalho sazonal nas usinas.

A relação entre índios e não-índios acontecia também na educação. A escola do Posto não era exclusiva para índios: era permitida a matrícula de não-índios. Contudo, parecia haver alguma resistência da sociedade palmeirense em freqüentar esta escola. Depois de aproximadamente seis anos de funcionamento, dos 60 alunos matriculados, havia 4 *particulares*²⁸⁵, ou seja, não-índios. Inclusive, neste ano, eles foram os únicos que freqüentaram todas as aulas.

A freqüência dos índios na escola dependia da época dos trabalhos agrícolas. Os trabalhos nas roças eram priorizados, independentemente da faixa etária. Entre 49 alunos índios matriculados, 22 eram menores de 12 anos, dos quais 10 tinham menos de 7 anos²⁸⁶. Em abril de 1957, a Auxiliar de Ensino Ivanira Melo havia sido substituída por Maria de Lourdes Borges²⁸⁷.

²⁸⁴ “O cidadão Sebastião Tavares residente dentro da cidade de Palmeira dos Índios quer prevalecer-se do direito de ser descendente da raça de índios com o único fito de apossar-se das terras que foram adquiridas pelo SPI [...] nas mesmas condições tem uma mulher de vida indefinida chamada Maria Ramiro com seus parentes da família Maraduba que desejam infiltrassem nos referidos terrenos”. Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 553-554. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁸⁵ Madalena Maria Farias, 9 anos; Carlinda Pinto Mota, 13 anos; Elisete Pinto Mota, 8 anos, e; Lusinete Pinto Mota, 7 anos. Freqüência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de junho de 1958. Mf. 167 – Fg. 482-483. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁸⁶ “Muitos alunos não tiveram freqüência completa motivados pelos serviços de limpeza e plantio em suas roças Como vivem em situação difícil a respeito de meios de alimentação é conveniente que cuidem das lavouras”. Freqüência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 4-9. Serviço de proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁸⁷ Freqüência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1958. Mf. 167 – Fg. 393-394. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Posteriormente, a Auxiliar de Ensino Maria de Lourdes Borges foi indicada para participar de um curso para professores rurais da Campanha Nacional de Educação Rural em São Luís- MA. Ofício nº 34 de Raimundo Dantas Carneiro ao chefe da SOA. Recife, 5 de abril de 1958. Mf. 182 – Fg. 540. Serviço de proteção aos Índios. Museu do Índio.

As atividades educacionais refletem as deficiências econômicas do Posto, que estão relacionadas à instabilidade política local.

O Encarregado do Posto, Cícero Albuquerque, solicitou²⁸⁸ a substituição dos funcionários do posto, os aprendizes Elpídio Alves Pereira e João Batista de Lima, em julho de 1958. O Aprendiz Elpídio Pereira seria transferido²⁸⁹ para o Posto Aticum em agosto de 1958. No entanto, o aprendiz foi deslocado para o Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso²⁹⁰, localizado em Águas Belas-PE, enquanto que João Lima se afastou do cargo, desfrutando de suas férias, e não foi transferido²⁹¹. O encarregado apresentou à inspetoria diversas acusações contra os aprendizes, cujo principal objetivo era justificar o pedido de transferência. As acusações eram direcionadas a Elpídio Alves, apesar de João Lima também ter sido citado por ter utilizado alguns animais do posto para fazer transporte de pessoas e materiais e não ter repassado ao encarregado o dinheiro apurado com o serviço. Segundo Martins²⁹², João Lima era branco casado com índia e, por isso, foi [...] *apontado por índios como sendo não índio, alegavam que ele não possuía ascendência indígena. Mas como casou-se com mulher indígena, tanto ele como seus descendentes são considerados índios*".

Havia reclamações por parte de alguns índios de que Elpídio Alves estava utilizando-se do cargo em proveito próprio. Alguns aldeados se queixavam ao encarregado que o aprendiz não realizava os trabalhos para que fora contratado e havia tomado posse das terras do Posto. Segundo o encarregado²⁹³, a boa condição financeira do aprendiz, em relação aos demais aldeados, resultou dos proventos do cargo que ocupava: enquanto um trabalhador braçal recebia

²⁸⁸ Ofício nº 4 de Cícero Cavalcanti Albuquerque ao Chefe da Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 24 de julho de 1958. Mf.167 – Fg. ????. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁸⁹ “A transferência do trabalhador Elpídio Alves deste posto indígena para o Posto ‘Aticum’ (no município de Floresta do Navio) foi de muita conveniência, pois esse trabalhador cria mexerico a fim dos índios entrarem eles próprios em atrito”. Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de agosto de 1958. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁹⁰ Informação de Raimundo Dantas Carneiro ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Recife, 27 de maio de 1959. Mf. 182 – Fg. 639. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

²⁹¹ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1961. Mf. 167 – Fg. 651-652. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁹² MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os Caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 46.

²⁹³ Ofício nº 4 de Cícero Cavalcanti Albuquerque ao Chefe da Inspetoria Regional 4, Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 24 de julho de 1959. Mf. 167 – Fg. 548-551. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

uma diária de trinta cruzeiros, um aprendiz ganhava quatro mil cruzeiros por mês, desta forma podia pagar a cinco índios para fazer suas obrigações.

A questão principal que provocou a transferência do funcionário está ligada à ocupação indevida das terras destinadas à roça e pasto do posto, bem como das terras reservadas a roças dos índios. De acordo com Cícero Albuquerque²⁹⁴, Elpídio Alves “[...] *tem em terras da propriedade do Posto Indígena Irineu dos Santos oito e meio hectares de terras cultivados com lavouras. Além disso, possui animais bovinos e asininos nas pastagens do dito Posto*”.

Quando se fala nas terras ocupadas pelo Aprendiz Elpídio Alves, refere-se, também, às terras apossadas por Maria Alves, sua esposa. Ela estava fazendo roça nas terras do Posto sem autorização²⁹⁵. Existiam denúncias de que Maria Alves não era índia, mas a mesma defendia sua descendência, apresentado sua árvore genealógica. Após a transferência de Elpídio Pereira, sua esposa continuou na aldeia “[...] *plantando uma área muito grande*”, o que estaria causando “[...] *toda sorte e empecilho aos legítimos caboclos*”²⁹⁶. Segundo Cícero Albuquerque²⁹⁷, Alfredo Celestino queixou-se que aquela situação vinha “[...] *desde o tempo do Agente Miguel Benjoino da Fonseca e atendente Mário da Silva Furtado*”. Sendo assim, observa-se que desde a saída de Alfredo Celestino do cargo de aprendiz, as pessoas indicadas por Mário Furtado, principalmente Elpídio Alves, vinham ganhado força política, de forma que pode ser delineado um grupo opositor ao do *cacique*.

A gestão de Cícero Albuquerque parece beneficiar Alfredo Celestino. Contudo, Elpídio Alves e sua esposa já tinham obtido respaldo político entre os aldeados, provavelmente, em virtude da sua condição econômica. Observa-se esse apoio quando o Delegado de Polícia

²⁹⁴ Ofício nº 4 de Cícero Cavalcanti Albuquerque ao Chefe da Inspetoria Regional 4, Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 24 de julho de 1959. Mf. 167 – Fg. 548-551. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁹⁵ “*Não dei nenhuma autorização para mulher de Elpídio Alves fazer roças nos terrenos desse posto. Deveis, portanto agir no sentido de que não haja prejuízo para os índios que efetivamente moram dentro das terras para eles adquiridos pelo SPI*”. Telegrama nº 26 de Raimundo Dantas Carneiro a Cícero Cavalcante Albuquerque. Recife, 26 de fevereiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 1299. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. “[...] *não deveis consentir que a mesma faça novas roças, retirando paulatinamente as antigas*”. Telegrama nº 40 de Francisco Sampaio, chefe substituto da Inspetoria Regional 4, a Cícero Cavalcante Albuquerque. Recife, 14 de fevereiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 3000. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

²⁹⁶ Informação de Raimundo Dantas Carneiro ao Diretor do Serviço de Proteção aos índios. Recife, 27 de maio de 1959. Mf. 182 – Fg. 639. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

²⁹⁷ Idem.

Adalberto Lima comunicou à inspetoria que alguns índios haviam lhe procurado para se queixarem do encarregado, porque ele estava acobertando perseguições que Alfredo Celestino estava fazendo a Maria Alves.

A posição política de alguns aldeados em defesa de Maria Alves, possivelmente, resultava do poder de barganha, tendo como base sua condição econômica. Alfredo Celestino, reivindicando o poder de cacique que acreditava ter, procurou minimizar a influência da índia sobre os aldeados. O *cacique* procura ligar-se ao encarregado, mas ambos pouco puderam fazer para reverter o jogo político. Enquanto isso, definhavam as fontes de renda do posto, principalmente as roças e pastos.

Nesse cenário, a Igreja interfere diretamente na direção política do posto, bem como na indicação para ocupar o cargo de encarregado. Segundo Raimundo Carneiro²⁹⁸, “[...] *procurará colocar na direção do posto [...] pessoa capaz e honesta e que receba constantemente apoio moral do monsenhor [Padre Alfredo Dâmaso], grande conhecedor dos problemas da região e ‘das almas dos nossos indefesos e humildes caboclos’*”. Esta consideração se deve à atuação do padre entre alguns grupos indígenas do Nordeste. Em Alagoas, Dâmaso introduziu o Padre Ludgero Raaijmakers entre os Xucuru-Kariri. O padre empenhou-se para melhorar a condição de vida dos aldeados, inclusive na relação com a sociedade envolvente.

Uma de suas ações foi a construção de uma igreja na aldeia Fazenda Canto. Para isso, organizava algumas atividades na cidade para angariar fundos. As ações do religioso possibilitam um encontro entre os Xucuru-Kariri e a sociedade palmeirense. Durante uma festa religiosa organizada pelo padre, alguns alunos e alunas da escola do Posto dançaram Toré, enquanto que alunos e alunas de uma escola da cidade dançaram pastoril²⁹⁹.

Em julho de 1959, Cícero Albuquerque foi transferido, com sua esposa, a Auxiliar de Ensino Maria de Lourdes Borges Albuquerque, para o Posto Indígena Dantas Barreto. Não havia

²⁹⁸ Telegrama n° 108 de Raimundo Dantas Carneiro ao Monsenhor Alfredo Dâmaso de Bom Conselho- PE. Recife, 7 de abril de 1959. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

²⁹⁹ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1958. Mf. 167 – Fg. 468-469. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

motivo aparente para sua transferência, ou, ao que tudo indica, foi por solicitação do próprio encarregado. Reassumiu a chefia do Posto Irineu dos Santos Mário Furtado. O *novo* encarregado informou³⁰⁰ à inspetoria como encontrou o Posto:

Ao assumir a responsabilidade pelo expediente do Posto, encontrei o mesmo fechado, sem saber o paradeiro das chaves, que somente dias depois chegaram as minhas mãos. Aberto o Posto, tive a surpresa de não encontrar o arquivo ou as cópias dos expedientes dos três últimos anos, dificultando assim o movimento das correspondências. A escola continua fechada por falta de professora [...] Encontrei todo rebanho bovino atacado por aftosa”.

Uma das primeiras medidas tomadas por Mário Furtado foi comunicar que o rebanho bovino se encontrava atacado por febre aftosa e que o posto não dispunha de recursos para a compra de medicamentos. A criação de animais era a maior atividade econômica praticada naquele momento, considerando-se não haver qualquer registro de outra produção ou plantação³⁰¹. Iniciou-se uma busca pela reestruturação econômica do posto, procedimento comum a todos os inícios de gestão. Contudo, as intervenções permaneciam na superfície do problema, pois, apesar do crescente número de aldeados não havia sequer a discussão quanto à ampliação dos limites das terras.

No ano de 1960 não se tem registro de movimentação na renda do posto. Isso ocorreu em virtude da escassez das fontes de renda: arrendamentos, roças e pastos. Os arrendamentos de terras não eram mais possíveis, pois a população Xucuru-Kariri em oito anos praticamente duplicou em quantidade. As roças nunca alcançaram os objetivos do SPI, seja por terem sido tratadas como fonte de renda particular de índios e/ou do encarregado, ou mesmo pela ingerência da inspetoria quanto ao fornecimento de sementes. Diante desse cenário, o pasto constituía a principal atividade econômica, pois além do rebanho em si constituir patrimônio, os animais eram utilizados nos trabalhos nas roças e na produção de leite que seria distribuído entre aldeados e administração. Ressalta-se que essa unidade administrativa sempre se manteve com recursos advindos da verba de Auxílio aos Índios e que, em nenhum momento, foi auto-sustentável.

³⁰⁰ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1959. Mf. 167 – Fg. 559-560. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³⁰¹ Aviso do Posto dos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 1959. Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Mf. 167 – Fg. 559-566. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

A década de 1960 inicia-se com o enfraquecimento nas atividades que deveriam promover intervenções mais diretas no cotidiano indígena. No ano de 1961 também não houve movimento da renda do Posto³⁰² e a escola já estava praticamente sem funcionar por dois anos³⁰³ devido à falta de professores³⁰⁴. O encarregado apresentou à inspetoria as condições em que se encontrava o posto³⁰⁵:

Deixamos de remeter o mapa da freqüência Escolar, por falta de professores.

A falta de recursos vem trazendo sérias dificuldades à administração, pois há longos meses que não recebemos verbas.

Os índios apelam, por meu intermédio, que sejam distribuídos créditos suficientes para socorrê-los no verão que se aproxima, visto terem perdido suas lavouras em aproximadamente 80%, sendo grande parte destruídas por pragas e o restante com chuvas.

O gado bovino se acha atacado por febre aftosa. Apelo para a Defesa Animal que nada pode fazer em virtude da falta de medicamentos. Estamos tratando os mesmos com remédios caseiros adquiridos a crédito.

Portanto, após uma década da atuação do SPI no agreste alagoano, suas ações não corresponderam às expectativas geradas com a aquisição da Fazenda Canto. A sede do Posto continuava a funcionar nas antigas instalações da estação ferroviária, não haviam sido concluídas as obras do açude ou da casa de farinha e não foi construída qualquer casa para moradia dos índios. O SPI havia feito uma subdivisão da propriedade, através da construção de cercas, para delimitar os terrenos destinados ao Posto e às famílias indígenas. Esta era a compreensão de organização do espaço definida pelo modelo administrativo do Posto para o órgão indigenista.

Neste contexto, destacam-se as ações do Padre Ludgero Raaijmakers. O religioso construiu uma casa de alvenaria para moradia de uma família indígena e uma sala destinada à

³⁰² Movimento da renda do Posto Indígena Irineu dos Santos dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro a 31 de dezembro de 1961. Mf. 167 – Fg. 669-694. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³⁰³ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1961. Mf. 167 – Fg. 653-654. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³⁰⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1961. Mf. 167 – Fg. 645-646. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³⁰⁵ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. Mf. 167 – Fg. 718-719. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

escola³⁰⁶. Para a construção da sala, recebeu contribuição financeira da inspetoria. Neste caso, há uma indefinição quanto à responsabilidade pelas construções, pois a inspetoria comunicou³⁰⁷ à direção do SPI que construiu um prédio escolar de alvenaria, além de uma casa de farinha, sem informar se houve qualquer participação do religioso, que, inclusive, já havia construído a igreja. Contudo, o encarregado havia informado à inspetoria que o padre – e não foi possível identificar a origem deste recurso – financiou a maior parte da obra.

O retorno de Mário Furtado à chefia assegurou a permanência de João Lima e Elpídio Alves como funcionários, contratados em 1954 e 1955, respectivamente. Seus nomes haviam sido indicados pelo encarregado quando da sua primeira gestão, entre dezembro de 1953 a agosto de 1956. Durante sua primeira gestão, Alfredo Celestino solicitou afastamento do cargo e Francisco Ciríaco foi demitido. Segundo Miguel Celestino³⁰⁸, Mário Furtado “*pegô uma política (discórdia) com o veio Alfredo [...] várias vezes butô a polícia em cima dele e fez aliança com vários funcionários dele [...] faz amizade com muita gente da cidade*”. Por isso, com o retorno do encarregado, acabaram-se as perseguições sofridas por Maria Alves. Agora, pode-se dizer que Alfredo Celestino passou a ser perseguido.

Foram reativadas as acusações de que Alfredo Celestino estaria plantando maconha na aldeia. Em 1957, o encarregado Miguel Benjoíno representou-o frente ao delegado que acompanhava o inquérito. Contudo, na segunda gestão de Mário Furtado, segundo o encarregado, foram encontradas provas dessa transgressão; plantações e estoque da *erva maldita*³⁰⁹ em roças e

³⁰⁶ Telegrama nº 14 de Mário furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 17 de abril de 1962. Mf. 167 – Fg. 779. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³⁰⁷ “[...] *Posto indígena Irineu dos Santos com 372 hectares legalizados no valor de CR\$ 500.000,00; 1 casa de taipa e telha em mau estado no valor de CR\$ 60.000,00; 1 casa de farinha avaliada CR\$ 90.000,00; e 1 prédio escolar no valor de CR\$ 70.000,00*”. Memorando nº 65-IR4, do Inspetor Francisco Sampaio ao Chefe da SE/SPI. Palmeira dos Índios, 27 de abril de 1962. Mf. 167 – Fg. 1303. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³⁰⁸ Entrevista de Miguel Celestino. In: MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. Os Caminhos da Aldeia... Op. Cit, p. 46.

³⁰⁹ “*Em combate à HERVA MALDITA (sic.), em todo município, estiveram neste P. I. um grupo de soldados da Polinter, comandados pelo Ten. Barros que em suas buscas encontraram nas roças dos descendentes indígenas Alfredo Celestino, Miguel Celestino e João Celestino, uma regular cultura da referida ‘herva’, bem como encontraram na residência do primeiro citado, alguns quilos, já em condições de embarque. Como sendo Alfredo reincidente e tendo este conhecimento da visita da Polinter, viajou em companhia dos outros já citados, escapando assim das mãos da polícia, que arrancou todo os pés plantados, conduzindo em seguida toda maconha apreendida para Maceió. Em outra oportunidade, foi Alfredo Celestino, preso correccional, por ser provado que ele cultivava e negociava com maconha. A prisão teve o meu apoio e concordei pra ver se o mesmo se corrigia e procurava ter uma vida honesta. No entanto, fica aqui provado que Alfredo não quer se conduzir como a maior parte dos descendentes, que lutam para terem uma vida tranqüila. Sua esposa confessou que ele vive exclusivamente de negociar e fumar a*

casa da família Celestino. Em virtude das ações policiais, Alfredo Celestino, juntamente com alguns de seus parentes, saiu do aldeamento. Apesar disso, as intimações foram entregues à família. Salienta-se que tais informações devem ser entendidas no contexto de disputa política local, em virtude de estarem baseadas apenas em documentação oficial, que expressa a posição política do Encarregado Mario Furtado, contrária à do Cacique Alfredo Celestino. Observa-se que, em outro momento, na gestão do Encarregado Miguel Benjoíno, ao que tudo indica aliado político do cacique, as denúncias em questão não foram comprovadas pelas autoridades competentes.

No que se refere à condição econômica do posto, o encarregado declarou, mais uma vez, que não havia qualquer espécie de renda³¹⁰ e sua infra-estrutura era precária³¹¹. O principal acesso era uma estrada por onde só transitavam pedestres, carroça, carro de boi ou animal de montaria, e na Fazenda Canto, em 1954, existiam 14 bois e 3 cavalos. Havia a Estrada de Ferro Palmeira dos Índios/Maceió, mas a circulação de trens não era freqüente. Todavia, durante o verão poderia ser utilizada a estrada Palmeira dos Índios/Quebrangulo. O encarregado informou que não havia qualquer possibilidade de auto-sustentação e não existiam contratos de arrendamento, observando, inclusive, que não seria possível indicar uma renda presumível para o Posto.

Mário Furtado, ao relatar³¹² à inspetoria as condições de funcionamento do posto permite uma definição do tipo de assistência que o SPI prestava aos Xucuru-Kariri há mais de uma década.

herva (sic.). Como já disse, a Polinter arrancou toda maconha existente e juntou a encontrada em sua casa, pronta para o embarque ou negociar e levou-as para Secretaria de Segurança em Maceió, deixando uma intimação para Alfredo e seus familiares se apresentarem à polícia. Acompanhei tudo de perto e fiquei surpreso em saber que Alfredo continuava cultivando maconha". Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1963. Mf. 167 – Fg. 802-803. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³¹⁰ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de agosto 1963. Mf. 167 – Fg. 807-808. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³¹¹ Ficha de dados sobre o Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1964. Mf. 167 – Fg. 900-901. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³¹² Relato sobre a vida do Posto Indígena Irineu dos Santos. Memorando nº 19 de Mário Furtado ao chefe da Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1963. Mf. 167 – Fg. 850-855. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Na propriedade 'Canto' há somente uma casa velha muito estragada que foi do tempo da fazenda do mesmo nome. O dito mocambo não oferece condições mínimas de conforto nem de higiene para um ser humano nela habitar [...] Os trabalhadores, aliás, em número muito reduzido, moram em casinhas de taipa feitas por eles mesmos. Enquanto os caboclos moram em mocambos pequenos também por eles construídos, porém sem condições de higiene.

Diante de tais dificuldades, a administração do encarregado há se limitado na preservação do direito da propriedade [...] E não nunca na ação eficiente da dinâmica administrativa da causa pública, como seria e será o nosso desejo.

Como foi dito acima, a falta de recurso financeiro é a causa principal da inação administrativa [...] Os índios carecem como sempre careceram de assistência social completa e efetiva. Isto quer no setor da educação (alfabetização), quer no setor da saúde, a fim de que possam oferecer condições capazes à sua integração digna na sociedade moderna. Por outro lado, é mister que tal serviço seja bem orientado a fim que se obtenham os resultados desejados.

Desta forma, o local revela condições gerais da atuação do SPI, sendo uma representação que permite o entendimento das ações do órgão indigenista frente aos índios. A aldeia Fazenda Canto, local onde deveria acontecer a *assistência*, espelha o momento de *inação administrativa* do Serviço que, segundo Souza Lima³¹³, passava por reestruturação organizacional.

Naquele momento político, especialmente, torna-se mais visível que as ações do SPI não atendiam aos interesses dos encarregados dos postos indígenas, nem tampouco dos índios aldeados. Os encarregados sentiam de perto as pressões realizadas pelos aldeados. Diante destas pressões, assumem uma função essencialmente de justificador da precária assistência em vez de efetivá-la.

O Posto indígena Irineu dos Santos estava sem desenvolver atividades econômicas, ou seja, sem renda. Suas despesas eram pagas com a renda do Posto Indígena Dantas Barreto³¹⁴. Nessas condições, ou seja, sem recursos para barganhar o apoio político dos aldeados, o encarregado, praticamente, perdeu sua representatividade. O desenvolvimento de atividades

³¹³ “O SPI do regimento de 1963, à beira de ser extinto a partir das acusações internacionais de genocídio que lhe passava à época, tencionava, sobretudo, extrair a ‘renda indígena’, e a ‘Seção do Patrimônio indígena’[...]” SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Um Grande Cerco de Paz... Op. Cit, p. 294.

³¹⁴ Telegrama nº 2 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 11 de novembro de 1962. Mf. 167 – Fg. 775. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

econômicas entre os Xucuru-Kariri foi retomado pelo padre Ludgero Raaijmakers, responsável pela criação de uma cooperativa na aldeia Fazenda Canto:

Uma cooperativa, exclusivamente indígena, cujos estatutos estão em elaboração, tendo sido eleitos os descendentes indígenas José Augusto da Silva, João Batista de Lima e Hernesto Ricardo da Silva, para presidente, tesoureiro e secretário. A cooperativa tem a finalidade de oferecer víveres aos índios por preços mais baratos e incentivos à agricultura e a pequenas indústrias, como fabrico de redes, etc³¹⁵.

O padre também intermediava a aquisição de alimentos para a cooperativa³¹⁶. A diretoria provisória da cooperativa foi formada por índios funcionários do posto, após eleição realizada entre os aldeados. Esta eleição pode exemplificar como o cargo de aprendiz do posto representava cargo político, pois ressalta-se que eram agregadas funções que não lhe cabiam e estas eram convertidas em poder de barganha.

As principais atividades desenvolvidas na Aldeia Fazenda Canto estavam ligadas à atuação do religioso. A escola passou a funcionar, após estar desativada havia anos, em uma sala construída pelo padre, e as atividades econômicas eram desenvolvidas na cooperativa. Esta situação, possivelmente, provocou as críticas feitas pela revista de circulação nacional O Cruzeiro³¹⁷, quanto à atuação do SPI no agreste alagoano, segundo o padre, contendo ofensas aos funcionários do Posto Indígena Irineu dos Santos. Ludgero Raaijmakers defende³¹⁸ tais funcionários descrevendo algumas atividades desenvolvidas pelo encarregado:

Em todas as atividades internas e externas da escola o Sr. Mário furtado nos honra com sua presença operante e controlador da comunidade. Todos os trabalhos da cooperativa, não obstante que não são oficialmente do SPI, são dirigidos e controlados pelo mesmo. A horta experimental, atualmente em início, está debaixo de controle do Sr. Mário Furtado.

³¹⁵ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1964. Mf. 167 – Fg. 877-878. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³¹⁶ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro d 1964. Mf. 167 – Fg. 881-882. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³¹⁷ Revista O Cruzeiro. Janeiro de 1965. p. 106.

³¹⁸ Carta do Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, Major Luiz Vinhas Neves. Palmeira dos Índios, 20 de janeiro de 1965. Mf. 184 – Fg. 3722-3725. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

A palavra controle utilizada pelo padre para apresentar os trabalhos desenvolvidos pelo encarregado demonstra o tipo de relação que o funcionário pretendia manter com os aldeados. A interferência política do religioso nesta gestão de Mário Furtado foi fundamental para justificar a necessidade de recursos financeiros. A diretoria do SPI se comprometeu³¹⁹ em liberar recursos para ampliação dos trabalhos desenvolvidos e criar “[...] *novos campos de atividades* [na Aldeia Fazenda Canto] *que possibilitassem a integração daqueles índios na comunidade em que vivem em pé de igualdade, e se possível, em condições superiores às do nosso miserável homem do campo*”. Sob o controle do encarregado, os Xucuru-Kariri seriam integrados à sociedade envolvente. A promessa de liberação de recurso seria cumprida quando fosse implementado o Plano de Trabalho para o exercício do ano seguinte³²⁰.

No ano de 1965, o Posto Indígena Irineu dos Santos recebeu o quantitativo de C\$ 8.300,00, um valor considerável, tendo como base a média de recursos³²¹ destinados à Inspetoria Regional 4. Destaca-se que a aplicação destes recursos era destinada a: agricultura (aquisição de ferramentas, arame farpado, sementes, etc.), imóveis (conservação dos prédios do posto), móveis (carteiras escolares), educação (aquisição de material escolar e tecido para fardamentos), máquinas (aquisição de máquina de escrever, motor, etc.) e animais (para sela). Apenas o Posto Indígena Irineu dos Santos foi contemplado com verba destinada à compra de terras. Contudo, não foi encontrado registro de aquisição de terras em Palmeira dos Índios para os Xucuru-Kariri.

³¹⁹ Carta do Diretor Substituto do Serviço de proteção aos Índios, Nilo Oliveira Vellozo ao Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers. Brasília, 18 de fevereiro de 1965. Mf. 182 – Fg. 3728. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³²⁰ “Tomei conhecimento dos dizeres das cartas anexas e após a minha apreciação, proponho que se aguarde a verba prometida, a fim de que seja atendido o signatário da citada carta. No momento, é o que achamos conveniente”. Chefe da Inspetoria regional 4. Recife, 5 de abril de 1965. Documentação Avulsa. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. “As solicitações constantes do presente já foram incorporadas ao Plano de Trabalho endereçado à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, por nº43/66”. Chefe da Inspetoria Regional 4. Recife, 5 de abril de 1965. Documentação Avulsa. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³²¹ “Resumo: Sede da Inspetoria Regional 4, Cr\$ 12.250,000; Posto Indígena Nísia Brasileiro, Cr\$ 4.100,000; Posto Indígena Xucuru, Cr\$ 2.600,000; Posto Indígena Gal. Dantas Barreto, Cr\$ 4.100,000; Posto Indígena Pancaru, Cr\$ 6.500,000; Posto Indígena Padre Nelson, Cr\$ 6.700,000; Posto Indígena Irineu dos Santos, Cr\$ 8.300,000; Posto Indígena Padre Alfredo Dâmaso, Cr\$ 8.700,000; Posto Indígena Kiriri, Cr\$ 4.975,000; Posto Indígena Felipe Camarão, Cr\$ 4.400,000; Posto Indígena Caramuru, Cr\$ 2.000,000”. Plano de Trabalho da Inspetoria Regional 4 para o exercício de 1965, elaborado pelo Chefe Substituto da Inspetoria Regional 4 Leonel Carneiro de Moraes. Recife, 18 de janeiro de 1965. Mf. 182 – Fg. 446-450. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Há registros³²² da conclusão do prédio da nova sede do posto, localizada em local mais centralizado com relação ao perímetro da aldeia. As obras foram iniciadas em 1963 e terminadas no ano seguinte³²³. A casa até então utilizada como sede foi demolida, pois não dava segurança para qualquer utilização.

A década de 1960, para o Posto Indígena Irineu dos Santos, foi marcada pelas intervenções do Padre Ludgero Raaijmakers. O religioso foi responsável pelas principais áreas de atuação do SPI: produção e educação. A única atividade econômica do posto era desenvolvida pela cooperativa e a escola funcionava em uma sala no prédio da igreja com professora cedida pela prefeitura, atendendo a solicitação do sacerdote. A atuação do padre teve destaque em relatório³²⁴:

O Padre Ludgero Raaijmakers é um sacerdote extraordinário. Organizou com os índios uma cooperativa e depositou Cr\$ 100,000 para cada índio. Os índios além de terem participação na venda dos produtos da cooperativa, recebem, também, trabalhos na lavoura da cooperativa. A professora da escola da igreja foi cedida pelo Prefeito de Palmeira dos Índios.

Decerto, a atuação do padre na Aldeia Fazenda Canto estava sintonizada com os interesses do SPI. A presença do religioso não era oficializada pelo órgão, inclusive distinguem-se as intervenções do padre das do encarregado que, neste período, era praticamente nula. Havia uma contrapartida da administração com a disponibilização de terras para as atividades da cooperativa.

As condições de vida dos aldeados dos Xucuru-Kariri, com as quais o padre estava lidando, podem ser observadas em relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios.

³²² Plano de Trabalho da Inspeção Regional 4 para o exercício de 1965, elaborado pelo Chefe Substituto da inspeção regional 4 Leonel Carneiro de Moraes. Recife, 18 de janeiro de 1965. Mf. 182 – Fg. 446-450. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. Mf. 167 – Fg. 1107-1115. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³²³ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. Mf. 167 – Fg. 1215-1219. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³²⁴ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. Mf. 167 – Fg. 1107-1115. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Conforme relatório³²⁵, a população³²⁶ Xucuru-Kariri reunida na Aldeia Fazenda Cantos era composta por 305 indivíduos. Estes índios moravam em “[...] *casas de madeira e palha, com piso de terra batida e paredes de taipa. Coberturas de telha canal ou palha de ouricuri, apresentando estabilidade precária. No interior é utilizado fogão de barro*”. Os utensílios dos aldeados eram redes, bancos, esteiras, cestos trançados, mesas, pratos de barro, algumas peças de cozinha de alumínio ou ferro, e não havia cadeiras. Uma fonte de renda alternativa era o artesanato. Comercializava-se cerâmica fabricada pelo processo rudimentar, moldada à mão e cozida em fornos de barro. Não havia outra forma de trabalho alternativo, visto que poucos tinham animais e não existia possibilidade de coleta, caça ou pesca.

Os últimos anos de existência do SPI e da atuação deste órgão no agreste alagoano lidando com os Xucuru-Kariri foi caracterizada pela inação administrativa, como definiu Mário Furtado. Esta inação pode ser entendida como um esvaziamento do sentido de posto Indígena enquanto conjunto de ações e relações estabelecidas pelo órgão indigenista no local. Mário Furtado³²⁷ aponta como uma das razões a descontinuidade administrativa do órgão, desde a direção até as unidades subordinadas. Acrescenta-se a isso uma inspetoria dotada de escasso recurso financeiro para gerenciar onze unidades administrativas localizadas no árido sertão nordestino.

O espaço do SPI foi ocupado por ações filantrópicas por intermédio de Organizações Sociais e Religiosas³²⁸. Neste caso, as ações do Padre Ludgero Raaijmakers, sem autorização oficial, parecem suprir as dificuldades do órgão em gerenciar a Aldeia Fazenda Canto. O Posto Indígena Irineu dos Santos passou praticamente um ano sem receber recursos financeiros.

³²⁵ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. Mf. 167 – Fg. 1107-1115. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³²⁶ “Homens maiores de 50 anos - 2; mulheres maiores de 50 anos – 3; Homens maiores de 21 anos e menores de 50 anos – 45; Mulheres maiores de 21 anos e menores de 50 anos – 50; Homens maiores de 10 anos e menores de 21 anos – 30; Mulheres maiores de 10 anos e menores de 21 anos – 52; Homens menores de 10 anos - 42; Mulheres menores de 10 anos - 75”. Idem

³²⁷ Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. Mf. 167 – Fg. 1215-1219. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³²⁸ Por intermédio do Padre Ludgero Raaijmakers a Organização de Voluntários Holandeses (Volunteer Program of Netherlands) desenvolveu trabalhos na área de puericultura, profilaxia e recreação na aldeia Fazenda Canto. Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. Mf. 167 – Fg. 1215-1219. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Enquanto que, neste período, o religioso intermediava a aquisição de sementes, tecidos, medicamentos, animais, etc. para os aldeados. Inclusive, pleiteando junto ao Governo do Estado a instalação de uma rede de energia elétrica na aldeia³²⁹.

O modelo administrativo posto indígena, criado no SPI para lidar com os grupos indígenas, não alcançou os objetivos do órgão. Apesar da visível falência deste modelo, o encarregado do Posto continuou enviando os Avisos do Posto sem qualquer referência às fontes de renda disponíveis. Em seu lugar consta a observação: “*Deixamos de remeter o movimento de renda por não haver nenhuma neste Posto*”³³⁰. Até o final de 1968 permaneceu a encenação da presença do SPI no agreste alagoano por meio do Posto Indígena Irineu dos Santos. Os Xucuru-Kariri, neste momento, continuavam seu movimento reivindicatório em busca da sua Aldeia, um processo em construção.

³²⁹ “O Padre Ludgero Raaijmakers havia formulado um pleito ao interventor das alagoas, General José João Batista Tubino, para que estendesse a energia elétrica até a aldeia dos shucuru, aproveitando a rede de Paulo Afonso, no percurso Palmeira/Quebrangulo, a qual passa dentro da propriedade indígena. De pronto, o eminente chefe do Governo do Estado, atendeu ao pedido do padre Ludgero, e determinou à CEAL (Companhia Energética de Alagoas), fazer a prospecção e executar o trabalho imediatamente para o fornecimento da energia partindo do transformador.” Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. Mf. 167 – Fg. 1215-1219. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

³³⁰ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos índios, 30 de julho de 1967. Mf. 167 – Fg. 1272. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença dos Xucuru-Kariri no agreste alagoano é de tempo imemorial e independe do reconhecimento oficial. A instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos resultou de um movimento indígena em direção ao Estado. Foram os índios que iniciaram o processo que originou a aldeia Fazenda Canto. Desta forma, houve uma sobreposição do Posto sobre a aldeia: um espaço concentrando diferentes significados, um para os índios, outro para o Estado.

As alianças e negociações estabelecidas pelos Xucuru-Kariri em seu processo de aldeamento permitem observar como aconteceram as articulações entre grupos indígenas e seus colaboradores – a exemplo o padre Alfredo Dâmaso – para, em seguida, negociarem com políticos e fazendeiros de Palmeira dos Índios, que representavam o Estado nesta esfera de poder. Possivelmente, o processo de aldeamento não existiria sem essas alianças e negociações, inclusive, a primeira ação do SPI, para a criação do posto, foi entrar em entendimento com os representantes políticos e econômicos locais. Desta forma, a constituição da Aldeia Fazenda Canto representa um avanço estratégico, principalmente para os índios, no entanto, concomitantemente, no jogo político das negociações e *entendimentos* estava sendo montada uma estrutura anti-índio, voltada à integração do grupo à economia local.

O Estado pretendia atender as reivindicações indígenas, desde que estas estivessem em conformidade com os interesses do poder político e econômico de Palmeira dos Índios, montado, principalmente, na estrutura agrária. Assim, o modelo de atuação do órgão indigenista foi se inserindo no jogo político local. Neste jogo, a fazenda Canto foi reservada à aldeia Xucuru-Kariri, em detrimento do território tradicional do grupo.

A organização indígena em torno da idéia de Aldeia deve ser entendida como ação de um movimento indígena embrionário. A utilização da estratégia da invisibilidade pelos Índios do Nordeste representa baliza temporal à organização deste movimento. A formulação de uma pauta dos indígenas foi sendo construída a partir da vivência na condição de aldeados, propiciada pelo SPI. Havia uma busca indígena por seu território tradicional: o aldeamento. Esta busca significou, para os Xucuru-Kariri, reorganizarem-se enquanto grupo étnico, reagruparem suas famílias,

praticarem seus rituais e assumirem seu etnônimo, dentre outras particularidades que os definiriam enquanto indígenas.

A aldeia Fazenda Canto era uma denominação particularmente indígena. O SPI referia-se a este espaço como Posto Indígena Irineu dos Santos: um espaço a ser administrado. O espaço do posto não comportava as famílias Xucuru-Kariri listadas para serem aldeadas. As demarcações realizadas no período do SPI eram caracterizadas por pequenas áreas. As unidades administrativas deveriam ser auto-sustentáveis, por isso havia reserva de terrenos para pastos e roças, reduzindo a quantidade de terras onde os aldeados pudessem fazer suas roças e/ou criar animais. Desta forma, o índio foi comprimido dentro da sua própria aldeia, sem possibilidades de desenvolver práticas agrícolas, ou pecuárias, mesmo que de subsistência. Este modelo de administração impõe ao índio uma relação de dependência econômica, em que os meios de produção estavam sob controle do Estado, induzindo a desestruturação política do grupo com uma pretensa imobilização da sua representação política, cooptando-a por meio do cargo de aprendiz do Posto.

Decerto, havia faccionalismo entre os Xucuru-Kariri. Este faccionalismo redundou em episódios do cotidiano. Uma das suas motivações era a busca por poder político seja simbólico ou oficial. O usufruto de bens, em alguns casos, remetia ao poder simbólico, pois a condição econômica constituía barganha política. O cargo de aprendiz estava revestido por elementos que fundamentavam o poder oficial, pois através dele o índio poderia ocupar cargo na estrutura branca, o posto. O índio funcionário do órgão indigenista concentrava poder político simbólico e oficial, o que incitava disputa pelo cargo entre os aldeados.

As relações entre aldeados e os funcionários do SPI foram alteradas com a presença do Padre Ludgero Raaijmakers. O religioso representava a posição branca na aldeia Fazenda Canto e suas intervenções por intermédio da cooperativa, escola, etc. também podem ser entendidas como continuidades das atividades do posto. Contudo, sua presença minimiza a interferência política do encarregado e, inclusive, do aprendiz. A cooperativa interfere diretamente no cotidiano indígena, pois disponibilizou os meios de produção aos índios: terrenos, ferramentas e sementes. Desta

forma, as atividades promovidas pelo encarregado do Posto foram substituídas pelas iniciativas do padre, havendo redução no quantitativo de recurso recebido pelo Posto.

O fato é que a assistência do SPI não atendeu aos interesses dos índios nem do próprio Estado. Os Xucuru-Kariri tiveram seu território tradicional reduzido à aldeia Fazenda Canto, enquanto que o Estado não conseguiu implementar seu projeto de integração do grupo à sociedade nacional. Assim, tem-se um modelo de assistência que não representa, ou não foi definido como objetivo por nenhuma das partes envolvidas; a forma como foi efetivada essa assistência resultou de uma construção sob influência de todos os interesses dos envolvidos (índios, políticos e fazendeiros locais e Estado) e, desta forma, reunia os diversos sentidos que constituíam esses interesses.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Notas de orientação*. Maceió: Datilografado, 2007.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). *Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1999.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Dois Dedos de Prosa com os Karapotó*. Maceió: EDUFAL, 1998.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. MANDARINO, Giulliana Câmara. SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *Dossiê Sobre a Retomada do Sítio Macaco*. Grupo de Estudos Índios de Alagoas; cotidiano e etnohistória. Maceió: 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e Destilarias das Alagoas: uma contribuição ao estudo da produção do espaço*. Maceió: EDUFAL, 1997.

ANTUNES, Clóvis. *Wakona-Kariri-Xukucu: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas*. Maceió: Imprensa Universitária, 1973.

ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas: documentário*. Maceió: Governo de Alagoas, 1984.

AMORIM, Siloé Soares de. *Reintegración de la Identidad Del Grupo Étnico Xucuru-Kariri*. Tesis (licenciado em Antropologia Social) Escuela Nacional de Antropologia e História. México: D. F., 1996.

ARRUTI, João Maurício Andion. *Morte e Vida do Nordeste Indígena: a emergência étnica como fenômeno histórico regional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 8, nº 15, janeiro/junho, 1995, pp. 57-94.

ATLAS das Terras Indígenas do Nordeste. Rio de Janeiro: PETI/ MN/ PPGAS/ UFRJ, 1993.

BRASIL. Constituição Federal. Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Educação Indígena: diagnóstico. In: FUNAI. *Legislação Indigenista e Normas Correlatas*. 2ª ed. Brasília: FUNAI, 2003, p. 315.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Definições de índios e Comunidades nos Textos Legais. In: *Sociedades Indígenas e o Direito: uma questão de Direitos Humanos*. Santa Catarina: Editora UFSC, Co-edição CNPQ, 1985, pp. 13-37.

DE CERTEAU, Michel; GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FUNAI. *Povos Indígenas no Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru-Paraguaçu (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/ FUNAI, 2002.

GALVÃO, Eduardo. Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959. In: *Encontro de Sociedades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. As Múltiplas Incertezas do Toré. In: GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. (Org.). *Toré: regime encantado dos índios do Nordeste*. Recife: Massangana, 2005, pp. 13-38.

HAMPATÉ BÂ, Ahmed. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (coord.). *História Geral da África – I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982, pp. 181-218.

HOHETHAL JR, W. D. Notes of The Shucuru Indianas of Serra de Ararubá, Pernambuco, Brasil. In: *Revista do Museu Paulista*, nº 8. São Paulo, 1958, pp. 91-166.

LEITE, Jurandyr Carvalho Ferrari. Uma Proposta para o Monitoramento e Análise das Terras Indígenas. In: PETI. *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: PETI/ MN/ PPGAS/ UFRJ, 1993, pp. IX-XV.

LINDOSO, Dirceu. Na Aldeia de Ia-ti-Ihá: etnografia dos índios Tapuis do Nordeste. In: ALMEIDA, LUIZ Sávio de. Et. al. *Resistência, Memória, Etnografia*. Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas, vol. VIII. Maceió: EDUFAL, 2007, pp. 25-59.

MANDARINO, Giulliana Câmara. *A Luta das leis: o crescimento do protestantismo na aldeia Xucuru-Kariri*. Monografia (graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2004.

MARIÁTEGUI, José Carlos. El Problema Del índio. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos. *Índios do Nordeste: temas e problemas 3*. Maceió: EDUFAL, 2002, pp. 27-31.

MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. *Os caminhos da Aldeia... Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1993.

MENEZES, José Augusto de. Reflexões que explicam e esclarecem alguns Artigos da Lei de Terras. 117- 137. In: VASCONCELOS, J. M. P. de. *Excertos do Livro das Terras: Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, Salvador, 1987, pp. 117-137.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, Tânia Maria de Melo. Evolução histórica das concepções sobre alfabetização de Adultos. In: *A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky*. Maceió: INEP/EDUFAL, 1999, pp. 21-35.

OLIVEIRA, Carlos Estevão de. *O Ossuário da Gruta do Padre, em Itaparica, e Algumas Notícias sobre os Remanescentes Indígenas do Nordeste*. In: Revista do Instituto Histórico de Pernambuco. Recife, 1938.

OLIVEIRA, José Nunes de. Um Pouco da Minha Vida. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; GALINDO, Marcos & ELIAS, Juliana Lopes. *Índios do Nordeste: temas e problemas 2*. Maceió: EDUFAL, 2000. pp. 277 – 300.

OLIVEIRA, Maria das Dores de. Da Invisibilidade para a Visibilidade: estratégias Pankararu. 05-24 In: ALMEIDA, LUIZ Sávio de & SILVA, Christiano Barros Marinho da. (Orgs.) *Índios do Nordeste: temas e problemas 4*. Maceió: EDUFAL, 2004, pp. 5-24.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Papel dos “Postos Indígenas” no Processo de Assimilação: estudo de dois casos. In: SCHADEN, Egon. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp. 448-458.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Sobre Pensamento Antropológico*. Brasília: Tempo Brasileiro, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *“O Nosso Governo”: os Ticunas e o regime tutelar*. São Paulo: Marco Zero, 1988.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA – Revista de Antropologia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1993, pp. 47-77.

OLIVEIRA JÚNIOR, Adolfo Neves de. *Faccionalismo Xucuru-Kariri e a atuação da FUNAI*. Trabalho apresentado no workshop Política Indigenista para o Leste e Nordeste Brasileiros, promovido pela FUNAI em 1997. Home Page da GEREI.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Notas de Orientação*. Salvador: Datilografado, 2007.

PERES, Sidnei. Terras Indígenas e Ação Indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. (Org.) *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra-capta, 1999, pp. 41-90.

PINTO, Estevão. *Etnologia Brasileira (Fulni-ô – Os últimos Tapuias)*. São Paulo: Nacional, 1956.

PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. Rompendo o Silêncio: por uma revisão do “desaparecimento” dos povos indígenas. *Ethnos – Revista de Etnografia*, Ano II, Nº 2, Janeiro/Junho, 1998a.

PORTO ALEGRE, Maria Sílvia. Quatro Desafios e um Dilema da História Indígena. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.) *Índios do Nordeste: temas e problemas 1*. Maceió: Edufal, 1998b.

RAMOS, Graciliano. Estado de Alagoas. Prefeitura de Palmeira dos Índios. *Relatório ao Governador do Estado (datado de Palmeira dos Índios, 10 de janeiro de 1929)*. Maceió: Imprensa Oficial, 1929.

Revista Porá-Duba, ano II, nº 49. Brasília, julho de 2002.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas: crônicas*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço e o homem*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SANTOS, Danúzia Tavares dos. Kariri-Xocó: elementos católicos em sua religiosidade. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Christiano Barros Marinho da. (orgs.). *Índios do Nordeste: temas e problemas 4*. Maceió: EDUFAL, 2004. 169-203.

SILVA, Edson Hely. O Lugar do Índio. *Conflitos, Esbulhos de Terra e resistência indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880)*. Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 1995.

SILVA, Maria Ester Ferreira da. *A (Des) Territorialização do Povo Xucuru-Kariri e o Processo de Demarcação das Terras Indígenas no Município de Palmeira dos Índios – Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Aracajú, 2004.

SILVA, Maria Ester Ferreira da; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Demarcação das Terras do Povo Xucuru-Kariri: a narrativa como mediação das terras indígenas. In: *Resistência, Memória, Etnografia*. ALMEIDA, Luiz Sávio de, et al. *Índios do Nordeste: temas e problemas*, vol. VIII. Maceió: EDUFAL, 2007. 135-152.

SILVA, Amaro Hélio Leite da. *Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no alto sertão de Alagoas*. Maceió: EDUFAL. Coleção Índios do Nordeste: temas e problemas, v. VII. 2007.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. Relatório Final PIBIC-CNPQ (2002-2003). *Projeto O Cotidiano Indígena de Alagoas: documentação histórica*. Orientado pelo Dr. Luiz Sávio de Almeida. Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *A Retomada de Terra Indígena Xucuru-Kariri: o caso do Sítio Macaco*. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2004.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *O Movimento Indígena no Brasil no Período Republicano: semelhanças e diferenças com outros movimentos sociais*. Texto apresentado para conclusão do

curso Movimentos Sociais na Teoria Sociológica no Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia. 2005.

SOUZA, Carlos Frederico Marés Filho. *O Renascer dos Povos Indígenas para o Direito*. Curitiba: Juruá, 1998.

SOUZA, Zeres. *As Microrregiões de Alagoas*. Maceió: Cores, 1977.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. *Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: *The Indian Review*. Janeiro, 1977, v. III, Nº 02. Tradução Lígia Bellini e João José Reis.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Luiz B. *A Terra de Tilixi e Txiliá: Palmeira dos Índios séculos XVIII e XIX*. Maceió: S/D.

VASCONCELOS, J. M. P. *Excertos do Livro das Terras: Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1987.

WALBWCHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

ALEIXO, Francisco. Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em janeiro de 2003. Arquivo do Grupo de Estudo Índios de Alagoas: cotidiano e etnohistória, liderado pelo Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.

QUEIROZ, Gecivaldo Ferreira de. Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de

Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória, liderado pelo Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.

SILVA, Antônio Ricardo da. Aldeia Fazenda Canto, Município de Palmeira dos Índios, depoimento dado a Aldemir Barros da Silva Júnior em dezembro de 2002. Arquivo do Grupo de Estudos Índios da Alagoas: cotidiano e etnohistória, liderado pelo Prof. Dr. Luiz Sávio de Almeida.

Folha de Alagoas. *Lessa vai discutir no Ministério da Justiça processo de demarcação de Terras Indígenas*. Política. Palmeira dos Índios, 29/07/2003.

Folha de Alagoas. *Reunião discute demarcação de Terras Indígenas*. Geral. Palmeira dos Índios, 29/07/2003.

Governo do Estado. *Prefeito quer mais diálogo entre FUNAI e fazendeiros em Palmeira*. Informação, direito de cidadão, Maceió, 02/07/2003.

O Jornal. *Demarcação: processo é demorado e prefeito recomenda serenidade*. Municípios. Maceió, 02/07/2003.

O Jornal. *Empresários pedem a senadores para evitarem conflito em Palmeira*. Cidades. Maceió, 04/11/2003.

O Jornal. *Ministro ameniza conflito em Palmeira dos Índios*. Política. Maceió, 09/11/2003.

O Jornal. *Demarcação em Palmeira não tem volta*. Política. Maceió, 09/11/2003.

O Jornal. *Xucuru-Kariri: os índios não questionam uma terra desabitada*. Opinião. Maceió, 16/12/2003.

O Jornal. *Palmeira: a terra é dos índios?*. Política. Maceió, 01/02/2004.

O Jornal. *Índios recorrem ao Ministério Público para garantir a demarcação de terra.* Cidades. Maceió, 20/04/2004.

Primeira Edição. *FUNAI quer dar 15 mil hectares de Palmeira aos Xucurus: Cordeiro apela a Lessa.* Geral. Maceió, 03/11/2003.

Tribuna do Sertão. *Índios querem a exclusão de pequenos fazendeiros.* Especial. Palmeira dos Índios de 10 a 16/11/2003.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1952. Mf. 167 – fg. 2-3. Museu do Índio. Serviço de Proteção aos Índios.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 2 de julho de 1953. Mf. 167 – Fg. 28-29. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de julho de 1953. Mf. 167 – Fg. 30-31. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1954. Mf. 167 – Fg. 75-76. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1954. Mf. 167 – Fg. 79-80. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1956. Mf. 167 – Fg. 253-254. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos índios, 29 de fevereiro de 1956. Mf. 167 – Fg. 255-256. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de março de 1956. Mf. 167 – Fg. 257-258. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 23 de abril de 1956. Mf. 167 – Fg. 261-262. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de setembro de 1956. Mf. 167 – Fg. 269-270. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1957. Mf. 167 – Fg. 336-337. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1958. Fg. 167 – Mf. 458-459. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de novembro de 1958. Fg. 167 – Mf. 466-467. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 29 de fevereiro de 1956. Mf. 167 – Fg. 255-256. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 553-554. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1961. Mf. 167 – Fg. 651-652. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de agosto de 1958. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1958. Mf. 167 – Fg. 468-469. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 28 de fevereiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 555-556. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1959. Mf. 167 – Fg. 559-560. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de maio de 1961. Mf. 167 – Fg. 653-654. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1961. Mf. 167 – Fg. 645-646. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1962. Mf. 167 – Fg. 718-719. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de julho de 1963. Mf. 167 – Fg. 802-803. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de agosto 1963. Mf. 167 – Fg. 807-808. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de novembro de 1964. Mf. 167 – Fg. 877-878. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1964. Mf. 167 – Fg. 881-882. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

BRASIL. Constituição Federal. Lei de 18 de Setembro de 1946, artigo 156, inciso 3º.

BRASIL. Constituição Federal. Decreto nº 2672, de 20 de outubro de 1875. Artigo I, Parágrafo 3º.

BRASIL. Constituição Federal. Lei nº 5.484 de 1928. Capítulo II, Inciso 1º, Artigo 28.

Carta à Câmara de Vereadores de Palmeira dos Índios. Deocleciano de Souza Nenê. Palmeira dos Índios, 8 maio de 1952. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Carta do Diretor Substituto do Serviço de Proteção aos Índios, Nilo Oliveira Vellozo, ao Diretor da Sociedade Educadora Padre Dehon, Colégio Pio XII-AL, Padre Ludgero Raaijmakers. Brasília, 18 de fevereiro de 1965. Mf. 182 – Fg. 3728. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Carta do Chefe da Inspetoria Regional 4. Recife, 5 de abril de 1965. Documentação Avulsa. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Carta do Chefe da Inspetoria Regional 4. Recife, 5 de abril de 1965. Documentação Avulsa. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Circular Reservada da Inspetoria Regional 4 aos PIs. Recife, s/d. Mf. 181 – Fg. 85. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Coleta de preços para aquisição de medicamentos para o Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 10 de setembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 242. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Escritura Pública de compra do lugar denominado Canto. Cartório do 2º Ofício de Notas e Protestos. Palmeira dos Índios, 6 de maio de 1952.

Escritura nº 3. 150 de 23 de fevereiro de 1981, livro 1, folha 159 N, Cartório Imobiliário da Comarca de Palmeira dos Índios. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Departamento Geral do Patrimônio Indígena. CREA nº 977-td. Am, 1982.

Ficha de dados sobre o Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1964. Mf. 167 – Fg. 900-901. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Frequência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 4-9. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Frequência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 6-7. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Frequência Escolar do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 30 de abril de 1958. Mf. 167 – Fg. 393-394. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Informação de Raimundo Dantas Carneiro ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Recife, 27 de maio de 1959. Mf. 182 – Fg. 639. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

Memorando S/N. da Inspeção Regional 4 ao Posto Indígena Aticum. Recife, 19 de julho de 1951. Mf: 181 – Fg - 0243. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Memorando nº 38 de Raimundo Carneiro Dantas a João Medeiros Neto, Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Rio de Janeiro, 10 de maio de 1952. Mf. 182- Fg. 2208. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

Memorando nº 38 da Inspeção Regional 4 à Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios. Recife, 4 de fevereiro de 1952. Mf. 182 – Fg. 2176-2177. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

Memorando nº 7 do Encarregado do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 25 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 137.

Memorando nº 65 do Inspetor Francisco Sampaio ao Chefe da SE/SPI. Palmeira dos Índios, 27 de abril de 1962. Mf. 167 – Fg. 1303. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Memorando nº 19 de Mário Furtado ao chefe da Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1963. Relato sobre a vida do Posto Indígena Irineu dos Santos Mf. 167 – Fg. 850-855. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Memorando nº 21 de Miguel Benjoíno da Fonseca à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 15 de junho de 1957. Mf. 167 – Fg. 441. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Memorial dirigido à Câmara Municipal de Palmeira dos Índios, por Deocleciano de Souza Nenê, em 8 de maio de 1952. Mf. ??? – Fg - ????. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Movimento da renda do Posto Indígena Irineu dos Santos dos Santos. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro a 31 de dezembro de 1961. Mf. 167 – Fg. 669-694. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício nº 101 da Inspetoria Regional 4 à Prefeitura (Destinado ao Dr. Milton Pita em Palmeira dos Índios). Recife, 3 de julho de 1952. Mf. 182 – Fg. 2215. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício S/N do Ministério da Agricultura Nº 455 de 4 de junho de 1962.

Ofício nº 52 da Inspetoria Regional 4 à SOU. Recife, 28 de abril de 1951. Mf. 182 – fg. 1991-1992. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Remete orçamento das despesas para instalação da escola.

Ofício nº 157 do Capitão Serafim Dutra Cavalcante, Delegado de Polícia, a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 13 de julho de 1957. Mf. 184 – Fg. 301. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício nº 124 da Inspetoria Regional 4 ao Posto Indígena Irineu dos Santos. Recife, 23 de julho de 1957. Mf. ??? – Fg. ??? . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício nº 3 do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 9 de agosto de 1957. Mf. 167 – Fg. 442-443. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício nº 4 de Cícero Cavalcanti Albuquerque ao Chefe da Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 24 de julho de 1958. Mf. 167 – Fg. ??? . Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício nº 4 de Cícero Cavalcanti Albuquerque ao Chefe da Inspetoria Regional 4 Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 24 de julho de 1959. Mf. 167 – Fg. 548-551. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Ofício nº 34 de Raimundo Dantas Carneiro ao Chefe da SOA. Recife, 5 de abril de 1958. Mf. 182 – Fg. 540. Serviço de proteção aos Índios. Museu do Índio.

PALMEIRA DOS ÍNDIOS. Lei Municipal nº 928/1980.

Plano de Trabalho da Inspetoria Regional 4 para o exercício de 1965, elaborado pelo Chefe Substituto da Inspetoria Regional 4 Leonel Carneiro de Moraes. Recife, 18 de janeiro de 1965. Mf. 182 – Fg. 446-450. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Processo Inspetoria Regional 4 902/53. Palmeira dos Índios, 13 de outubro de 1953. Mf. 167 – Fg. 70-73. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Recibo do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Livraria São José, de Heleno G. Pereira. Palmeira dos Índios, 5 de agosto de 1953. Mf. 167 – Fg. 64-65. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Recibo do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. M. Tenório Loureiro. Palmeira dos Índios, 6 de agosto de 1953. Mf. 167 – Fg. 66-67. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Recibo do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 8 de dezembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 12-13. Museu do Índio. Serviço de Proteção aos Índios.

Recibo do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Alfredo Sebastião dos Santos. Palmeira dos Índios, 7 de agosto de 1953. Mf. 167 – Fg. 68. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Recibo do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Maurício Antônio Silva. Águas Belas, 16 de novembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 14-15. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Recibo do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 8 de dezembro de 1952. Mf. 167 – Fg. 12-13. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relação do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1952. Mf. 167 – Fg. 1295-1296. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório apresentado por Deocleciano de Souza Nenê ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI, relativo à compra da Fazenda Canto, em Palmeira dos Índios, no Estado de Alagoas, Maio de 1952. Mf. 179 – fg. 35/37 e 50. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente às atividades do 1º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 5 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 105-106. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente às atividades do 2º trimestre de 1954. Palmeira dos índios, 2 de junho de 1954. Mf. 167 – Fg. 108-109. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente às atividades do 1º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 2 de março de 1955. Mf. 167 – Fg. 236-237. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente às atividades do 3º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 3 de setembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 245. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente às atividades do 4º trimestre de 1955. Palmeira dos Índios, 1 de dezembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 246. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos referente às atividades do 2º trimestre de 1954. Palmeira dos Índios, 2 de junho de 1954. Mf. 167 – Fg. 144. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. Mf. 167 – Fg. 1215-1219. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 20 de abril de 1966. Mf. 167 – Fg. 1215- 1219. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Relatório do Posto Indígena Irineu dos Santos, elaborado pela equipe do Nordeste do Conselho Nacional de Proteção aos Índios Ney Land. S/I, 30 de abril de 1965. Mf. 167 – Fg. 1107-1115. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

Requerimento de Alfredo Celestino dos Santos pedindo demissão do cargo de Aprendiz do Posto Indígena Irineu dos Santos. Palmeira dos Índios, 25 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 138. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Revista O Cruzeiro. Janeiro de 1965.

Telegrama s/n da Diretoria à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2183. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 473 da Diretoria à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. Mf. 182 – Fg. 1987. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 141 da Inspetoria Regional 4 à Diretoria do SPI. Recife. 13 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2149. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 540 da SOA à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1951. Mf. 182 – Fg. 1988. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 159 da Inspetoria Regional 4 à SOA. Recife, 30 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2152. Serviço de Proteção aos Índios.

Telegrama nº 182 da Inspetoria Regional 4 à Diretoria. Recife, 15 de maio de 1951. Mf. 181 – Fg. 2154. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 677 da SOA à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1951. Mf. 181 – Fg. 2194. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 208 da Inspetoria Regional 4 à Diretoria. Recife, 5 de junho de 1951. Mf. 181 – Fg. 2157. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio. Informa que a viagem será de vinte dias.

Telegrama nº 257 da Inspetoria Regional 4 à Diretoria. Recife, 11 de junho de 1951. Mf. 181 – Fg. 2162. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 279 da Inspetoria Regional 4 à Diretora. Recife, 8 de agosto de 1951. Mf. 181 – Fg. 2164. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 1.313 da Diretoria à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1951. Mf. 181 – Fg. 2211. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama s/n de João Medeiros Neto à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 15 de janeiro de 1952. Mf. 167 – Fg. 69. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

Telegrama s/n da Diretoria à Inspetoria Regional 4. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1951. Mf. 181 – Fg. 2183. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

Telegrama nº 124 do Inspetor Regional Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria. Recife, ILEGÍVEL. Mf. 182 – Fg. 1312.

Telegrama s/n de João Medeiros Neto à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 15 de janeiro de 1952. Mf. 167 – Fg. 69. Serviço de Proteção aos Índios, Museu do Índio.

Telegrama nº 6. Palmeira dos Índios, 20 de março de 1953. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 2 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 11 de novembro de 1962. Mf. 167 – Fg. 775. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 2 de Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de março de 1954. Mf. 167 – Fg. 142. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 15 de Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 25 de julho de 1954. Mf. 167 – Fg. 145. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 15 de Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 4 de agosto de 1954. Mf. 167 – Fg. 146. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 4 de Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 10 de abril de 1954. Mf. 167 – Fg. 143. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama do Encarregado do Posto Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 25 de abril de 1955. Mf. 167 – Fg. 74. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 11 de Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 10 de outubro de 1955. Mf. 167 – Fg. 251. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 11 de Mário Furtado à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 17 de outubro de 1955. Mf. 167 – Fg. 252. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama do Deputado Medeiros Neto a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 1 de julho de 1957. Mf. 167 – Fg. 446. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 3. Palmeira dos Índios, 2 de janeiro de 1957. Mf. 167 – Fg. 1298. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama do Padre Ludgero Raijmakers à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 17 de dezembro de 1957. Mf. 167 – Fg. 445. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 91 de Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria. Recife, 25 de março de 1958. Mf. 182 – Fg. 448. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 140 de Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria. Recife, 3 de maio de 1958. Mf. 182 – Fg. 460. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 190 de Raimundo Dantas Carneiro à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios. Recife, 28 de maio de 1958. Mf. 182 – Fg. 472. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 40 de Francisco Sampaio, Chefe substituto da Inspetoria Regional 4, a Cícero Cavalcante Albuquerque. Recife, 14 de fevereiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 3000. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 108 de Raimundo Dantas Carneiro ao Monsenhor Alfredo Dâmaso de Bom Conselho- PE. Recife, 7 de abril de 1959. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio

Telegrama nº 14 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 17 de abril de 1962. Mf. 167 – Fg. 779. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 7 de Spencer Melo à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 12 de março de 1957. Mf. 167 – Fg. 140. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama S/N do Deputado Medeiros Neto a Raimundo Dantas Carneiro. Palmeira dos Índios, 1 de julho de 1957. Mf. 167 – Fg. 446. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 1 de Cícero Cavalcante Albuquerque à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 21 de maio de 1958. Mf. 167 – Fg. 1310. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 1 de Cícero Cavalcante Albuquerque à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 21 de maio de 1958. Mf. 167 – Fg. 552. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 2 de Mário Furtado à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos índios, 20 de fevereiro de 1955. Mf. 167 – Fg. 248. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Telegrama nº 26 de Raimundo Dantas Carneiro a Cícero Cavalcante Albuquerque. Recife, 26 de fevereiro de 1959. Mf. 167 – Fg. 1299. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Termo de Morte de animal pertencente ao Patrimônio Nacional. Palmeira dos Índios, 20 de setembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 220. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.

Termo de Morte de animal pertencente ao Patrimônio Nacional. Palmeira dos Índios, 7 de novembro de 1955. Mf. 167 – Fg. 221. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio.